

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL
LINHA DE PESQUISA: CULTURA & MEMÓRIA

**A CASERNA EM POLVOROSA:
A REVOLTA DE 1924 EM SERGIPE**



ANDREZA SANTOS CRUZ MAYNARD

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a SÍLVIA CORTEZ SILVA

RECIFE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL
LINHA DE PESQUISA: CULTURA & MEMÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A CASERNA EM POLVOROSA:

A revolta de 1924 em Sergipe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História.

ANDREZA SANTOS CRUZ MAYNARD

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a SÍLVIA CORTEZ SILVA

RECIFE

2008

Catálogo na Fonte (CIP)

MAYNARD, Andreza Santos Cruz

M422c A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe. /
Andreza Santos Cruz Maynard. – Recife, 2008.
129p.

Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Bibliografia

Orientador (a): Prof^ª. Doutora Sílvia Cortez Silva

1. História de Sergipe – Nordeste 2. Sergipe – Anos 20 -
Militares 3. Sergipe - História I -Título

CDD - 981.37

CDU – 981(814.1)

Índices para catálogo sistemático:

1 – Sergipe : História : Nordeste 981.37

2 – Brasil - História do Nordeste - Sergipe 981.37

3 – Brasil - Sergipe de História 981(814.1)

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor. (Lei n. 5.988, de 14/12/73, art. 122-130 – D.O.U.-18/12/73).

Recife/Pe

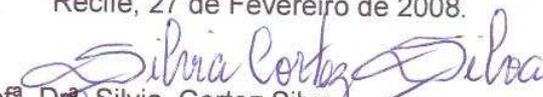


PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

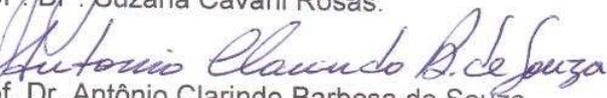
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ANDREZA SANTOS CRUZ
MAYNARD.**

Às 09:00 h do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Andreza Santos Cruz Maynard** intitulada “**A Caserna em Polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Silvia Cortez Silva (Orientadora), Suzana Cavani Rosas e Antônio Clarindo Barbosa de Souza. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de Fevereiro de 2008.


Profª. Drª. Silvia Cortez Silva


Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.


Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza.


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.


Rogéria Feitosa de Sá.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo auxílio financeiro através da bolsa de estudo.

A Sílvia Cortez pela confiança com que conduziu a orientação.

Aos professores Antonio Paulo Rezende, Suzana Cavani Rosas e Antonio Clarindo Barbosa de Souza pela leitura atenta do texto e sugestões para melhorá-lo.

A Cristina pela correção ortográfica do texto.

A Aluizio e Carmem sempre solícitos na secretaria da Pós-Graduação.

A Eugênia Andrade, diretora do Arquivo Geral do Judiciário em Sergipe, por chamar minha atenção para a riqueza da documentação sobre a revolta de 13 de Julho.

A Nildo, que mesmo atarefado conseguiu tempo para me ajudar com o mapa.

Aos colegas do mestrado que se tornaram amigos: Rogério, Cinthia, Carlos Eduardo, Adilson, Flavinho, Geovani, Francivaldo, Vilmar e Carol. Vocês tornaram o curso agradável e, às vezes, até divertido.

À minha mãe, Maria das Dores, e ao meu pai, Pedro. E ainda: Áurea, Vivian, Aldinira, Adriana, Anazilda, Almerinda, Pedro, André e Cristina (Couto), meus irmãos. Obrigada pelos famosos almoços em família, momentos importantes para a nossa união.

Ao meu amado esposo Dilton Maynard agradeço pela cumplicidade e paciência de sempre.

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o levante militar ocorrido em Sergipe em 1924. A *Revolta de 13 de Julho* aconteceu em meio às insurreições dos anos 20. Capitães e, sobretudo tenentes, lideraram esses movimentos que exigiam a moralização da política no país e o fim das humilhações que acreditavam estar sofrendo. Em Sergipe, quatro oficiais lideraram uma revolta com o intuito de apoiar os colegas de farda que haviam se rebelado em São Paulo. Nesse sentido, autoridades foram presas, edifícios foram ocupados e os “legítimos defensores da república”, como se autodenominavam os militares, passaram a ser, os representantes locais do Estado. Ciente das ações dos rebeldes, o governo federal tomou providências para resolver o problema. No dia 2 de Agosto de 1924 o levante militar chegou ao fim em Sergipe. Tratada como um simples reflexo da insurreição de 5 de julho deflagrada em São Paulo, a revolta sergipana aparece sem cores na historiografia, que acredita esgotar o tema a partir do caso paulista. No entanto jornais, relatórios, proclamações, boletins regimentais e correspondências elaboradas à época do levante apontam para aspectos inexplorados do chamado “movimento tenentista”. As contradições presentes na experiência sergipana indiciam essa “nova história sobre o tenentismo”. Através da análise da documentação foi possível identificar divergências entre o discurso e a prática dos rebelados, além de discrepâncias entre os objetivos dos líderes da revolta, e o entendimento que os voluntários tinham da mesma. E ainda que essas tenham sido características peculiares à revolta em Sergipe, elas chamam atenção para o fato de que embora os militares comungassem dos mesmos ideais, os levantes se desenvolveram dentro das possibilidades de cada região e, portanto, ocorreram de modos distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Militares – Revolta – Sergipe – Anos 20

ABSTRACT

This work is proposed to analyse the Military East occurred in *Sergipe* in 1924. The revolt of 13 of July happened amid the insurrections of the 20 years. Captains and, especially lieutenants, they lead these movements that were demanding the moralization of the politics in the country and the end of the humiliations that were believed to be suffering. In *Sergipe*, four officials led a revolt with the intention of supporting the colleagues of uniform who existed if rebelled in Sao Paulo. In this sense, authorities were imprisoned, buildings were occupied and the "legitimate defenders of the republic", since they auto-were called the soldiers, they started to be, the local representatives of the State. Aware of the actions of the rebels, the federal government took steps to resolve the problem. In the day 2 of August of 1924 the Military East reached the end in *Sergipe*. Treated like a simple reflex of the insurrection of 5 of July set off in Sao Paulo, the revolt from *Sergipe* appears without colors in the historiography, which believes to exhaust the subject from the case of *Sao Paulo*. However newspapers, reports, proclamations, regimental reports and correspondences prepared to the time of the east they point to unexplored aspects of called "I move tenentista". The present contributions in the experience *sergipana* indicate this "new history on the tenentismo". Through the analysis of the documentation it was possible to identify divergences between the speech and the practice of the rebelled ones, besides discrepancies between the objectives of the leaders of the revolt, and the understanding what the volunteers had of same. And though those have been characteristic special to the revolt in *Sergipe*, they attract attention for the fact that though the soldiers were taking communion of the same ideals, the easts were developed inside the means of each region and, so, they took place in different ways.

KEY-WORDS: Soldiers – Revolt – Sergipe – Years 20

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	
<i>Sonhando o mundo real: antecedentes da revolta de 13 de Julho</i>	24
1.1. O 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) em Sergipe	29
1.2. Os líderes da revolta militar em Sergipe	33
1.3. Os objetivos do levante de 1924.....	36
1.4. O plano para revoltar o 28º BC e assumir o controle do estado	40
Capítulo 2	
<i>Um mundo ao alcance das mãos: desdobramentos do levante militar em Aracaju e no interior</i>	56
2.1. Cidade moderna.....	70
2.2. O êxodo para o interior.....	78
2.3. A insurreição no interior.....	82
Capítulo 3	
<i>“Dois mil cangaceiros de mentira”</i> : os últimos dias da revolta em Sergipe	91
3.1. A reação das forças legalistas em Sergipe.....	93
3.2. As tropas legalistas se estabelecem no sul	96
3.3. O navio fantasma: ofensiva pelo oeste	104
3.4. O “batalhão patriótico” organizado no norte.....	106
3.5. O confronto final, que, aliás, não houve.....	114
Conclusão	121
Fontes e Bibliografia	123

Introdução

“As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos ...”

Ítalo Calvino¹

Mais um feriado nacional se aproximava. Estava tudo preparado. Os uniformes foram lavados, o repertório da banda de música e o itinerário do desfile definidos. Os confetes estavam guardados para a algazarra cívica que a população se encarregava de fazer nas ruas. No entanto, apesar de tudo já ter sido determinado previamente, as fardas escolares continuaram engomadas no dia em que se comemorava a Revolução Francesa, 14 de julho de 1789. Um dia antes os militares se movimentaram em Aracaju, mas não ensaiavam para o desfile cívico. Os comentários pelas ruas, nem de longe lembravam o episódio da Tomada da Bastilha. Falava-se noutra revolta, a que estava acontecendo ali mesmo em Aracaju. Era domingo, 13 de julho de 1924.

O dia da semana destinava-se ao descanso, já que a maior parte das pessoas não trabalhava. Aproveitavam então para ir à igreja, passear pela cidade ou visitar conhecidos. Mas esse domingo foi diferente. Começou com tiroteios. A diversão do dia de folga estava comprometida. Amedrontadas, muitas pessoas não saíram para os habituais passeios pelas praças do centro da cidade. Sem nenhuma informação oficial, a população foi perguntando aqui e ali, e, aos poucos, ia se informando sobre os disparos da madrugada. Cada um sabia um pedaço da história. No entanto, todas as versões contadas mencionavam que a confusão teve início no quartel do Exército.

De fato, durante a madrugada, o capitão Eurípedes Esteves de Lima, o 1º tenente Augusto Maynard Gomes, o 1º tenente João Soarino de Mello e o 2º tenente Manoel Messias de Mendonça, oficiais do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC)², revoltaram a unidade do Exército presente em Sergipe. Tropas lideradas pelos revoltosos ocuparam os quartéis do Exército e da Polícia, o Palácio do Governo, as estações dos Telégrafos e da Companhia Ferroviária. Entre os moradores da cidade muita incerteza, já para os

¹ CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.

² Criado a partir do decreto n. 15.235, de 31 de dezembro de 1921, o 28º Batalhão de Caçadores começou a funcionar oficialmente em Sergipe dia 11 de julho de 1922. O quartel do Exército localizava-se no centro de Aracaju, na praça 24 de Outubro, atualmente Praça General Valadão. Atualmente o 28º BC continua funcionando em Aracaju, mas mudou-se para o Bairro 18 do Forte em 1942.

responsáveis pelos poderes legais constituídos não restava dúvida alguma: os oficiais sergipanos estavam loucos!

A revolta no 28º BC não estava nos planos das autoridades sergipanas. Curiosamente, nem mesmo os insurretos paulistas esperavam por isso. Em 1924 ficou acertado que se insubordinariam unidades militares nos estados de “São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso”³. Entretanto, unificados pelo desejo de moralizar o sistema político, através da retirada de Artur da Silva Bernardes da presidência da República, os oficiais sergipanos se sentiram na obrigação de demonstrar seu apoio aos colegas de farda paulistas. As “boas intenções” dos quatro oficiais tumultuaram o estado por quase um mês.

Considerando o sucesso fulminante do movimento e a repercussão do levante em todo o estado, o objetivo desse trabalho é investigar como se deu a revolta militar de 1924 em Sergipe⁴. A análise se estende do início ao término do motim, ou seja, do dia 13 de julho a 2 de agosto. Pode-se imaginar que a periodicidade é demasiada curta, mas o que pensar então diante da análise de Georges Duby sobre a batalha de Bouvines, na França⁵? Um livro inteiro dedicado ao estudo do dia 27 de julho de 1214, coincidentemente um domingo. O corte temporal não implica num esforço intelectual menor, maior, ou num trabalho com o rigor acadêmico menos acentuado. Ao contrário, muitas vezes a densidade de um tema exige sua divisão em partes menores. Este parece ser o caso do levante militar que virou o estado de Sergipe de ponta a cabeça num domingo de 1924.

A historiografia acerca do tenentismo, frequentemente rotula os oficiais militares que se rebelaram na década de 1920 como representantes das classes médias, defensores da honra militar e moralizadores do sistema político vigente. Mais do que isso, são os únicos que tem a sua rotina alterada em virtude dos motins. Aqui eles serão vistos como participantes de um momento crucial da História de Sergipe e do Brasil. Mas os militares não foram os únicos a tomar parte no processo. Dadas as circunstâncias em que aconteceu, e as proporções que tomou, a revolta não se restringiu ao meio militar. Em Sergipe os rebeldes foram às ruas. Não era possível ser indiferente ao que estava

³ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 61.

⁴ Dois anos mais tarde, em janeiro de 1926, os líderes da revolta de 1924 estavam presos no quartel do 28º BC e tentaram promover um novo levante na unidade militar, mas não obtiveram sucesso. Não conseguiram sequer dominar o batalhão e foram rapidamente detidos. Na ocasião o 1º tenente Augusto Maynard foi baleado.

⁵ DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Trad. Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

acontecendo. A revolta militar interferiu até no horário de funcionamento dos bondes. Mas isso não duraria para sempre.

No dia 2 de agosto as forças legais marcharam sobre as ruas de Aracaju, e sobre as esperanças dos oficiais rebeldes. Os legalistas assumiam o controle da situação em Sergipe. Dois dias depois Graccho Cardoso estava de volta ao governo do estado. Os revoltosos se renderam às forças legais que tinham à frente o general Marçal Nonato de Faria. Este mesmo oficial comandava a 6ª Região Militar, que abrangia os estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Diante da gravidade dos acontecimentos, ele foi obrigado a se deslocar até Sergipe. Depois de ter restabelecido a “ordem” no estado e de já ter prendido muitos dos que se envolveram com a revolta, Marçal Nonato permaneceu por mais algum tempo em Aracaju como executor do Estado de Sítio. Os envolvidos foram indiciados e julgados. Os praças do 28º BC passaram a ser recrutados noutros estados.

A revolta em Sergipe não chegou a causar tanto impacto quanto a insurreição paulista. Dada a importância econômica, política e cultural de São Paulo, o seu “tenentismo” foi mais comentado, apesar de não ter sido tão bem sucedido quanto o sergipano. No entanto, São Paulo foi importante enquanto foco inspirador. A partir do exemplo paulista, outras unidades militares se rebelaram em diferentes regiões do país. Cronologicamente, depois da revolta de 5 de julho em São Paulo, ocorreram levantes em Sergipe, 13 de julho; Amazonas, 23 de julho; Santo Ângelo, 24 de outubro e no encouraçado São Paulo, 4 de novembro⁶.

É válido ressaltar que o termo “tenentismo” apareceu a posteriori. Em 1924 nenhum dos revoltosos usou esse termo, foram os historiadores que convencionaram chamar de tenentismo à série de levantes ocorridos nos quartéis do Exército na década de 1920 porque tais motins tinham oficiais de baixas patentes à frente. Em Sergipe, por exemplo, os líderes da revolta de 1924 foram um capitão e três tenentes. Outro aspecto a ser considerado reside no fato de que o Exército não pensava, e muito menos agia uniformemente. Como lembra José Murilo de Carvalho⁷, apenas alguns oficiais se envolveram com a revolta. A maior parte dos militares permaneceu ao lado da legalidade.

O tenentismo em Sergipe foi pouco estudado. A grande, para não dizer a única, referência no assunto é o livro *O Tenentismo em Sergipe* escrito pelo cientista político

⁶ Cf. CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975, e SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

José Ibarê da Costa Dantas⁸. O estudo é citado por outros historiadores que lidam com o tema, como João Quartim de Moraes, Edgard Carone, Maria Cecília Spina Forjaz e Eloína Monteiro dos Santos. A obra foi publicada com o auxílio do governo, “ocasionalmente”, como diz o autor, em 1974, cinquenta anos depois da revolta de 13 de julho. E “coincidentemente” Sergipe era governado sob a tutela militar. De lá até aqui nenhum trabalho acadêmico foi desenvolvido sobre o assunto. Na análise feita por Dantas, as origens e a repercussão recebeu dimensões maiores do que a própria revolta, título do livro. Os tenentes aparecem como simples fantoches à serviço do desencadeamento de fatos políticos. A ação dos militares é atribuída à insatisfação dos envolvidos com a política nacional e local. O autor desconsidera o fator institucional.

De qualquer forma, há uma forte tendência nos historiadores que trabalham com militares a associá-los à política. Em se tratando da década de 1920 então, esta parece ser a única maneira de legitimar o estudo do tema. Sua validade consiste em pensar a presença dos militares na transformação da política nacional, principalmente a partir de outubro de 1930. No já citado *O Tenentismo em Sergipe*, Ibarê Dantas afirma que o envolvimento dos militares com a política favoreceu o desenvolvimento do tenentismo. Dantas acredita que existiram motivos externos que impulsionaram o tenentismo no Brasil e em Sergipe como a conjuntura nacional, a reação de jovens oficiais a políticas impostas pelo Governo Central. Mas, o autor considera que houve também uma motivação interna para a revolta de 1924 em Sergipe. A justificativa para a simpatia da população para com o tenentismo estaria na insatisfação com a desigualdade social. Por outro lado, o coronelismo teria ajudado as forças legais a vencer os revoltosos. Dantas encara a atitude dos militares como um fator decorrente de manobras políticas. As ações dos oficiais são analisadas em decorrência do pertencimento dos mesmos à classe média.

Na sociologia brasileira existem duas correntes interpretativas sobre as relações entre o tenentismo e as Camadas Médias Urbanas. A primeira, seguida por Dantas, tem como matriz o pensamento de Virgílio Santa Rosa e engloba pesquisadores como Nelson Werneck Sodré, Helio Jaguaribe e Edgard Carone. Segundo eles, a identificação entre as Camadas Médias Urbanas e tenentismo se dá no plano ideológico, pois as formulações dos tenentes expressavam o inconformismo e anseios das Classes Médias Urbanas. A outra corrente é mais recente e critica a anterior. Entre os participantes estão

⁸DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

Boris Fausto e Maria do Carmo Campello de Souza. O trabalho de Boris Fausto sobressai e destaca que essa representatividade não se efetivou nem antes, nem depois de 1930 e aponta o fator institucional como mola propulsora do tenentismo.

A corrente historiográfica que defende a idéia de que as revoltas tenentistas foram resultado do pertencimento dos militares às classes médias urbanas está baseada em *O sentido do tenentismo* de Virgílio Santa Rosa⁹. Este acredita que a história republicana do Brasil é também a história da ascensão da burguesia no País. Dessa forma, os militares teriam sido expoentes das classes médias. A necessidade de derrubar a oligarquia uniu políticos opositores e tenentes, e desencadeou a série de conspirações no período de 1922 a 1930. O autor atribui o fracasso do tenentismo de 1922, 1924 e 1926 à inércia das massas rurais que contrastavam com o entusiasmo da cidade. Os tenentes eram oriundos das classes médias, levados ao poder só podiam contar com as multidões urbanas. Nada deteria a ascensão da burguesia e só o tenentismo podia acelerar as aspirações das classes médias. Sendo assim, a hipótese militarista está descartada. Os militares tiveram que intervir na política nacional, mas depois disso deveriam voltar ao quartel, pois só deveriam aparecer quando necessário. O autor não fala em indivíduos, mas em grupos representativos como classes médias urbanas, oligarquia, massas rurais, estados do Sul, estados do Norte.

Seguindo essa linha de pensamento, Nelson Werneck Sodré¹⁰ acredita que as revoltas tenentistas teriam sido o primeiro passo para a revolução burguesa no Brasil. Segundo ele, os militares estão presentes nos principais episódios da História do Brasil como a Abolição e a República. Exatamente por isso, o grupo estava apto a promover a revolução burguesa no país. Os objetivos tenentistas eram modestos e faziam parte da “missão purificadora” em que os militares estavam. As motivações dos militares em 1922 consistia em defender a dignidade militar dos ataques de Epitácio Pessoa. Já em 1924, os militares pretendiam moralizar o regime republicano. Sodré enxerga o tenentismo no Brasil como um fenômeno levado à diante pela pequena burguesia. O autor menciona 3 fases pelas quais passou o tenentismo. A primeira, de 1922 a 1927, teria sido marcada pela pureza e distanciamento das forças políticas tradicionais. Nesse período, o movimento adquire dimensão nacional. Já na segunda, de 1927 a 1930, o tenentismo aceita alianças com forças políticas civis. O momento é caracterizado pela perda da pureza, uma vez que os militares abandonam seu isolamento. Na última fase, a

⁹ SANTA ROSA, Virgílio. 3 ed. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

partir de 1930, o movimento é marcado pelo antagonismo. Sodré vê a revolução de 1930 como um dos, ou, o último episódio do tenentismo e afirma que os militares tinham ojeriza à política.

Nelson Werneck Sodré analisa o Exército brasileiro noutros trabalhos. Em *História Militar do Brasil*¹¹, discorre sobre a constituição dos quadros militares desde a colônia até o golpe militar de 1964. Sodré acredita que durante a Primeira República, o Exército esteve preocupado com os anseios do povo e contrário ao atraso do Império. Já em *Do Tenentismo ao Estado Novo*¹² traça a trajetória da sua formação militar relacionando com o momento histórico em que isso ocorreu, ou seja, das revoltas tenentistas (1922-1924) ao fim do Estado Novo (1937-1945). Apesar do tenentismo ser título do livro, Sodré não analisa o movimento nessa obra.

Adepto da hipótese institucional, Boris Fausto¹³ faz uma reflexão acerca da revolução de 1930. Segundo ele, o tenentismo da década de 1920 tem características predominantemente militares e já traz o embrião de tendências reformistas autoritárias. Os tenentes se identificavam como responsáveis pela “salvação nacional”. O movimento de 1922 teria sido marcado por um isolamento e desconfiança para com os civis. Já em 1924 houve uma persistência das características do movimento de 1920, mas o episódio ganha maior amplitude. Para Boris Fausto a coluna Prestes foi a façanha mais arrojada do tenentismo. No entanto, o autor acredita que a utilização da violência por parte dos tenentes afastou a oligarquia dissidente. Com relação à simpatia popular, reconhece que foi inegável, embora a convocação de reservistas em São Paulo tenha sido um fracasso. A “missão regeneradora” dessa primeira fase, antes de 1930, é marcada pelo ataque às oligarquias, é centralizado, elitista e vagamente nacionalista. O autor reconhece a necessidade de atentar para a origem humilde dos tenentes no momento de analisar o tenentismo. Para Boris Fausto, o levante de 1924 não foi uma revolução das classes médias, mas é preciso atentar para sua intervenção na revolução de 1930.

Saindo das polaridades extremistas, o trabalho de Maria Cecília Spina Forjaz¹⁴ *Tenentismo e política*, trata da fase liberal-democrata do tenentismo. Isso corresponde ao período desde a revolta do forte de Copacabana, em julho de 1922, até a internação

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. 2 ed. **Do Tenentismo ao Estado Novo**: Memórias de um soldado. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹³ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.

¹⁴ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 61.

da Coluna Prestes na Bolívia, em fevereiro de 1927. A autora acredita que o tenentismo foi desencadeado tanto pelo pertencimento dos militares às classes médias como também a hipótese institucional. Apesar disso esforça-se para demonstrar a ligação e pertencimento dos tenentes às classes médias e a importância desse contato para o desencadeamento dos fatos que levaram à revolta de 1924. A autora tenta combater as idéias de Boris Fausto que negam a ligação dos tenentes com as classes médias urbanas. Um dos argumentos utilizados é o de que, assim como os tenentes, as classes médias também eram anti-oligárquicos.

Noutra perspectiva, João Quartim de Moraes¹⁵ não está preocupado em classificar os tenentes como expoentes das classes médias ou militares. Ele procura mostrar que a diferença do movimento tenentista estava na oposição ao regime oligárquico e não apenas ao governo. Em *A esquerda militar no Brasil*, o autor cita quatro fases para o tenentismo. A primeira culminou e terminou com o episódio do forte de Copacabana, em 1922. A segunda, com as revoltas ocorridas em 1924. A terceira, com a retirada dos rebelados de São Paulo e a constituição da coluna guerrilheira comandada por Luis Carlos Prestes. Este seria o momento mais profícuo do tenentismo. Já a quarta fase seria marcada pela revolução de 1930. Moraes destaca que em 1922 a motivação dos tenentes foi corporativa. Segundo ele, as revoltas de 1924 fracassaram em todos os estados, menos o levante chefiado por Luís Carlos Prestes. Para o autor, o tenentismo ganhou relevância a partir do momento em que se configurou como esquerda, ou seja, quando se constituiu a Coluna Prestes e esta começou sua marcha.

José Murilo de Carvalho pensa diferente. Para ele, que também divide o movimento em fases, as revoltas da década de 1920 marcariam um segundo tenentismo, resultado ainda do dia 15 de novembro de 1889. Uma espécie de reedição da Proclamação da República. Em *Forças Armadas e Política no Brasil* o autor centra sua análise no Exército destacando a importância dos fatores organizacionais. De acordo com Carvalho os jovens oficiais formavam o grupo dentro do Exército que mais atuou na política entre 1889 e 1930. Por isso mesmo a intromissão dos militares na política não deve ser vista como uma intervenção da corporação como um todo, já que predominam os movimentos de jovens oficiais. José Murilo de Carvalho divide as intervenções em dois grandes ciclos. O primeiro, compreendido entre 1889 e 1904; e o segundo, os anos que vão de 1922 a 1930. Na década de 1920 era grande o número de

¹⁵ MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

tenentes no quadro do Exército. Isso se devia, dentre outros fatores, à demora das promoções, e ao retorno de muitos dos envolvidos nas revoltas da Escola Militar aos quadros da instituição. Com a República, a distribuição das tropas foi modificada. Surgiu uma tendência de unir a presença das forças militares onde se concentrava o poder político. O período de 1889 a 1930 caracterizou-se pela tentativa do Exército de se transformar numa organização nacional. O autor acredita que o crescimento da urbanização e da industrialização reduziu a influência das oligarquias rurais e forneceu aliados importantes para os tenentes.

Depois de São Paulo e Aracaju, apareceu um foco rebelde em Manaus, no dia 23 de julho de 1924. O episódio foi analisado por Eloína Monteiro dos Santos¹⁶ em *A rebelião de 1924 em Manaus*. O trabalho destaca a crise política e econômica pela qual passava Manaus na década de 1920 mediante a desvalorização da borracha, o descaso do poder central e os empréstimos contraídos no exterior. E, ainda que a situação econômica fosse assustadora, a autora acredita que o fator institucional influenciou a tomada de decisão dos militares nesse momento. O exemplo da rebelião em São Paulo incitou os oficiais que haviam sido transferidos para Manaus a deflagrar uma rebelião ali também¹⁷. Os militares efetuaram prisões de autoridades e bloquearam as comunicações telegráficas e fluviais. O governador do estado foi substituído pelo 1º tenente Augusto Ribeiro Junior. O oficial tentou mostrar na prática que o Exército seria o responsável pela moralização política, já que os políticos civis eram corruptos. Os militares criticavam as oligarquias, mas acabaram se envolvendo com grupos oligarcas, o que mostra os limites da atuação dos tenentes em Manaus. Primeiro o governo federal liquidou a revolta tenentista em São Paulo, depois em Sergipe, e, por fim, em Manaus. A rendição na capital amazonense deu-se a 28 de agosto de 1924.

Oferecendo informações básicas acerca do tenentismo, o livro *Uma trama revolucionária?* de Antonio Paulo Rezende¹⁸ está dividido em duas partes. Na primeira, o autor contextualiza o Brasil na década de 1920 a 1930. Rezende explica que o tenentismo foi um movimento que expressava a insatisfação dos militares em relação à política. Além disso, destaca as datas e locais onde ocorreram os principais levantes e os

¹⁶ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, Ed. Calderaro, 1985.

¹⁷ Após o fracasso da rebelião em 1922 vários militares foram transferidos para Manaus. A oficialidade da Amazônia era constituída na maioria por militares indesejáveis. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, Ed. Calderaro, 1985.

¹⁸ REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária?: do tenentismo à revolução de 1930**. São Paulo: Atual, 1990. – (História em documentos).

líderes dos movimentos de 1922, 1924 e 1930. O tenentismo marca o retorno dos militares á política. No entanto, Antonio Paulo Rezende não se detem sobre os episódios de 1922 e 1924. O autor explora essas revoltas enquanto antecedentes de 1930. Enfatiza a revolução ocorrida em 1930 e seus desdobramentos. Na segunda parte do livro, alguns documentos escritos e charges do período são explorados. Em meio à documentação citada, o autor deixa claro que nem todo o Exército era oposicionista, o tenentismo não foi um movimento homogêneo. Ao fim do livro faz referência à historiografia, literatura, e filmes que tratam do tenentismo, ou do contexto brasileiro à época.

As análises historiográficas acerca do tenentismo parecem sempre estar legitimadas dentro do campo da política. Os militares se envolveram com política na década de 1920 e disso teria resultado a revolução de 1930 e, mais tarde, a de 1964. Daí a importância em estudar os militares, dentro do campo da política. Até meados da década de 1980 as análises acerca do tema estavam preocupadas em mostrar os militares como representantes das classes médias urbanas ou em fortalecer a hipótese institucional. E, a partir de então, tem-se duas possibilidades: ou os militares são classificados como expositores das classes médias, ou defensores dos interesses da classe militar.

Em qualquer uma das opções acima, os militares são sempre os únicos envolvidos com os levantes. Mas não foram apenas os militares que tiveram experiências com as revoltas de 1924. Boris Fausto aponta que o voluntariado em São Paulo foi um fracasso, enquanto que a documentação presente nos arquivos sergipanos dá conta do sucesso que foi a convocação de voluntários no estado em 1924. O grande problema continua sendo o da generalização. Ainda que a história produzida com base nos acervos de São Paulo e Rio de Janeiro seja considerada como “História do Brasil”, não se pode afirmar que as experiências acerca do tenentismo tenham sido as mesmas em São Paulo, Sergipe, Amazônia e Rio Grande do Sul. E é exatamente isso o que este trabalho procura elucidar: algumas experiências em torno da revolta de 1924 no estado de Sergipe. Para tanto, é preciso passar por conceitos pré-estabelecidos sobre o envolvimento dos militares na História Nacional.

Avançando sobre o preconceito acadêmico e o veto aos estudos militares, os interessados no assunto procuram conferir legitimidade teórica ao tema. Segundo José Murilo de Carvalho, a oposição ocorre porque o tema é considerado “suspeito do ponto

de vista político”¹⁹. Ainda de acordo com este historiador, a identificação entre militares e governos ditatoriais levou a Academia a confundir o interesse dos pesquisadores pela História Militar com uma suposta simpatia por regimes autoritários. Longe disso, os pesquisadores da História Militar têm se aproximado cada vez mais do que se convencionou chamar de *Nova História Militar*. Os seguidores dessa linha procuram se debruçar sobre as relações envolvendo as Forças Armadas e a sociedade. É nesse pressuposto que se baseia este trabalho.

Dentre os historiadores civis que mais produziram sobre militares brasileiros nos últimos anos está Celso Castro²⁰. Em *Os militares e a República* o antropólogo analisa o envolvimento dos militares no movimento que culminou na Proclamação da República, em 1889. Na versão de Castro, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha teriam exercido o papel de iniciadores da trama republicana no Exército. Benjamim Constant aceitou o desafio de liderar a Mocidade Militar. Já o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, aceitou o republicanismo na última hora. Castro mostra a Proclamação da República como um golpe tramado e executado por um grupo restrito de militares e civis. A Marinha, os praças do Exército e seus generais ficaram de fora do plano.

Os desdobramentos da falta de participação popular no momento de proclamar a República são apresentados por José Murilo de Carvalho²¹ em *A formação das Almas*. Conforme o autor, a inexistência da participação popular teria gerado problemas para a legitimação do regime recém-instituído. A identificação popular com a República passou a depender da escolha dos símbolos que representariam o novo regime. Analisando a batalha pelo simbólico no Brasil durante a formação da República, Carvalho destaca a utilização da história e da arte para cristalizar a memória forjada pelos positivistas. A proximidade entre o movimento republicano e o positivismo francês favoreceu a utilização dos símbolos da Revolução Francesa. A construção de símbolos nacionais pelas Forças Armadas beneficiou a própria instituição, à medida que valorizou a exaltação de militares como heróis, a exemplo do Marechal Deodoro da Fonseca e Tiradentes.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 140.

²⁰ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 (Coleção Antropologia Social).

²¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A utilização de elementos simbólicos pelo Exército como meio de legitimação também foi analisada por Celso Castro²² em *A invenção do Exército brasileiro*. De acordo com o autor a participação na Guerra do Paraguai foi determinante para que o Exército brasileiro adquirisse sua identidade institucional. E, durante a Primeira República, o conjunto de características e circunstâncias que distinguiam o Exército das demais instituições militares estava sendo construído. A instituição de festas a militares, a inauguração de estátuas e a nomeação de Caxias em 1925 para patrono do Exército evidenciam isso. O Exército instituiu os símbolos que representavam a República. Porém, a instituição percebeu que era possível, e necessário, recontar sua própria história, forjando uma imagem isenta de conflitos. Tal assimilação do aspecto inabalável atribuído ao Exército foi importante na formação dos militares.

Em *O espírito militar* Celso Castro²³ apresenta uma interpretação do processo de aprendizagem de valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida na caserna. O autor utilizou as experiências de alunos e ex-alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para investigar a construção da identidade social do militar. Castro acredita que o impacto causado pela doutrina, auxiliado pela convivência no centro de formação de oficiais, assim como o isolamento do mundo exterior à escola promove laços de amizade e *camaradagem* entre os internos. As experiências são maximizadas. E assim o grupo passa a se identificar como pertencente à instituição. Por isso mesmo, existe uma preocupação em homogeneizar os cadetes. As diferenças decorrentes de experiências escolares anteriores devem desaparecer²⁴. O fortalecimento das relações de *camaradagem* entre os alunos da AMAN, auxilia no fortalecimento da idéia do Exército como uma instituição coesa.

Alguns historiadores que se interessam pela temática militar têm se identificado cada vez mais com a *Nova História Militar*. Seguindo esse novo paradigma, Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay²⁵ organizaram o livro *Nova História Militar Brasileira*, no qual reuniram os trabalhos de historiadores que abordam as relações entre as Forças Armadas brasileiras e a sociedade. Essa linha de pesquisa tende a enfatizar

²² Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

²³ CASTRO, Celso. 2 ed. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

²⁴ Celso Castro menciona um trecho da autobiografia de José Pessoa, diretor da Escola militar de Realengo a partir de 1930, na qual ele destacava que “o Exército procura formar mentalidades uniformes, e não personalismos”. Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 40.

²⁵ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

aspectos das Forças Armadas que sempre foram deixadas de lado, como as experiências pessoais de soldados e marinheiros, nos períodos de guerra e paz. Os organizadores do livro criticam a falta de atenção da academia para com os estudos militares.

Opinião semelhante apresenta José Murilo de Carvalho²⁶ em *Forças Armadas e Política no Brasil*. O autor chama atenção para o descaso das academias e políticos por assuntos militares. Nesse livro, Carvalho reúne artigos em que problematiza a participação dos militares, principalmente do Exército na História do País. Assim, Carvalho analisa as peculiaridades organizacionais da instituição para compreender sua atuação na política brasileira durante a República. O autor problematiza a ligação entre as Forças Armadas e política no Brasil, percebendo de que forma elas se relacionaram na Primeira República e durante a Era Vargas. Carvalho observa que o Exército sempre esteve mais ligado à política do que a Marinha.

Apesar de autores como Celso Castro e José Murilo de Carvalho chamarem atenção para a emergência de se estudar as instituições militares, ainda há muito que fazer diante do desconhecimento quase total das unidades militares brasileiras. No trabalho monográfico *Formalidades do estilo*²⁷, estudei a instalação do 28º Batalhão de Caçadores em Sergipe e as representações trabalhadas pelo Exército em Sergipe entre 1922 e 1930. Na monografia aponto a necessidade de avançar nas análises sobre as instituições militares no estado. Sem desprezar a produção local sobre o período, lido com fontes até então inexploradas, como os documentos da própria instituição militar.

Assim sendo, percebe-se que os estudos sobre os militares brasileiros apresentam novos caminhos como a *Nova História Militar*. Por outro lado, trazem lacunas, como objetos inexplorados e estudos que já não respondem às questões do presente. Esses dados impulsionam ainda mais a realização desse trabalho, que se pretende uma contribuição aos estudos sobre militares no Brasil e, particularmente, em Sergipe. Sobretudo pelo enfoque dado pelo trabalho, que será o de analisar o envolvimento entre os militares e a sociedade sergipana da época, a partir da eclosão da revolta de 1924.

Com isso, não está descartado o envolvimento dos militares com a política. O próprio objetivo da revolta de 1924, depor Artur Bernardes para moralizar o sistema

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

²⁷ CRUZ, Andreza Santos. **Formalidades do estilo: heróis, invenções e celebrações no 28º Batalhão de Caçadores (1922-1930)**. São Cristóvão, 2005. 115 p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

republicano, evidencia essa ligação. Essa não é mais uma questão a ser respondida. O que se tenta fazer aqui é estudar outras implicações do levante militar.

Existem casos em que, a partir de um objetivo, o historiador parte para o levantamento de fontes documentais no intuito de observar a viabilidade do projeto. Noutras situações, como é o caso do presente estudo, o contato com as fontes gera uma inquietação que pode levar à elaboração de um trabalho científico. Independente do pontapé inicial, o trabalho de pesquisa requer organização e disciplina no trabalho com os documentos.

As fontes utilizadas foram basicamente escritas. Elas foram analisadas considerando as indicações de Carlo Ginzburg²⁸ sobre o paradigma indiciário, ou seja, observando os pormenores e fazendo uso do método interpretativo centrado em pistas, sintomas, indícios. Dentre os registros documentais utilizados por esse trabalho estão as proclamações elaboradas pelos rebeldes, que expressam os objetivos e as aspirações dos militares; despachos telegráficos, que mostram a comunicação entre os líderes da revolta em Aracaju e as tropas que haviam sido enviadas para o interior; Boletins Regimentais do 28º Batalhão de Caçadores, que registram a movimentação diária da unidade militar; Boletins do Exército, usados como meio de comunicação para anunciar as determinações da instituição em todo o País; e jornais sergipanos como *O Município*, *Gazeta do Povo*, o *Sergipe Jornal*, *A cruzada*, *Correio de Aracaju*, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, e os periódicos pernambucanos, como o *Jornal do Recife* e *Diário de Pernambuco*, que transmitem notícias e, interpretações sobre a revolta de 1924.

Além das fontes já mencionadas, foi consultado também o relatório entregue ao Presidente da República pelo Ministro da Guerra para informar sobre o que acontecia com as diversas unidades e instituições militares do País; o relatório elaborado pelo governador de Sergipe depois da revolta militar, que traz a interpretação de Maurício Graccho Cardoso sobre o levante, além de determinações que anulavam e repreendiam toda a ação dos rebeldes; e o relatório do general Marçal Nonato de Faria sobre a revolta em Sergipe, na qual o oficial conta como agiu para liquidar o levante militar no estado.

A pesquisa contou com fontes documentais disponíveis nos arquivos sergipanos. Entre as instituições pesquisadas estão o Arquivo Público do Estado de Sergipe (SE); o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (SE); a Biblioteca Pública Epifânio Dórea

²⁸ Sobre o paradigma indiciário ver GINZBURG. Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História**. Trad. Frederico Carotti. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.143-275.

(SE); o Arquivo interno do 28º Batalhão de Caçadores (SE), o Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (SE), Arquivo Público Jordão Emerenciano (PE). Além desses, foram utilizados também documentos disponibilizados on-line como os relatórios dos Ministros da Guerra encontrados no site <http://www.crl.edu/> e artigos de jornal New York Times, disponíveis na página eletrônica <http://www.nytimes.com>.

A intervenção dos militares na política nacional ainda parece ser a preocupação de muitos. Tanto é que os trabalhos voltados ao estudo dos militares, freqüentemente, tomam os anos de 1889, 1930 e 1964 para discutir o tema. Alguns acreditam que tentar compreender a Proclamação da República, a chamada *Revolução de 1930* e o golpe militar de 1964 são suficientes para compreender os militares. Mas muito pouco se sabe sobre os militares fora da esfera da política. Assuntos como família, diversão, valores sociais e culturais ainda não receberam a atenção merecida. Isso para não mencionar o cotidiano dos quartéis, que é praticamente desconhecido. Analisar as relações desenvolvidas entre militares e civis, a partir da revolta de 1924 em Sergipe, possibilita o conhecimento de uma parte importante da História de Sergipe e do Brasil. Nesse sentido, a pesquisa ajuda a preencher uma lacuna na historiografia sergipana ao tratar da relação entre o Exército e a sociedade local.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro deles, *Sonhando o mundo real: antecedentes da revolta de 13 de Julho*, aborda os antecedentes da revolta em Sergipe e a noite de 12 para 13 de julho em Aracaju. Nesse capítulo serão apresentados também o 28º BC, unidade militar na qual teve início o motim; os líderes da revolta, capitão Eurípedes Esteves de Lima, 1º tenente Augusto Maynard Gomes, 1º tenente João Soarino de Mello e 2º tenente Manoel Messias de Mendonça; a motivação dos oficiais militares e a maneira como pensaram e executaram o plano da revolta.

O comportamento dos rebeldes, civis e autoridades após o sucesso da revolta são avaliados a seguir. O segundo capítulo, denominado *Um mundo ao alcance das mãos: desdobramentos do levante militar em Aracaju e no interior*, investiga o que aconteceu depois que os rebeldes assumiram o controle da situação em Aracaju. Muitas famílias deixaram a capital com receio de que acontecessem tiroteios. Mas o interior não permaneceu isolado por muito tempo. Temendo represálias por parte dos coronéis os rebeldes enviaram tropas para várias cidades. Enquanto isso o governo federal tomava ciência do que estava acontecendo em Sergipe.

O terceiro e último capítulo intitulado *“Dois mil cangaceiros de mentira”: os últimos dias da revolta em Sergipe*, analisa de que maneira o Governo Federal se

mobilizou para acabar com o levante em Sergipe. Contando com reforços do 20º BC, de Maceió; 21º BC, de Recife; 22º BC, de João Pessoa; policiais dos estados da Bahia e Alagoas; homens do “batalhão Hercílio Britto” e o contratorpedeiro *Alagoas*, o general Marçal Nonato de Faria cercou os insurretos a partir do norte, sul e oeste do estado. Os rebeldes estavam cercados e sem comunicação com outros estados. Estes seriam os últimos dias da revolta militar de 13 de Julho.

Nas últimas décadas o meio historiográfico tem sido marcado pelo retorno dos historiadores à narrativa. Pensar a melhor maneira de fazê-la tem ocupado o centro de muitas discussões. Pois como lembra David Lowenthal²⁹, a vida pode se modificar pela narrativa. A recíproca é possível, pois a narrativa interfere na vida tanto quanto a vida interfere na narrativa. A tessitura desse texto foi feita mediante a investigação da vida de pessoas que já morreram. Os vestígios encontrados foram utilizados como prova. E ainda que não se possa reconstituir o passado exatamente como aconteceu, isso não chega a ser um problema. Conforme aponta Carlo Ginzburg

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditavam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes”. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção, como procuro mostrar nas páginas que se seguem, não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico é possível)³⁰.

Baseado nas fontes documentais consultadas, esta é a versão que foi possível fazer sobre as pessoas que viveram em Aracaju no ano de 1924, e que ganharão vida, diferenciada, a cada leitura dessa narrativa.

²⁹ Lowenthal, David. LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Revista Projeto História. Trabalhos da Memória**. Nº 17. São Paulo: PUC, novembro de 1998, pp 63-201.

³⁰ GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P.44 - 45.

Capítulo 1

SONHANDO O MUNDO REAL: ANTECEDENTES DA REVOLTA DE 13 DE JULHO

*“A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o
adversário a submeter-se à nossa vontade”*

Carl von Clausewitz³¹

O governador de Sergipe voltou! Preso por um grupo de militares rebeldes desde a madrugada do dia 13 de julho, Maurício Graccho Cardoso só foi libertado no dia 2 de Agosto, à noite. Depois de quase um mês ele retomou seu cargo administrativo. A notícia repercutiu em diferentes estados e até mesmo fora do País

Sergipe Executive Resumes Post After Flight of the Rebels

RIO DE JANEIRO, Aug. 12 (Associated Press). – The Governor of the State of Sergipe has notified the Government of his return to office duties in consequence of the defeat of the rebels by the Federal troops, which were sent to Aracaju. A telegram to this effect, read in the Chamber of Deputies, added that order was being re-established in Sergipe. It is estimated that of the Threatened bombardment nearly all have returned³².

À uma hora da tarde do dia 4 de agosto Maurício Graccho Cardoso, pôde entrar em seu gabinete no Palácio do Governo. Havia muito que fazer. Era preciso reorganizar o serviço público, enviar correspondências e agradecer aos que se mobilizaram contra os amotinados. Mas antes de tudo isso, o governador baixou um decreto anulando os atos dos rebeldes, uma vez que não foram praticados por “autoridades de fato”, mas por pessoas que se apossaram “ilegitimamente e violentamente”³³ do poder. Num

³¹ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.7.

³² BRAZILIAN GOVERNOR BACK. **New York Times**. New York, 13 ago. 1924. Disponível em <http://www.nytimes.com/_Brazilian_Governor_Back_.html>. Acesso em: 10 jun. 2007.

³³ PODER EXECUTIVO. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 5 jul. 1924, p.1.

pronunciamento ao povo, falou sobre os acontecimentos que modificaram o estado contra sua vontade.

Finalmente Sergipe estava “à salvo” do “atentado selvagem e monstruoso da covardia ambiciosa, da indisciplina e da audácia inconsciente e anárquica”³⁴. A imprensa divulgou “todos os horrores desse banditismo sanguinário”. Assim a população ficou a par das “origens e o curso desse tenebroso movimento”³⁵. Durante os dias em que permaneceu incomunicável, o governador afirmou ter sido exposto a “ameaças constantes”. Maurício Graccho Cardoso não esqueceu de agradecer ao portador de seu telegrama para Arthur Bernardes, o 2º tenente médico Eronides de Carvalho³⁶. Este militar foi o único oficial do Exército a não ser preso por discordar do levante de 13 de julho de 1924 no 28º BC.

O objetivo desse capítulo é analisar a preparação dessa revolta. Os fatos que marcaram os meses de julho e agosto de 1924 não aconteceram por acaso. A insurreição tinha uma finalidade. Por isso mesmo foi planejada cuidadosamente. Afinal de contas “a guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e do risco, tampouco obra de um entusiasmo desenfreado: é um meio sério para alcançar um fim sério”³⁷. Entre as conseqüências do levante estavam a ocupação de prédios públicos, a prisão de autoridades e a deposição do governador. Este só conseguiu retomar seu posto após a intervenção das tropas legalistas.

Reempossado, Graccho Cardoso não tardou em contar as boas novas ao Presidente da República. Ainda no dia 4 de Agosto, enviou um telegrama “urgentíssimo” a Arthur Bernardes para lhe comunicar sobre “a vitória da legalidade”.

³⁴ SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924. p. 3.

³⁵ SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924. p. 4.

³⁶ Filho de Antonio Ferreira Carvalho e Balbina Mendonça de Carvalho, nasceu no povoado Canhoba, do município de Propriá (SE), dia 25 de abril de 1895. realizou os estudos básicos e secundários em Maceió. Em 1917 defendeu a tese intitulada “Do ópio em terapêutica mental” na Faculdade de Medicina da Bahia. Aprovado por um concurso para o Corpo de Saúde do Exército em fevereiro de 1923, foi transferido para o 28º BC dois meses depois. Perseguiu a Coluna Prestes em sua passagem pelo Nordeste e foi eleito Governador de Sergipe em 1934. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1969. Sobre Eronides Ferreira de Carvalho ver: ABREU, Alzira Alves de...[et.alii] **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)**. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1. Eronides de Carvalho, p. 1170-1172.

³⁷ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.p.26

Agradecido, reconheceu que o seu regresso ocorreu “em virtude da vigorosa e patriótica intervenção de v.ex. no sentido de restabelecer a ordem constitucional aqui invertida”³⁸.

O governador atribuiu sua liberdade, principalmente, à ação enérgica do Presidente da República. Graças a essa intervenção, através das forças mobilizadas nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, ele estava de volta à sua casa e ao Palácio do Governo. Decidiu, então, mimar seu benfeitor. E, numa demonstração de eterno devotamento, resolveu homenageá-lo encomendando no Rio de Janeiro “um busto de bronze do atual chefe da Nação, para figurar no salão nobre do Palácio do Governo”³⁹. Assim, o Presidente da República estava representado⁴⁰ em Sergipe através do busto de bronze que figurava no Palácio do Governo. Simbolicamente, Graccho Cardoso não apenas agradecia, mas também reafirmava a presença de Arthur Bernardes no centro de decisões do estado de Sergipe.

Aracaju ficou livre dos rebeldes, mas passou a ser vigiada pelas tropas legais, que se encarregaram do policiamento. Os pernambucanos que vieram representando o 21º Batalhão de Caçadores (21º BC) aquartelaram-se no 28º BC. Nesse mesmo local foram presos os praças que haviam colaborado com o levante⁴¹. Muitos se entregaram voluntariamente, outros foram capturados. E já que nem todos foram apanhados imediatamente, as diligências continuaram pela capital e interior. O general Marçal Nonato de Faria, chefe das operações militares contra os revoltosos, e, executor do Estado de Sítio, mandou que fossem publicados editais convocando os líderes da revolta sob pena de passarem a desertores. Eles deveriam ser punidos exemplarmente. Poucos dias depois o capitão Eurípedes Esteves de Lima, e os tenentes João Soarino e Manoel Messias de Mendonça já estavam presos no quartel do Exército.

Enquanto isso, o paradeiro do 1º tenente Augusto Maynard Gomes permanecia desconhecido. Não se entregou, tão pouco se deixou prender. E, na qualidade de desertor do Exército o oficial era procurado por toda parte “com vivo interesse”⁴². E

³⁸ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 41.

³⁹ BUSTO DE BRONZE DO PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES. **Diário da Manhã**. Aracaju, 23 ago 1924, p. 1.

⁴⁰ O termo “representação” pode ser utilizado com sentidos diferentes. Uma das maneiras é empregar representação “como dando a ver uma coisa ausente”. Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990, p.20.

⁴¹ Os porões do Grupo Escolar Barão de Maruim também foram utilizados para deter os envolvidos com o levante. Cf. DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

⁴² SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924p. 43.

não foi só o governador que anulou os atos dos rebeldes. No 28º BC, a aceitação de voluntários e a convocação dos reservistas foram anuladas. Obedecendo a uma circular do Ministro da Guerra de 12 de setembro de 1924, duzentos e sessenta e um praças foram excluídos do Exército⁴³. Apenas os que não haviam feito nada a favor da revolta, como no caso dos que estavam doentes na enfermaria, não precisaram prestar contas com a Justiça. O 28º BC paralisou suas atividades até 3 de outubro desse mesmo ano.

No relatório enviado ao Ministro da Guerra, o general Marçal Nonato declarou que os rebelados haviam reduzido o 28º BC à anarquia, estragado e extraviado material do Exército e do Batalhão Policial, além de deixarem o governador sem os cuidados médicos que sua saúde exigia. A lista de acusações não acaba por aí. Os insurretos ainda forçaram o auxílio de muitas pessoas à revolta, convocaram reservistas, admitiram voluntários, aprisionaram o vapor *Itapoan*, cavaram trincheiras nas praias, apagaram os faróis da barra, montaram canhões, deram tiros e entrincheiraram-se em Itaporanga, para onde levaram canhões.

Atendendo a ordens superiores, o general Marçal Nonato de Faria mandou os 60 praças da polícia baiana; os 8 oficiais e 295 praças do 21º BC, de Pernambuco; bem como os 8 oficiais e 281 praças do 22º BC, da Paraíba, regressarem. Conservou em Aracaju apenas o efetivo disponibilizado pelo 20º BC, de Alagoas, num total de 5 oficiais e 284 praças. Em Recife era grande a expectativa em torno do regresso dos militares. Os pernambucanos entraram no *Itaipava* às 3h da tarde do dia 20 de agosto e partiram. Mas antes do embarque “o 21º de Caçadores, equipado, desfilou galhardamente pelas ruas desta capital, acompanhado de crescido número de pessoas”⁴⁴.

Oito oficiais e duzentos e noventa e cinco praças voltaram a ver o rio Capibaribe. Ao retornarem à terra natal tiveram a felicidade de reencontrar familiares e amigos curiosos para ouvir as histórias que os praças certamente contariam aos montes. Oficialmente não houve baixas na tropa. O comandante do 21º BC, tenente-coronel Toscano de Britto, afirmou em telegrama ao governador Sergio Loreto que

terminou movimento revolucionário de Sergipe devido a ação enérgica e decisiva do 21º BC, que reagindo ao ataque dos revoltosos, no lugar Água Bonita, a dois quilômetros Itaporanga,

⁴³ Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924

⁴⁴ O EMBARQUE DO 21º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Diário da Manhã**. Aracaju, 20 ago 1924, p.1.

primeiro reduto do inimigo, por espaço de quinze minutos, obrigou-os bater em retirada com grande pânico entre eles abandonando as posições. O 21º BC, cujos filhos pertencem ao Estado que v.exe. tão dignamente preside, portou-se com grande intrepidez e denodo⁴⁵.

Enquanto o 21º BC voltava para o Recife alardeando feitos heróicos, o 28º BC tinha suas atividades paralisadas. Já a Força Pública em Sergipe passava por uma reorganização. Graccho Cardoso providenciou para que o Batalhão Policial fosse aparelhado com material moderno. Cansado de surpresas, o governador determinou que “a milícia estadual será comandada d’oravante por um oficial do Exército”⁴⁶ de sua confiança e que deveria imprimir a disciplina necessária ao corpo. De acordo com a nova organização, oficiais e praças de idade avançada seriam afastados. O comando provisório e a reorganização do batalhão foram confiados ao capitão Octaviano José da Silva, integrante do Estado Maior⁴⁷ do general Marçal Nonato.

Vários inquéritos e sindicâncias foram instaurados para apurar as responsabilidades que os revoltosos pudessem ter. Também foram investigadas a Escola de Aprendizes Marinheiros, a Capitania do Porto, o Batalhão Policial e os sargentos do 28º BC. Além disso, a polícia abriu inquéritos para apurar a participação dos civis no movimento de 13 de julho de 1924. Entre todos os indiciados, apenas o capitão Eurípedes Esteves, e os tenentes Augusto Maynard, João Soarino e Manoel Messias assumiram a responsabilidade pela revolta militar e seus desdobramentos.

Já com a situação normalizada, muitas pessoas comentavam a audácia dos quatro oficiais. O ideal que os uniu interferiu no cotidiano dos sergipanos durante a revolta. Mas o que parecia incompreensível é que essa movimentação teve início justamente no quartel do Exército. Um local destinado ao culto da disciplina jamais incitaria um motim. Seria mesmo?

A organização do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) em Sergipe

⁴⁵ TELEGRAMAS. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 ago. 1924, p. 1.

⁴⁶ REORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO POLICIAL. **Diário da manhã**. Aracaju, 23 ago. 1924, p. 1.

⁴⁷ O “Estado Maior” refere-se a um grupo de oficiais. Estes podem estar numa unidade militar, ou acompanhando um oficial de alta patente numa missão. Cf. 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletins Regimentais**. Aracaju, 1922 – 1930.

Instituído em de 31 de dezembro de 1921, o 28º BC começou a funcionar efetivamente em Sergipe dia 11 de julho de 1922⁴⁸. O corpo de tropas dividia-se em Estado-Maior; 1ª, 2ª e 3ª Companhias. Organizado com os elementos da 19ª Companhia de Metralhadoras Pesadas (extinta com o mesmo Decreto 15.235), o novo Batalhão recebeu o quadro de pessoal, gêneros alimentícios e saldo restante do pagamento das contas da unidade anterior⁴⁹. O decreto de 2 de maio de 1922 determinou o Estado-Maior do 28º BC. Foram classificados como oficiais os capitães Raul Gaston Pereira de Andrada, Augusto Heitor Borges, João Maria Leal de Menezes, primeiros tenentes Eurípedes Esteves de Lima, Misael de Mendonça, Tancredo Gomes Ribeiro, Antonio Thomé Rodrigues e segundos tenentes João Soarino de Melo, Nelson de Oliveira Sampaio e José Figueredo Lobo. O comando da unidade ficou sob a responsabilidade do tenente-coronel Heliodoro Sodre⁵⁰. O quartel do Exército localizava-se no centro de Aracaju, na praça 24 de Outubro, atualmente Praça General Valadão⁵¹.

Os sergipanos incorporados ao Exército provinham do sorteio militar, ou do alistamento voluntário⁵². No entanto, dificilmente os quadros eram preenchidos através do voluntariado. O Ministério da Guerra estipulava o número de voluntários e sorteados a serem incorporados em cada unidade militar. A apresentação espontânea poderia ocorrer antes da maioria mediante autorização dos pais, ou no caso de órfãos, do juiz de órfãos. Todo alistamento de voluntários feito no quartel do 28º BC era citado em Boletim Regimental. Na descrição do alistado constava o nome completo, filiação, naturalidade, ano do nascimento, altura, profissão, estado civil, cor, formato dos olhos, boca, cabelos, rosto e nariz. Além disso, discriminava-se se voluntário era vacinado, sabia nadar e o grau de alfabetização. A maior parte deles sabia *ler, escrever e contar* ou, ao menos, assinar o nome.

Os candidatos passavam por uma avaliação feita pelo corpo médico do Batalhão⁵³. Caso fosse julgado apto para o serviço ativo do Exército, o recruta alistava-

⁴⁸ Data do primeiro Boletim Interno do 28º BC em Aracaju. O documento mostra a criação do Batalhão, ordenada pelo chefe da região militar no telegrama nº 117 de 8 de julho de 1922.

⁴⁹ Dia 12 de julho de 1922 os gêneros alimentícios da 19ª CMP passaram ao 28º BC. E dia 17 de julho de 1922 o conselho administrativo da 19ª CMP foi encerrado e instalado o do 28º BC. As contas da 19ª CMP foram pagas resultando num saldo de 17:391\$179 réis, entregues ao conselho administrativo do 28º BC.

⁵⁰ Cf. 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 11 jul. 1922.

⁵¹ O 28º BC continua instalado em Aracaju, mas mudou-se para o bairro Dezoito do Forte em 1942.

⁵² Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatórios Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro, 1910 – 1930.

⁵³ Em agosto de 1922 a equipe médica do Batalhão era composta pelo capitão médico Galdino Ferreira Martins e segundos tenentes estagiários Eronides de Carvalho e Mário Dourado de Cerqueira Bião. Cf. 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim Regimental**. Aracaju, 2º semestre de 1922.

se como voluntário. Ao ser incluído na tropa, recebia um número e passava a integrar uma das companhias do Batalhão. Os documentos exigidos aos aspirantes ficavam arquivados na secretaria do quartel. E o desligamento deveria ocorrer após a conclusão do tempo de serviço. Mas se demonstrasse mau comportamento ou problemas com a justiça, o praça era imediatamente desligado. A exclusão poderia acontecer ainda se o praça desertasse, ou no caso de apresentar incapacidade física, ou moral.

Os sergipanos incorporados ao 28º BC eram graduados como soldados. Os postos de soldado, cabo e sargento são graduações. As patentes se referem aos postos de oficiais. A ordem hierárquica dos postos à época era: soldado – anspeçada – cabo – sargento – tenente – capitão – major – tenente-coronel – coronel – general⁵⁴. Para conseguir elevação de posto o aspirante deveria requerer inscrição no pelotão de candidatos a cabos ou no pelotão de candidatos a sargentos. Antes da matrícula o interessado era submetido a um exame. Um oficial era escolhido para ministrar instrução aos candidatos. Depois de receber a instrução, o praça era submetido a mais um exame e caso fosse aprovado, recebia nova graduação. Dia 18 de setembro de 1923 foi realizada uma prova escrita às 7h no pelotão de candidatos a sargentos. O major fiscal Jacintho Dias Ribeiro e os primeiros tenentes Misael de Mendonça e Augusto Maynard Gomes foram nomeados para participar da comissão de exame. O resultado da prova contou com 7 cabos aprovados e 17 reprovações. Os dados revelam o elevado índice de reprovações⁵⁵.

O fardamento dos praças (soldados, anspeçadas, cabos e sargentos) consistia em ceroulas de cretone, camisas de morim, calção, capa e túnica de brim, gorro sem pala, capote de pano, coleção de botões de massa preta, armação de boné americano, divisa para o posto, perneiras de couro preto e *borzequins* (espécie de bota ou botim que cobria o pé e parte da perna) de couro preto. Todas as peças do fardamento eram confeccionadas na cor cáqui⁵⁶.

A alimentação de praças e oficiais realizava-se em diferentes horários e em refeitórios distintos. O rancho, local onde os militares faziam suas refeições, recebia

⁵⁴ Cf. 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim Regimental**. Aracaju, 1922 -1930.

⁵⁵ Cf. 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim Regimental**. Aracaju, 18 set. 1923.

⁵⁶ Durante a primeira República as forças estaduais utilizavam as mesmas cores adotadas pelo Exército. Essa tentativa de aproximação causou incomodo às Forças Armadas. Aqui em Sergipe, o presidente Daniel Campos recebeu recomendações do Ministério da Guerra, em 1899, para que a farda e o distintivo utilizado pela força policial do Estado fossem diferentes das usadas pelo Exército. E ainda, em 1907 Hermes da Fonseca informou que a cor cáqui havia sido adotada pelo Exército em viaturas e uniformes. Portanto, seu emprego em fardamentos estaduais estava proibido. Cf. SERGPE. Correspondência do gabinete do Presidente do Estado procedente do Ministério da Guerra. Aracaju, 1889-1919.

quinzenalmente os gêneros alimentícios. Os alimentos eram cozidos num fogão a lenha. Basicamente, as refeições no quartel eram compostas por arroz, feijão, açúcar, bacalhau, batata inglesa, carne seca, farinha de mandioca, farinha de trigo, manteiga, massa para sopa, café, mate, sal, temperos, azeite doce, toucinho, banha e vinagre. Nos dias considerados de festa a alimentação dos praças era melhorada. A novidade ficava por conta de carne verde, goiabada, queijo, verduras, canjica e vinho.

Nos dias normais, as atividades do Batalhão seguiam horários estabelecidos pelo chefe da Região Militar. Cada companhia possuía um relógio de parede. No quartel, os praças tinham uma programação que determinava desde a hora de acordar e pôr-se de pé até o momento de se recolher para dormir. O dia preenchido com atividades e momentos de instrução tentava controlar a vida do militar. O programa a ser seguido de outubro de 1922 a fevereiro de 1923 contava com três momentos de instrução ao longo do dia,

Alvorada.....	4:30h
Café com pão.....	5h
Instrução.....	5:30 às 8:30h
Almoço.....	9h
Parada.....	10h
Limpeza da cavalcada e instrução.....	10 às 11:30h
Café com pão.....	13h
Instrução	13:30 às 16h
Jantar.....	16:30h
Escola.....	19 às 20:30h
Recolher.....	21h
Silêncio	22h ⁵⁷

O Exército investia na instrução de seus militares. Além do preparo físico, aprendiam a manejar com armas e recebiam instrução de higiene. Há registro também de exames e tratamentos de verminoses nos praças. E os militares ainda recebiam vacinas. A varíola foi uma das doenças que preocupou as autoridades na década de 1920. Em parte isso se deve ao fato de Sergipe ter apresentado um surto de varíola antes

⁵⁷ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 2 out. 1922. p. 84.

do surgimento do 28º BC em Aracaju⁵⁸. A unidade militar contava ainda com uma Escola Regimental. O Ministério da Guerra providenciava o local, os professores e recursos didáticos como quadro negro, papel e lápis para a realização das aulas.

A Escola Regimental funcionava à noite no quartel. Lá se aprendia ou aperfeiçoava-se a capacidade de “ler, escrever e contar”. O programa de instrução publicado em 5 de novembro de 1923 pelo comandante Bernardo de Araújo Padilha afirmava que “a instrução dos analfabetos será ministrada não só aos soldados analfabetos como também aos que a tenham muito precariamente. O ensino irá até a leitura e conhecimento dos números”⁵⁹. A matrícula na Escola Regimental era determinada pelo comandante do 28º BC. As companhias remetiam relações com os nomes dos praças para registrar o indivíduo.

O 28º BC fornecia fardamento, alimentação, instrução (militar e de higiene), prevenção contra doenças (vacinas). Por outro lado cobrava de seus subordinados obediência pronta e cega, o que nem sempre ocorria. As punições atestam que nem todos conseguiam cumprir o Regulamento Disciplinar do Exército (R.D.E.) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (R.I.S.G.).

A obediência às regras e aos superiores é uma das características mais marcantes das instituições militares. Em Sergipe, o 28º BC não deixou de cumprir os estatutos disciplinares do Exército. Dessa forma, as infrações cometidas, na maioria dos casos por soldados e cabos, foram punidas. As admoestações consistiam em prender os infratores por um determinado número de dias. No momento de definir a punição dois fatores eram levados em consideração. Um deles era o ato cometido e em que grau havia transgredido o R.I.S.G.; outro, a conduta prévia do infrator. As determinações freqüentes de castigos disciplinares revelam que nem todos conseguiam cumprir as exigências da conduta militar.

Afora um ou outro caso em que praças se envolviam em bebedeiras e brigas fora do quartel, a unidade militar conseguia manter a disciplina. E, até julho de 1924, não havia presenciado motins ou insubordinações de grandes proporções. Nesse sentido, os elogios eram recorrentes, nas correspondências recebidas pelo comandante da unidade. As ordens do major Jacintho Dias Ribeiro não deveriam ser questionadas, nem mesmo

⁵⁸ Aracaju contou com 89 casos de varíola e 13 mortes decorrentes da doença. Os municípios mais atingidos pelo surto foram Anápolis com 600 doentes e 20 mortos e Santo Amaro com 448 casos e 28 mortes. Cf. SERGIPE. Correspondência do gabinete do Presidente do Estado procedente da Secretaria de Saúde. Aracaju, 1920.

⁵⁹ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 1923. p. 567.

as mais inusitadas. Em 25 de dezembro de 1923 o 28º BC passou um natal⁶⁰ diferente. A unidade embarcou de trem para Salvador com a missão de depor o governador do estado José Joaquim Seabra. Depois disso permaneceu na capital baiana até 16 de abril de 1924, quando teve fim o Estado de Sítio e os sergipanos puderam retornar de navio a Aracaju.

Enquanto permaneceu na Bahia, o 28º BC teria se comportado de modo exemplar. Tanto que a unidade foi enaltecida pelo Presidente da República. O elogio demorou a ser publicado. E para infelicidade de Arthur Bernardes, a nota veio a público dia 18 de julho de 1924, data em que o 28º BC se achava rebelado. De acordo com o Presidente

Foi público haver sido transcrito em Boletim Regional o elogio feito pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos elementos deste B.C. pelo modo com que se portaram durante as graves ocorrências no estado da Bahia⁶¹.

Obviamente, tanto o Presidente da República quanto o Ministro da Guerra desconheciam que, em Salvador, o tenente Augusto Maynard tentou convencer o José Joaquim Seabra a lhe fornecer homens para garantir sua permanência no Palácio do Governo⁶². Alguns meses depois, esse mesmo oficial e três companheiros, todos militares, confessaram diante da Justiça que dominaram o quartel do Exército, os meios de comunicação e os “poderes legais constituídos”, tomaram inclusive o Palácio do Governo e o Quartel da Polícia em Sergipe. Mas quem eram esses homens? O que os motivou a levantar o 28º BC? E de que maneira fizeram isso?

Os líderes da revolta militar em Sergipe

Quatro oficiais do Exército iniciaram um levante no batalhão sergipano em julho de 1924. A essa época todos residiam em Aracaju, sendo que o capitão Eurípedes

⁶⁰ O natal não fazia parte do calendário festivo militar, nem era considerado feriado. Apenas um dia de trabalho. Durante a década de 1920 não há qualquer menção à celebração da data entre os militares.

⁶¹ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Resumo histórico do 28º Batalhão de Caçadores**. Aracaju. fl.2.

⁶² ABREU, Alzira Alves de...[et.ali] **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)**. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1. Augusto Maynard Gomes, p. 2561-2563 .

Esteves de Lima comandava a Companhia de Metralhadoras Mistas (C.M.M.), tinha 40 anos de idade, era casado e natural de Itabaianinha; o 1º tenente Augusto Maynard Gomes estava à frente da 1ª companhia, tinha 38 anos, era casado e natural de Rosário; o 1º tenente João Soarino de Mello tinha 26 anos, era casado e natural de São Cristóvão; e o 2º tenente Manoel Messias de Mendonça tinha 26 anos de idade, era solteiro e natural de Capela. Além de residir no próprio quartel do Exército, Manoel Messias de Mendonça cuidava da intendência e do depósito de armas da unidade.

Entretanto, essa *qualificação* não é suficiente para dizer quem foram os líderes da revolta. No que se refere à conduta deles como militares e cidadãos sergipanos, não há como negar que, antes do levante, o capitão Eurípedes, assim como os tenentes Augusto Maynard e João Soarino foram alvos dos mais caudalosos e públicos elogios. Com relação ao tenente Manoel Messias, se não há elogios, tão pouco foram encontrados registros de reclamação.

O capitão Eurípedes, tido em alta conta pelo comandante da unidade, foi designado para ocupar o cargo de fiscal do Batalhão, a segunda função mais importante no 28º BC, enquanto o major Jacintho Dias Ribeiro gozava suas férias entre junho e julho de 1924. Outro indício do prestígio desse oficial é que quando ele e João Soarino foram promovidos, em 1923, a capitão e 1º tenente, respectivamente, o *Sergipe Jornal*⁶³ fez questão de parabenizar os dois oficiais⁶⁴. Referindo-se a Eurípedes, o periódico publicou a seguinte nota em sua primeira página

Soubemos ter sido promovido ao posto de capitão o sr. 1º tenente do Exército Eurípedes Esteves Lima, oficial brioso que há muitos anos vem servindo na guarnição federal deste Estado, dando provas de caráter, amor à disciplina e compreensão dos seus deveres.

Ao capitão Eurípedes enviamos nossas felicitações por esse auspicioso motivo⁶⁵.

⁶³ O periódico que fez questão de parabenizar os oficiais em 1923 em virtude da elevação de posto, deixa de circular durante a revolta de 1924 por discordar expressamente da atitude desses mesmos oficiais elogiados um ano antes.

⁶⁴ Quando o 28º BC foi organizado em 1922, Eurípedes Esteves de Lima e João Soarino de Mello faziam parte do Estado Maior da unidade. Sendo que o primeiro foi classificado como 1º tenente e o segundo como 2º tenente.

⁶⁵ CAPITÃO EURÍPEDES. *Sergipe Jornal*. Aracaju, 2 jan. 1923, p.1.

Diferente dos demais companheiros, o 1º tenente Augusto Maynard Gomes⁶⁶ já havia tomado parte noutras insurreições. Como aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, participou da revolta da vacina em 1904. Em virtude disso foi expulso e voltou para Aracaju. Cursava o secundário no Colégio Atheneu Sergipense quando se envolveu, em 1906, na revolta de Fausto Cardoso. Admitido de volta à Escola Militar graças à anistia concedida pelo presidente Afonso Pena, estava pronto para aderir ao levante de 1922, quando o movimento foi jugulado.

Apesar do espírito aguerrido, o 1º tenente Augusto Maynard Gomes era respeitado enquanto militar tanto por seus subordinados, quanto por seus superiores hierárquicos. Em 1924, o comandante do 28º BC, major Jacintho Dias Ribeiro fez questão de destacar as qualidades do oficial. Em suas palavras o comandante demonstrou entusiasmo com o trabalho desenvolvido por Maynard no quartel

Ao Sr. 1º Te. Augusto Maynard Gomes agradeço os bons serviços prestados no comando interino da C.M.M. que vinha exercendo desde a sua organização com bastante inteligência, competência e dedicação ao serviço, especialmente à instrução, na qual tem se revelado um ótimo elemento de que dispõe o batalhão, pelo que faz jus aos meus francos elogios⁶⁷.

Em virtude da expressão política que alcançaria mais tarde, é sobre Augusto Maynard que se tem maiores informações. O oficial ganhou biografia e tornou-se verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*⁶⁸. Severino Uchoa, seu biógrafo,

⁶⁶ Maynard nasceu dia 16 de fevereiro de 1886 no Engenho “Campo Redondo”, município de Rosário do Catete, em Sergipe. Filho de Manoel Gomes da Cunha e Tereza Maynard. Aos 16 anos foi para o Rio de Janeiro e assentou praça no 20º BC, aquartelado no Realengo para ingressar na Escola Militar, o que conseguiu em 1903. Envolveu-se na revolta contra a vacina obrigatória em 1904 foi expulso do Exército. Voltou para Sergipe e em 1906 envolveu-se na revolta de Fausto Cardoso em Aracaju. Afonso Pena anistiou os alunos da Escola Militar e Maynard voltou para terminar o curso. Em 1922 cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais quando rebentou a revolta na noite de 4 para 5 de julho. Ele compartilhava dos mesmos ideais, mas o movimento foi rapidamente sufocado. Maynard participou ainda das revoltas de 13 de julho de 1924 e 19 de janeiro de 1926 e da revolução de outubro de 1930. Cf. UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard: O Estadista e o Revolucionário**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924. (Publicação do D.E.I.P.), e ABREU, Alzira Alves de...[et.alli] **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)**. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1. Augusto Maynard Gomes, p. 2561 - 2563.

⁶⁷ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. Boletim regimental. Aracaju, 1923. p. 582.

⁶⁸ ABREU, Alzira Alves de...[et.alli] **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)**. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.

o descreve como um homem honrado, generoso, prudente, puro, educado⁶⁹. Apesar de ter se envolvido em confusões, assim que recebeu a patente de tenente, Augusto Maynard tornou-se um oficial exemplar, comprometido com a disciplina apregoada pela instituição.

Mas em termos de prestígio o 1º tenente Soarino não ficava devendo nada aos seus camaradas. Presente no Batalhão sergipano desde a sua organização em 1922, o oficial dirigia a 2ª companhia da unidade militar antes da revolta de 1924. Sua participação durante as comemorações do dia da Batalha de Tuiuti⁷⁰, em 24 de maio de 1923, foi alvo de muitos elogios. Escolhido pelo comandante para proceder a leitura da ordem do dia, Soarino empolgou os presentes. Em meio à presença de “altas autoridades militares, estaduais, federais e povo”, a praça 24 de Outubro ainda foi palco dos “movimentos de caráter militar executados de ordem do tenente Soarino, de modo rápido, inteligente e preciso”⁷¹.

Tendo em vista essas declarações, percebe-se que os oficiais em questão não eram indisciplinados, insubmissos ou avessos às normas estabelecidas pelo Exército. Sendo assim, que motivos teriam levado homens de conduta elogiável a incitar uma revolta na guarnição sergipana? Teriam ficado loucos? Para alguns, essa era a única explicação plausível.

Os objetivos do levante de 1924

Os motivos que levaram à organização de um levante no 28º BC não permaneceram em sigilo durante muito tempo. Não houve vazamento de informações, ao contrário. Os próprios líderes da revolta publicaram, dia 16 de julho, no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* e no *Correio de Aracaju* uma proclamação na qual explicitaram suas inquietações e o que pretendiam fazer. Seguindo o exemplo dos paulistas, a divulgação do programa revolucionário enfatizava a “necessidade de reformas jurídico-políticas, não como caráter inovador, mas de implantação rigorosa de

⁶⁹ Cf. UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard: O Estadista e o Revolucionário**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924. (Publicação do D.E.I.P.), p.11.

⁷⁰ Chamado pelos jornais de *Dia do Exército* ou *Festa do Exército*, o dia 24 de maio era, no início da década de 1920, a data mais importante do calendário festivo militar. Na ocasião eram celebradas a Batalha de Tuiuti e seu maior herói, Manoel Luís Osório. Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

⁷¹ JURAMENTO À BANDEIRA. **Sergipe Jornal**. Aracaju, 24 maio 1923, p.1.

estatutos legais pré-existentes”⁷². O desejo de defender os direitos dos brasileiros e a honra do Exército estavam em primeiro lugar.

De acordo com o documento, o povo sergipano conhecia a “situação de desrespeito e menosprezo aos direitos alheios implantada pelos que nestes últimos seis anos vêm governando a República brasileira”. Além disso, os sergipanos estavam cientes das “humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo à classe militar”. Ainda segundo os revoltosos, a nação precisava ser defendida, já que o governo havia esquecido que a República deve ser voltada para o povo “o governo da liberdade, o governo do povo, para o povo e pelo povo, princípios estes esquecidos e relegados pelos que se têm assenhorado das posições políticas e administrativas do país”⁷³.

Ao mesmo tempo a proclamação destacava a responsabilidade dos militares para com a República, já que havia sido “esta classe que, numa hora feliz e majestosa, implantou em nossa cara Pátria o governo republicano”⁷⁴. Os militares procuraram reforçar a idéia de que o Exército esteve presente em momentos cruciais para a história do País, como a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Num estudo sobre os acontecimentos que desencadearam a mudança do regime, em 1889, Celso Castro⁷⁵ afirma que tudo foi tramado e executado por um grupo restrito de militares e civis, e não pela instituição como um todo. O antropólogo conta que aproximadamente 600 homens rebelados entraram no campo de Santana na manhã daquele 15 de novembro. Outro estudioso do assunto, José Murilo de Carvalho⁷⁶ também não acredita na participação maciça de militares e civis no movimento que culminou na mudança do regime. Mas essa foi a imagem que o Exército optou por instituir.

Na década de 1920 o Exército criou celebrações e instituiu uma versão oficial sobre o seu passado. De acordo com Celso Castro⁷⁷, foi nesse período que a instituição “inventou” suas tradições mais importantes, como o mito de Caxias enquanto pacificador. Nesse processo de criação, o Exército procurou contar a História do País,

⁷² FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 53.

⁷³ PROCLAMAÇÃO AO ALTIVO POVO SERGIPANO. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 16 jul. 1924. p.1.

⁷⁴ PROCLAMAÇÃO AO ALTIVO POVO SERGIPANO. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 16 jul. 1924. p.1.

⁷⁵ Cf. CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 (Coleção Antropologia Social).

⁷⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁷ Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

destacando a participação da instituição. O episódio da Proclamação da República era ideal. Os militares se auto-intitulavam os “pais da República”. Daí se sentirem responsáveis pelo regime republicano. Isso aparece com força nas proclamações dos rebeldes em São Paulo, Aracaju e Manaus⁷⁸.

O texto distribuído pelos militares sergipanos expressava ainda a antipatia da classe por Arthur Bernardes. Por fim, os rebeldes garantiam que os direitos dos sergipanos seriam respeitados. Conforme os insurretos, Arthur Bernardes empregava meios violentos, seguindo o exemplo de Epitácio Pessoa. Em vista disso, os militares se sentiram na obrigação de se lançar contra o Presidente da República. De acordo com Maria Celina Forjaz eles agiram assim porque podiam. Na década de 1920 as Forças Armadas constituíam “o único grupo nacional organizado, com uma elevada expectativa sobre seu próprio papel enquanto ‘estrato protetor da República’ e contando com a possibilidade do recurso à violência”⁷⁹.

De maneira geral, a revolta no 28º BC Sergipe tinha a finalidade de mostrar a solidariedade dos oficiais sergipanos para com os seus *camaradas do sul*, que exigiam a deposição do Presidente da República. No discurso, a luta dos paulistas se justificava pela defesa dos interesses não apenas da instituição, mas de todos os brasileiros. Seguindo esse exemplo os militares sergipanos explicitaram seu ideal de defender a Nação. De modo mais específico, os motivos que levaram à revolta militar em Sergipe foram: prestar solidariedade ao levante paulista; evitar que o 28º BC embarcasse para combatê-los; conseguir fazer com que os demais batalhões do Norte imitassem sua atitude; caso isso não fosse possível, pretendiam atrair para Sergipe a maior parte das tropas do Norte que se destinassem a São Paulo. Além disso, os oficiais deixaram claro que revoltaram o 28º BC porque não podiam ir a São Paulo combater ao lado dos líderes do movimento. Sobre a finalidade da revolta em Sergipe o tenente Maynard explicou que

Impossível se nos afigurou, desde logo, a possibilidade de adesão em São Paulo; urgia pois levar a efeito um levante local, cuja eficiência, além de se traduzir na ausência do próprio 28º BC ao lado das forças legais, atrairia finalmente contra si outras forças, que

⁷⁸ CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975

⁷⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 34.

descongestionariam o principal teatro da luta. Nenhum outro interesse alimentávamos⁸⁰.

O objetivo dos rebelados consistia em apoiar os paulistas na luta contra Artur Bernardes. Isso foi exposto na proclamação lançada aos sergipanos. Apesar disso, a atitude dos oficiais recebeu diferentes interpretações. Havia quem achasse que se tratava de uma confusão passageira. E para os praças, as reivindicações dos oficiais representavam a esperança de melhores condições de trabalho. O Exército exigia dos soldados “o absoluto cumprimento do dever ao lado da lei e da autoridade”⁸¹, contudo o atraso no pagamento dos soldos não era uma prática incomum. Em novembro de 1923 os praças do 28º BC estavam há dois meses sem receber os vencimentos. E diante da situação de carestia pela qual passava Sergipe na década de 1920, muitos soldados precisavam tomar dinheiro emprestado a agiotas.

Diante do Ministério Público, Eurípedes Esteves de Lima, Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Mello e Manoel Messias de Mendonça foram acusados de querer “mudar a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida”⁸². A classificação do delito de acordo com o Decreto 1.062 de 29 de setembro de 1903 complicou a vida dos oficiais. Preocupado em atenuar o feito diante da justiça, o advogado de defesa Luis José da Costa Filho afirmou categoricamente que a revolta não passou de uma desordem, causada pelo desejo de defender os brios da classe militar. Nas palavras do jurista, a revolta de 1924 foi

um movimento de indisciplina militar levedado pela temperatura política e moral do momento em que se ela verificou, estimulada em parte por sentimentos de reação contra atos administrativos encarados como humilhantes pelo espírito militar de classe. Isto só e apenas isto⁸³.

Obviamente a ligação com os paulistas e seus planos de deporem o Presidente da República deixava os oficiais sergipanos em maus lençóis. O advogado de defesa teve

⁸⁰ MAYNARD Apud UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard**: O Estadista e o Revolucionário. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 47. (Publicação do D.E.I.P.). p. 48

⁸¹ DOLOROSO. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 30 nov. 1923, p.1.

⁸² COSTA FILHO, Luiz José da. **Defesa**: nos autos do processo-crime dos revoltosos de 13 de julho de 1924. Aracaju: Typ. D’O LABOR, 1925. p. 11.

⁸³ COSTA FILHO, Luiz José da. **Defesa**: nos autos do processo-crime dos revoltosos de 13 de julho de 1924. Aracaju: Typ. D’O LABOR, 1925. p.12.

trabalho para convencê-los a negarem essa ligação. Entretanto, os insurretos foram unânimes em afirmar que não desejavam modificar a Constituição nem a forma de governo, crimes pelos quais foram acusados. Em depoimento os oficiais também deixaram claro que nunca ambicionaram ocupar a direção administrativa do estado. Prova disso foi que, deposto o governador, ofereceram o cargo ao general reformado José Calazans, tido em alta conta por eles.

O general Calazans já havia sido procurado antes pelos oficiais. Mais na condição de conselheiro do que propriamente de um líder, Calazans preferiu não se envolver nos planos para revoltar o 28º BC. O recurso de procurar um oficial com alta patente e já da reserva também foi utilizado por outros grupos rebelados no País. Em São Paulo o escolhido foi o general reformado Isidoro Dias Lopes. Maria Cecília Spina Forjaz acredita que essa opção demonstra que não existiam

altas patentes militares identificadas com as aspirações da média oficialidade, mas mostra também como os tenentes reconheciam a primazia desses elementos para pronunciar-se em nome da instituição como um todo⁸⁴.

Os oficiais de baixa patente procuraram legitimar o movimento através da participação dos chefes da mesma. Como estes permaneceram ao lado da legalidade, os rebelados decidiram apelar para os oficiais da reserva. Com ou sem o auxílio de altas patentes, um capitão e três tenentes revoltaram o 28º BC em 1924. Resta saber de que maneira eles conseguiram isso.

O plano para revoltar o 28º BC e assumir o controle do estado

Quem poderia imaginar que pudesse ocorrer uma insurreição no 28º BC? A unidade funcionava na mais perfeita disciplina. Quer dizer, numa disciplina quase perfeita. Sempre havia um ou outro praça que contrariava os regulamentos e acabava sendo castigado. Apesar de todo o esforço empregado durante a instrução, nem todos os militares conseguiam viver em sintonia com a disciplina imposta pela caserna. Alguns

⁸⁴ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 58.

soldados sentiam dificuldade em renunciar práticas habituais e, divertidíssimas, para muitos deles, como por exemplo, ingerir bebida alcoólica e freqüentar *cafés de baixa esfera*, os populares cabarés. O militar deveria apresentar um comportamento irrepreensível dentro e fora do quartel, mas não foi exatamente isso o que se observou. De qualquer maneira os casos de indisciplina eram isolados e nunca chegaram a motivar uma revolta generalizada.

Em Aracaju, muitos praças foram castigados por vender fardamentos e extraviar equipamentos. Bebedeiras em cafés, desentendimentos entre os próprios militares e o envolvimento com meretrizes também aconteciam comumente. José Murilo de Carvalho descreve os quartéis durante a Primeira República e afirma que “brigas, roubos, e bebedeiras eram freqüentes nos quartéis”⁸⁵. Mas os regulamentos não estavam em questionamento. Deveriam ser obedecidos.

Durante as férias do comandante do 28º BC, major Jacintho Dias Ribeiro, o capitão Augusto Pereira comandou a unidade sem descuidar da disciplina da tropa. O soldado tambor corneteiro da CMM n.215 Benevenuto Monteiro, por exemplo, foi preso por 21 dias, pois durante o ensaio da banda portou-se “de modo inconveniente desrespeitando o cabo corneteiro que ministrava o ensino”⁸⁶. O cabo contador n. 373 João da Cruz Salles de Campos também foi disciplinado “por ter respondido de modo inconveniente a um sargento hoje, por ocasião da marcha para o Stand”⁸⁷. No dia 3 de julho Jacintho Dias Ribeiro reassumiu o comando da unidade. Com isso o capitão Augusto Pereira voltou à fiscalização do batalhão e o capitão Eurípedes também retornou ao comando da sua companhia. A tranqüilidade permaneceu até chegar a notícia do levante paulista.

Nem todas as unidades militares se revoltaram na capital paulista. Apesar disso, no início do levante, os revoltosos dispunham de um contingente que preocupou o Governo Federal. Todo o regimento da cavalaria, com aproximadamente 500 homens; 80 do 2º Grupo de Artilharia Pesada; 100 do 4º Regimento de Infantaria; 80 do 4º Batalhão de Caçadores e cerca de 200 praças da Força Pública participaram da revolta.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 191.

⁸⁶ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 1 jul. 1924, p. 387.

⁸⁷ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 2 jul. 1924, p.388.

Acredita-se que “ao todo, os amotinados seriam 950 a 1000 combatentes entre 5 e 6 de julho”⁸⁸.

A revolta militar, iniciada a 5 de julho de 1924 em São Paulo, veio a público através de uma publicação especial do *Diário Oficial*, dia 7. A essa altura já sabiam da novidade o governador do estado e o comandante do 28º BC. Ambos foram avisados por telegramas recebidos dia 5 de julho, sendo o remetente do primeiro o Presidente da República Artur Bernardes e o do segundo o chefe da Região Militar, general Marçal Nonato de Faria.

À uma hora da tarde do dia 5 o chefe de Polícia, Cyro Cordeiro de Farias, recebeu um chamado urgente em sua residência. Imediatamente, compareceu ao Palácio do Governo. Então Graccho Cardoso lhe mostrou a mensagem, reservada e urgente, que acabara de receber, “comunicando de que no Estado de São Paulo a Guarnição Federal e a Força Pública Estadual se haviam revoltado, constando que esse movimento tinha ramificação por outros Estados;”⁸⁹. Mais tarde Cyro Cordeiro chamou o comandante do Batalhão Policial à sua casa. O Chefe de Polícia deu ordem para que a Polícia ficasse de sobreaviso, limpasse os fuzis e disponibilizasse a munição que fosse necessária.

Como medida preventiva, determinou ainda que a usina elétrica do estado e a residência particular do governador fossem guardadas por policiais. Visando aumentar o efetivo da capital, chamou com urgência quatro oficiais que se achavam em diligências pelo interior e mandou que se recolhessem vários destacamentos policiais. Apesar de ter adotado tais medidas não acreditava que seria necessário usar as armas, em virtude das garantias dadas pelo comandante do 28º BC na presença do próprio governador.

Ainda na noite do dia 5 alguns oficiais do Exército foram chamados ao quartel e tiveram conhecimento sobre o movimento paulista. Um dos oficiais convocados, o 1º tenente Soarino, julgava que esse levante era mais sério que o de 1922. Suas suspeitas foram confirmadas por um despacho telegráfico que mandava o 28º BC se aprontar para seguir na ocasião oportuna com destino ao Rio de Janeiro. O telegrama “urgentíssimo” dizia “Vosso batalhão caçadores deve estar pronto para embarcar primeira oportunidade Rio acordo ordem acabo receber Minist. Guerra”⁹⁰.

⁸⁸ NORONHA apud CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 56.

⁸⁹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2321.

⁹⁰ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 7 jul. 1924, p. 396.

A ordem enviada pelo Chefe da Região Militar interferiu na rotina da unidade. O segundo aniversário de organização do 28º BC estava próximo. Mas a celebração se resumiu ao hasteamento e arredamento do “Pavilhão Nacional com as formalidades do estilo” e a melhoria da alimentação da tropa “deixando de haver outros festejos em virtude da situação especial por que passa este corpo”⁹¹.

E como nos dias de festa a alimentação era caprichada, os praças já esperavam algo diferente para o dia 11 de julho. De fato, todos puderam desfrutar dos itens triviais, além de porções de goiabada, queijo e vinho. Em quantidades reduzidas e sem direito a repetição, os artigos extraordinários não chegaram a engordar, nem tão pouco embriagar os praças. Se o vinho chegou a causar algum sobressalto foi em virtude do desejo que alguns praças sentiram de receber uma dose a mais da bebida. Apesar do batalhão estar de prontidão, o comandante do 28º BC não viu problemas em celebrar discretamente o aniversário da unidade. Afinal de contas, estava tudo sob controle.

O Exército e o Batalhão Policial receberam ordens para permanecer em prontidão. O governador havia colocado esses elementos à disposição do Presidente da República. Apesar disto, as notícias veiculadas nos jornais davam a entender que tal ajuda não seria necessária. Dois dias após o início da revolta na capital paulista, o sergipano Gilberto Amado escreveu um telegrama do Rio de Janeiro garantindo a todos que os rebeldes paulistas estavam praticamente dominados. Segundo ele era possível “considerar jugulado movimento S. Paulo. As forças revolucionárias concentradas no quartel da Luz resistem, mas não tem mais iniciativa de ataques. Situação aqui de confiança e serenidade”⁹². Apesar das notícias favoráveis à legalidade, o estado se cercou de cuidados.

Em pouco tempo os comentários sobre a revolta paulista animavam as conversas dos militares em Sergipe. E toda essa empolgação chegou aos ouvidos de Graccho Cardoso. Incomodado com o teor desses comentários, o chefe administrativo pediu satisfações ao major Jacintho Dias Ribeiro não apenas na condição de governador, mas também como amigo particular, pois os dois estudaram juntos na Escola Militar. Questionado sobre o quartel do Exército, o comandante admitiu que as conversas sobre a revolta de São Paulo eram frequentes, ao mesmo tempo em que assegurou que o Batalhão mantinha-se em ordem. Depois de receber essa garantia, Graccho Cardoso

⁹¹ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental**. Aracaju, 10 jul. 1924, p. 401.

⁹² NOTICIÁRIO. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 7 jul. 1924, p.2.

respondeu ao Presidente da República, colocando a força sergipana à disposição para ajudar na luta contra os insurretos paulistas.

Alertado pelo capitão Misael de Mendonça sobre os comentários que o tenente João Soarino fazia no quartel e nos cafés de Aracaju, Jacintho Dias Ribeiro foi até a casa do tenente Soarino e o repreendeu ali mesmo. Enquanto isso o tenente Maynard chegava a ridicularizar o conteúdo de telegramas enviados pelo Chefe da Região Militar. Em atenção ao pedido do governador, Augusto Maynard Gomes foi chamado à sala do comandante para ser exortado a mudar seu comportamento. O oficial se comprometeu a cessar com os comentários, e, ao menos publicamente, foi isso o que ele fez. Mas pessoalmente, Maynard acreditava que Sergipe precisava se manifestar a favor dos *companheiros do sul*. Pensou num modo de fazê-lo. O oficial desmentiu que tivesse conspirado com os paulistas e garantiu que encontrava-se no 28º BC

quando explodiu o movimento de 5 de julho de vinte e quatro.

Se bem que qualquer coisa soubesse, não deixou de ser para mim grande surpresa a explosão do movimento.

Entretanto, logo compreendi do que se tratava e, desde então, passou a ser a minha preocupação máxima o meu concurso pessoal, segundo ditava a minha consciência de militar ciente e consciente dos seus direitos e deveres⁹³.

Sem perder tempo, Maynard procurou o capitão Eurípedes para uma conversa. Antes que dissesse o que queria, Eurípedes já sabia do que se tratava. Compartilhavam das mesmas aspirações. Eles sabiam que nenhum argumento convenceria as autoridades sergipanas a apoiar os rebeldes paulistas. Só havia uma maneira de resolver o problema: o combate armado. Os dois trocaram as primeiras idéias sobre a possibilidade de um levante na guarnição sergipana. Mais tarde procuraram Soarino. A partir daí os três passaram a se reunir secretamente. Diante da escassez de notícias sobre a rebelião paulista, os três oficiais julgaram que o movimento era generalizado.

Inicialmente pensaram em desobedecer “à ordem de embarque, revoltando, caso fosse possível nesta ocasião, o Batalhão”⁹⁴. As reuniões entre o comandante do 28º BC,

⁹³ UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard: O Estadista e o Revolucionário**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 47. (Publicação do D.E.I.P.)

⁹⁴ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25, p. 3613.

o governador e o chefe de polícia indicavam que o embarque não tardaria. Por essa razão decidiram antecipar o levante. Os oficiais mantinham o ânimo apesar das notícias veiculadas darem conta de que o movimento em São Paulo estava próximo do fim. No dia 12 de julho *A Folha* fixou no café *Universal*, um telegrama avisando que 83 rebeldes haviam sido presos na capital paulista e que 21 metralhadoras foram apreendidas por volta das 15 horas⁹⁵. O *Diário Oficial* lançou, nesse mesmo dia, um noticiário transmitindo informações enviadas pelo Palácio do Presidente da República e que garantiam o êxito das tropas legalistas. O Ministro Interino da Justiça, Felix Pacheco informou que quando a artilharia

enfrentou o inimigo durante largo espaço de tempo. Às 6:30 nossas tropas de ataque partiram para a conquista de seus objetivos, que alcançaram, apreendendo durante a ação 21 metralhadoras.

Reina desânimo entre os rebeldes. Foi proposto um entendimento por intermédio de um emissário revoltoso. A divisão em operações repeliu a posposta, declarando que só trataria com os insurretos para lhes aceitar a rendição incondicional. É magnífico o ânimo de nossas tropas⁹⁶.

Na tarde de 12 de julho os três oficiais se encontraram na casa de Augusto Maynard Gomes. Combinaram que o levante em Sergipe aconteceria nas primeiras horas do dia 13 de julho. Após essa reunião Eurípedes foi à casa do general José Calazans. Este teria desaconselhado a execução do plano por considerar o resultado de um levante no 28º BC praticamente nulo. A advertência não surtiu efeito. Decidido, Eurípedes não pestanejou. E na hora marcada, 24 h, saiu de sua casa e foi em direção ao quartel. Lá já estavam os outros dois. Soarino era o oficial de dia no sábado, 12 de julho, e pernoitou no quartel seguindo as ordens do comandante. Quanto a Maynard, o mais entusiasmado de todos, mal pôde esperar até o horário marcado. Os ponteiros do seu relógio nunca foram tão vigiados quanto naquela noite. Finalmente chegara o momento.

Os três oficiais foram até o alojamento dos praças e os acordaram dando ordens para que se vestissem e entrassem em forma. Retirados às pressas do conforto das

⁹⁵ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2288.

⁹⁶ NOTICIÁRIO. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, 12 jul. 1924.

camas de ferro com lastro de madeira, colchões e travesseiros de capim cobertos por colchas de algodão⁹⁷, não houve hesitação. Desconhecendo o que se passava, alguns praças perguntaram “se o batalhão ia fazer exercício ou embarcar naquele momento”⁹⁸. Os oficiais disseram que não havia tempo para explicações e foram obedecidos, já que eram os superiores hierárquicos. Nesse momento Eurípedes, Maynard e Soarino receberam a notícia de que o tenente Manoel Messias, que residia no quartel, voltava do seu habitual passeio noturno. Interpelado pelos companheiros, Manoel Messias tentou ponderar, mas acabou aderindo ao levante. Em seguida, entregou as chaves do depósito da munição e as armas foram distribuídas entre os praças.

Resolvido o que poderia ter sido o primeiro empecilho, o plano continuou sendo executado. Depois de reunidos, os praças que estavam no quartel foram divididos em 3 pelotões. Um permaneceu no quartel sob o comando de Eurípedes no portão da frente e Manoel Messias na retaguarda. Os outros dois pelotões saíram pelos fundos. Experientes, os três oficiais traçaram um plano de ação. Em primeiro lugar era preciso deter e desarmar o Batalhão Policial. Assim, Soarino comandou o ataque à guarda do Palácio do Governo. O tenente Maynard tinha uma missão mais difícil. O oficial partiu com o outro grupo rumo quartel do Batalhão Policial.

Desde o dia 6 de julho que o comandante da Força Pública, tenente-coronel Caetano José da Silveira havia dado ordens para seus subordinados se mantivessem de prontidão. Sem maiores esclarecimentos, declarou apenas que a medida fora tomada em virtude da revolta paulista. Contando com um efetivo total de 350 homens, Caetano José da Silveira garantiu ao governador que 150 praças dormiam no quartel, além de todos os oficiais. Mas apenas uma média de 85 homens pernoitavam na unidade. Na noite de 12 de julho o oficial de dia, 2º tenente Daniel Vieira Bastos, avisou que os 87 praças compareceram à revista do recolher, e, portanto, ninguém havia faltado. Considerando as boas notícias sobre São Paulo e baseado nas garantias dadas pelo major Jacintho Dias Ribeiro de que “no seu Batalhão não haveria revolta e se houvesse, ele próprio abafaria”⁹⁹, mandou dispensar 25 praças entre os mais antigos.

Depois saiu do quartel e, chegando na praça Fausto Cardoso, encontrou o Chefe de Polícia que conversava com um amigo. Este saiu e deixou as duas autoridades a sós.

⁹⁷ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletins regimentais**. Aracaju, 1922-1926.

⁹⁸ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 32.

⁹⁹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2289.

Caetano da Silveira perguntou se havia alguma novidade e Cyro Cordeiro respondeu que não. O comandante do Batalhão Policial reclamou que estava

muito incomodado do ouvido ao que o Doutor Chefe lhe respondeu não ser bom facilitar e em seguida despediu-se e foi sentar-se em um dos bancos do jardim Olympio Campos e continuando a lhe doer os ouvidos foi para a casa aplicar um medicamento¹⁰⁰.

O oficial adormeceu e, por volta das 2 h do dia seguinte sua esposa o despertou dizendo que estava ouvindo um tiroteio. O problema nos ouvidos do comandante certamente o impediu de perceber as rajadas de fuzil que acordaram sua mulher. Os revoltosos saíram do quartel às 2:30h da manhã do dia 13 de julho. Em silêncio foram pela “Rua Santa Rosa, adiante dobraram a Rua Santo Amaro e atingiram a Praça Olímpio Campos, onde se separaram”¹⁰¹. Minutos depois a população aracajuana acordava com o estampido dos tiros. O episódio não foi esquecido facilmente. Versos de cordel narram os fatos destacando a participação dos tenentes Maynard e Soarino

No dia 13 de julho
 Data pra mim sagrada
 Acordei com o tiroteio
 Às duas da madrugada
 Ontem eu vinha da cidade
 Me encontrei com dois tenentes
 Um era Soarino
 Mainá vinha na frente
 Vem cá, Mainá
 Não vou lá não
 Porão do Grupo
 Não foi feito pra mim, não
 Vem cá , Mainá
 Não vou agora
 Eu só vou lá

¹⁰⁰ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2289.

¹⁰¹ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 114.

Com a palma da Vitória
 Vem cá, Mainá
 Não vou lá não
 Se eu for lá
 Marçal me bota no porão¹⁰²

A guarda do Palácio do Governo estava acostumada à quietação das primeiras horas do dia. Algumas sentinelas foram descansar nos quartos. Àquela hora, o sossego era total. Escura e fria, a madrugada convidava ao sono. E, teimosos, os guardas insistiam em permanecer acordados. Não tanto porque o quisessem, mas estavam trabalhando. Tinham por obrigação ouvir o silêncio da noite. As notas dessa sinfonia eram dadas pela tranqüilidade. Mas no dia 12 de julho o cabo Marcilio Cordeiro de Santa Barbosa pensou ter ouvido outra melodia. Ele conta que por volta das 2h

estava sentado em sua cama no corpo da guarda da retaguarda e sendo toda a iluminação da cidade apagada lobrigou por entre as palmeiras do jardim um movimento de praças, que lhe pareceu ser uma música que se retirava de alguma tocata, quando uma praça da guarda, isto é, sentinela, que se achava em seu posto disse não ser uma música e sim praças do 28º que tomavam posição por entre os canteiros do jardim e logo depois ouvia-se diversas descargas¹⁰³.

Pessoas se movimentavam no jardim. Pela farda, logo perceberam que praças do 28º BC se posicionavam ao redor do Palácio do Governo. Em meio à escuridão não era possível saber quantos eram. O teórico da guerra Carl von Clausewitz acredita que quanto mais ambientado o soldado estiver com a guerra, melhor será o seu desempenho no campo de batalha. E até mesmo na escuridão, “a pupila do olho dilata-se, absorve um pouco de luz existente, de modo que o olho pouco a pouco consegue distinguir os objetos e acaba por se orientar muito bem”¹⁰⁴. Pelo modo como se aproximavam os praças do Exército não pretendiam se entrosar. Um tiro foi disparado em direção à porta do Palácio. Os militares que guardavam o edifício reagiram. Inicialmente os disparos

¹⁰² SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992, p. 132.

¹⁰³ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2308.

¹⁰⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.87

eram esporádicos, ouvia-se um ou outro. Logo em seguida, descargas de fuzilaria acordavam os moradores do centro da cidade e adjacências.

O prédio todo iluminado era o alvo perfeito para os praças do 28º BC, que se escondiam no jardim. Momento difícil para os guardas do Palácio. Algumas sentinelas faziam preces, arrependendo-se dos erros cometidos, enquanto outros pensavam nos pecados que não carregavam consigo. Mil coisas vinham às suas cabeça. No entanto, nenhum raciocínio lógico figurava-se na mente daqueles homens. Literalmente, davam tiros no escuro. Estavam receosos.

Com medo, alguns fugiram. Não haviam sido preparados para aquela situação. Nos períodos de instrução não lhes foram dadas tais circunstâncias. O conhecimento prévio de uma ocorrência deste tipo poderia resultar numa ação mais profícua. Clausewitz¹⁰⁵ acredita que a guerra não deve ser uma novidade para o soldado, pois essa situação causaria surpresa, e conseqüentemente, embaraço no momento de agir. Naquele dia, os guardas desejavam apenas passar mais algumas horas no Palácio até a hora de ir para suas casas, e o que acontece?

Os tiros não cessavam. O soldado Manoel Bento dos Santos carregou seu fuzil, “disparou três tiros contra os agressores e em seguida vendo diversos companheiros feridos tratou de fugir para não ser morto, pois grande era o número de atacantes, os quais eram comandados pelo Tenente Soarino”¹⁰⁶. O quadro não era animador. A munição acabou e não havia mais o que fazer. Foram rendidos e as armas descarregadas, entregues. Depois disso, seguiram para o quartel do 28º BC, escoltados por praças do Exército. Soarino foi para o quartel da Polícia com o intuito de ajudar o tenente Maynard.

Quando os primeiros tiros foram disparados contra o Palácio do Governo, pôde-se ouvir do quartel do Batalhão Policial. O soldado Juvenal Luiz Vieira, de 20 anos, foi um dos primeiros a escutar os estampidos e no mesmo instante avisou ao cabo do corpo de guarda. Este foi até à rua de Pacatuba “que fica nas imediações deste quartel, regressando sem demora e dizendo a ele depoente que era bala muita e antes mesmo que o referido cabo penetrasse no quartel foi atingido mortalmente”¹⁰⁷. Paralizado como estava, o soldado também poderia ser atingido. Então o tenente Daniel Vieira Bastos

¹⁰⁵ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.88.

¹⁰⁶ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2305.

¹⁰⁷ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19, p. 2311.

mandou que ele corresse. Iniciaram-se as descargas de fuzil. O tenente Daniel Bastos era o oficial responsável pelo Batalhão Policial. Ele afirmou ter seguido para a residência do governador, levando, por engano, as chaves da intendência. Toda a munição estava trancada aí. A porta precisou ser arrombada a tiros.

Deitados no chão do quartel da Força Pública, praças e oficiais atiravam para fora, esperando que os agressores fossem embora. Mas isso não aconteceu. A esta altura, o quartel estava cercado. Maynard e Soarino enviaram uma intimação ao responsável pelo Batalhão Policial, na ausência do tenente Daniel Bastos, o documento foi lido pelo capitão Augusto Alves de Moraes. A mensagem oferecia duas opções, “adesão ou rendição” sob pena da força policial ser atacada. Eles tinham 30 minutos para se render. Alguns praças estavam feridos e a munição não resistiria por muito tempo. Então a força policial foi desarmada e se entregou.

Entre os revoltosos não houve baixas. Já os defensores da legalidade não gozaram da mesma sorte. O soldado José Rodrigues de Oliveira foi baleado e morreu no quartel da Polícia. Do ataque ao Palácio do Governo resultou a morte do anspeçada da polícia José Mathias de Castro. Ainda no Palácio, o cabo Marcílio Cordeiro Santa Bárbara e o soldado Manoel Ignácio Telles foram feridos, mas socorridos a tempo, sobreviveram¹⁰⁸. Dispostos a tudo, os rebeldes provaram que não estavam para brincadeiras.

A morte desses homens logo foi deixada de lado, tanto pelos insurretos quanto pelos legalistas. Já não se pode dizer o mesmo a respeito das famílias de José Rodrigues de Oliveira e José Mathias de Castro, que não conseguiram esquecer as duas mortes com a mesma facilidade. Curiosamente, ambos chamavam-se José e morreram no dia 13 de julho de 1924 pelo mesmo motivo. Ofuscados diante do triunfo dos rebeldes, os mortos desconhecidos nunca foram lembrados. Em mais esse aspecto eles se assemelhavam.

O tiroteio durou cerca de meia hora em diferentes pontos da cidade. Mas ao som dos primeiros tiros já se podia ouvir gritos em frente ao quartel. Tratava-se do major Jacintho Dias Ribeiro. Vendo que os praças saíam para atacar a guarda da cadeia pública, deu ordens para que voltassem. Como não foi atendido, resolveu ir ao quartel. O comandante encontrou o portão da frente fechado, mas Eurípedes mandou que a

¹⁰⁸ Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

sentinela abrisse. Os praças estavam prestes a assistir a um dos episódios mais tensos daquela madrugada.

Ao entrar no quartel o comandante avistou Eurípedes a uns oito passos. Olhando fixamente nos olhos do oficial, entendeu o que se passava e disse “ ‘Senhor Capitão Eurípedes’, ao mesmo tempo que, muito trêmulo, apontava-lhe a sua pistola *Parabellum*, tendo na outra mão a sua espada”. Imediatamente Eurípedes empenhou e apontou-lhe “arma igual, dizendo: ‘Senhor Major’”. Todos aguardavam o desfecho da cena até que Jacintho Dias Ribeiro foi baixando lentamente o braço. Depois de guardar sua arma, Eurípedes foi ao comandante e lhe abraçando, conduziu-o ao cassino dos oficiais. Ainda gritando, o major confessou “sua pistola estar descarregada, o que realmente ele indiciado verificara, retirando o carregador do respectivo depósito”¹⁰⁹.

Apesar de ser a autoridade máxima do 28º BC, Jacintho Dias Ribeiro não foi obedecido. Mesmo sem saber exatamente a finalidade daquela operação militar, os praças optaram por respeitar as ordens dos oficiais rebelados. Como puderam desobedecer a um superior hierárquico? Para compreender essa atitude, seria bom esclarecer a diferença entre “chefes” e “líderes”.

Celso Castro pontua que no caso dos chefes, a promoção ocorre em virtude da autoridade, enquanto que a dos líderes deve-se ao prestígio. De acordo com o antropólogo, “a ascendência do *chefe* ou *comandante* está ligada à posição que ele ocupa”, já “a ascendência por meio de prestígio tem sua fonte, segundo Simmel, na própria individualidade do líder”¹¹⁰. Poucos gozam do privilégio de serem considerados líderes. Na madrugada de 13 de julho, Jacintho Dias Ribeiro não despertou a confiança em seus subordinados. Para o seu azar, ele era apenas o *chefe*, não o *líder* do 28º BC.

O comandante ficou detido no quartel. Porém, ele não foi o único. Também foram presos os capitães Augusto Pereira e Misael de Mendonça, primeiros tenentes José de Figueiredo Lobo e João Baptista de Mattos, capitão médico Galdino Martins, primeiro tenente-contador Antenor Cabral e primeiro tenente farmacêutico Heráclito d’Avila Garcez, a medida que iam chegando ao quartel, por não concordarem com o

¹⁰⁹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25, p. 3577.

¹¹⁰ CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. p. 27-28.

levante¹¹¹. O tenente-coronel Caetano da Silveira e o tenente Daniel Bastos, ambos do batalhão Policial, fugiram durante o tiroteio do dia 13.

Para tranqüilidade de Eurípedes, aos poucos chegavam ao quartel do Exército pequenos grupos de soldados da polícia desarmados e conduzidos por praças do 28º BC. Alguns oficiais da polícia foram trazidos por Soarino. Enquanto este dava notícias da vitória, Maynard entrou no quartel precedido pelos praças que guarneciam o quartel de polícia, e que também iam escoltados.

Por volta das 5 horas da manhã o tenente Soarino, sob ordem de Eurípedes, seguiu para a residência do governador, cuja guarda foi coincidentemente enfraquecida nesse dia. Seis homens guarneciam o local nessa madrugada com “revólveres e sabres imprestáveis, ao invés de fuzis, como o era anteriormente à referida noite”¹¹². Já estava amanhecendo quando parou um automóvel próximo à casa do governador.

Geminiano Muniz Barreto, de 50 anos, fazia parte da guarda da residência de Graccho Cardoso naquela madrugada e viu o tenente Soarino dentro do carro. Armado com uma pistola, o oficial estava acompanhado por soldados do Exército que portavam fuzis. Ninguém saiu do automóvel. Nenhum tiro foi disparado. O governador recebeu um recado do líder revoltoso. Desejava falar-lhe. Sem resistir, Graccho Cardoso mandou que Soarino entrasse na casa. Apenas ele. Frente a frente com a autoridade máxima do estado, Soarino explicou o que estava acontecendo. O chefe administrativo ficou ainda mais furioso ao receber o convite de adesão ao levante, respondendo “ser inteiramente impossível aceitar tal proposta por motivos que foram de modo cabal justificadas no momento”¹¹³.

Diante disso, o tenente Soarino lhe deu ordem de prisão e deixou um praça do 28º BC na residência. Detido em casa e vigiado todo o tempo, Graccho Cardoso tinha permissão para receber apenas familiares e seu médico particular. Como desobedeceu essa ordem, foi conduzido ao quartel do Exército na manhã do dia 14 pelo tenente Maynard. Despediu-se então de sua esposa, Joelina Cardoso, que não pôde fazer nada para impedir que lhe levassem o marido. O governador foi detido junto aos demais

¹¹¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25, p. 3577.

¹¹² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1, p. 20.

¹¹³ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25, p. 3614

auxiliares de governo, e com seu irmão “dr. Hunald Cardoso, afora os militares que continuaram fiéis à honra do seu juramento”¹¹⁴.

Graccho Cardoso não aderiu ao levante, e o general Calazans declinou do convite para assumir a direção administrativa de Sergipe. O que fazer diante do impasse? Alguém precisava dirigir o estado. A saída encontrada pelos oficiais foi a constituição de uma Junta Governativa Militar, composta por eles mesmos. Os militares acabaram se tornando os representantes administrativos do estado, pois

Supunha-se depois disto a necessidade de organizarem a máquina político administrativa do Estado, sendo por eles revoltosos escolhido para empunhar as rédeas do Governo o General José Calasans que, por vários motivos ponderados, segundo veio a saber o interrogado posteriormente por intermédio do Capitão Eurípedes, não fora aceito o convite deles revoltosos. Em vista disso, constituíram-se em Junta Governativa, porém na impossibilidade de poderem simultaneamente atender ao batalhão e à administração do Estado.¹¹⁵

Enquanto os quatro oficiais se responsabilizavam pelo estado, outras funções foram distribuídas. O capitão Eurípedes assumiu o comando do 28º BC. O tenente Manoel Messias ficou encarregado de cuidar das contas da unidade militar. A segurança pública e o plano de defesa da cidade coube ao tenente Soarino. Mas ele não pôde ficar em Aracaju por muito tempo. Em virtude de boatos de que se organizavam reações contra a Junta, os oficiais resolveram estender seu raio de ação para o interior. Soarino ficou responsável pela *frente norte*, que abarcava as cidades de Rosário do Catete e do Carmo. Já Maynard deveria cuidar da *frente sul* que compreendia as cidades de São Cristóvão e Itaporanga.

Inquestionavelmente os rebeldes foram bem sucedidos. Foram mais longe que os paulistas, que os haviam inspirado. Em São Paulo “o sucesso foi apenas parcial. O objetivo estratégico não foi atingido. Os *tenentes* não conseguiram se apoderar da

¹¹⁴ SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924.

¹¹⁵ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25, p. 3614.

cidade nem derrubar o governo estadual”¹¹⁶. Diferente dos paulistas, os sergipanos dominaram Aracaju e depuseram o governador.

Em nenhum momento os oficiais sergipanos demonstraram interesse particular na administração do estado e, por isso mesmo, não se preocuparam em trazer mudanças significativas à população. A constituição da Junta Militar deveria resolver um problema, não atender uma ambição. O objetivo não era mudar a realidade sergipana, mas promover uma transformação na política nacional, através da moralização da República. Por isso a deposição de Artur Bernardes se fazia tão urgente.

Além disso, a ocorrência aponta para o fato de que os militares não eram uma classe tão unida quanto se possa pensar. As relações de camaradagem, estimuladas pelo próprio Exército não aconteciam de forma generalizada. Essas afinidades não dependiam apenas de fazer parte da mesma instituição, mas também de compartilhar os mesmos ideais. As aspirações dos militares que se envolveram com as revoltas em 1924 passavam pela recuperação do modelo de República instituído em 1889. Isso contrariava os interesses do próprio Exército, que tentava afastar os militares da política.

A relevância em estudar os militares está, quase sempre, associada à idéia do envolvimento dessa classe com a política. Por isso mesmo é preciso atribuir razões políticas para as revoltas militares da década de 1920. O que melhor explicaria o levante de 1924, o pertencimento dos tenentes a uma instituição como o Exército, ou seu pertencimento às classes médias urbanas? Nesse trabalho, especificamente, essas preocupações não ocuparam o primeiro plano. Apesar disso não foi desconsiderado o envolvimento dos militares com a política, bem assim como seu pertencimento ao Exército e às classes médias urbanas.

Sem dúvida, tratava-se de um desses momentos que marcam a história de um País. A Revolta de 1924 trazia consigo o desejo de moralizar o sistema republicano. Por acreditar na “missão salvadora” do Exército, à qual Nelson Werneck Sodré¹¹⁷ se refere, é que quatro homens resolveram levantar o estado. A vontade maior consistia em ir para São Paulo. No entanto, perceberam que, estrategicamente, seria mais profícuo lutar em Sergipe. E assim o fizeram.

Efetivamente os rebeldes acreditavam que o Exército tinha o dever de salvar a Nação. Julgavam correto que os militares tomassem decisões importantes para o Brasil,

¹¹⁶ MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 216

¹¹⁷ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.

como noutros momentos o fizeram. Eis aí uma bela demonstração de que “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas”, pois através delas é possível “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”¹¹⁸. Em 1924, as rebeliões que ocorreram em São Paulo, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Sul pretendiam estabelecer a forma como alguns militares pensavam que deveria ser a política nacional.

Essa maneira de compreender o mundo foi resultado de escolhas. Daí a importância de estudar as *percepções do social*, pois como lembra Roger Chartier, elas produzem *estratégias e práticas*, que procuram impor autoridade, legitimando projetos ou justificando “escolhas e condutas”. Parece que se justifica aqui a escolha da *história cultural* para analisar a revolta militar de 1924 em Sergipe. Uma vez que o trabalho foi organizado com a intenção de compreender as *formas e os motivos*, ou noutras palavras “as representações do mundo social, que à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”¹¹⁹.

A força era o único meio de que dispunham os rebeldes. E eles a utilizaram para legitimar a visão de mundo que julgavam mais coerente. A retirada de Arthur Bernardes da presidência só ocorreria, caso esse discurso de moralização da política fosse legitimado. A vitória do levante militar de 13 de julho oferecia essa autoridade que os rebeldes buscavam. O sonho de Eurípedes, Maynard, Soarino e Manoel Messias tornava-se real para eles e para milhares de sergipanos em 1924.

¹¹⁸ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990. p.17.

¹¹⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990. p. 19.

Capítulo 2

UM MUNDO AO ALCANCE DAS MÃOS: DESDOBRAMENTOS DO LEVANTE MILITAR EM ARACAJU E NO INTERIOR

“O homem acaba por se assemelhar àquilo que gostaria de ser”

Charles Baudelaire¹²⁰

A cidade amanheceu diferente. Não estava frio, tão pouco se esperava precipitações para aquele 13 de Julho. E apesar do domingo ensolarado, os aracajuanos se comportaram como se o céu estivesse desabando sob a forma da chuva mais torrencial que já haviam presenciado. Mas a instabilidade que se sentia na cidade não era meteorológica. Disparos foram ouvidos durante a madrugada e tropas do 28º BC se mobilizavam ao longo do dia. Ninguém sabia ao certo o que motivara os tiros que acordaram a população, bem como as conseqüências que aquela movimentação de praças traria para o cotidiano da capital e do interior nos próximos dias. Assustados, muitos preferiram não arriscar se distanciar de suas casas. Mais tarde iriam saber que a confusão começara por causa dos militares.

Enquanto o povo conjecturava explicações para a balbúrdia iniciada no quartel do Exército, os líderes da revolta comemoravam o sucesso do empreendimento. Isto ocorreu porque o responsável pelo plano de ação sabia que era preciso atentar para “as forças militares, o território e a vontade do inimigo”¹²¹. Numa situação de guerra, estes três itens devem ser observados meticulosamente e, em primeiro lugar, é preciso “destruir as forças militares. O que significa que têm de ser colocadas em tais condições que se tornem incapazes de prosseguir o combate”¹²². Desde as primeiras horas daquele 13 de julho os prédios públicos estavam ocupados, os meios de comunicação vigiados, os possíveis focos de resistência dominados.

¹²⁰ BAUDELAIRE, Charles. 4 ed. **Sobre a modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9.

¹²¹ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 31.

¹²² CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.30.

Depois de prenderem o governador, o capitão Eurípedes e os tenentes Augusto Maynard, João Soarino e Manoel Messias ofereceram a administração do estado ao general José Calazans, oficial reformado do Exército e tido em alta conta pelos líderes da revolta. O problema parecia estar resolvido, mas ao contrário do esperado, o convite não foi aceito. Diante desse impasse, a saída foi a constituição de uma Junta Governativa Militar, formada pelos quatro oficiais. Sergipe mudaria a partir de então? O objetivo desse capítulo é analisar as ações dos rebeldes e algumas respostas da população diante do sucesso da revolta deflagrada em 13 de Julho de 1924.

O resultado positivo do levante precisava de novas ações que garantissem a continuidade do momento favorável. Neste sentido os meios de comunicação poderiam ser uma arma poderosa para o movimento. Por isso, “uma das primeiras medidas militares tomadas pelos sediciosos foi a ocupação, na madrugada de 13 de julho, da estação dos telégrafos, das oficinas e dos depósitos dessa companhia, situados nos subúrbios desta cidade”¹²³. Os telegrafistas Durval Machado e Deusdedith Fontes estavam na estação no momento em que uma força comandada pelo cabo Alexandre Faro Sobral chegou ao local. Eles arrombaram o portão, pularam o guichê e proibiram os telegrafistas de usarem os aparelhos. Os militares permaneceram na estação, até que às 9h do mesmo dia outra força comandada pelo cabo Bethoven Marques da Silva apareceu para continuar garantindo que nenhuma informação sobre a revolta fosse transmitida. Apenas a Junta Militar poderia autorizar o envio de mensagens.

Ainda durante a manhã do dia 13 de julho o tenente Soarino foi à estação expedir dois telegramas. Como os funcionários lhe disseram que não podiam fazê-lo porque não eram responsáveis por isso, Soarino não perdeu tempo, ao invés de discutir com os telegrafistas, seguiu de automóvel até a residência do chefe do distrito telegráfico, Pedro Leão de Campos. Este foi levado à estação e obrigado a “transmitir dois telegramas: um, com a assinatura do sr. Dr. Graccho Cardoso, falsificada, ao general Marçal Nonato de Faria, na Bahia, pedindo-lhe munição e outro ao tenente Uchoa, também na Bahia”¹²⁴. O general Marçal Nonato de Faria dificilmente recusaria atender a um pedido do governador sergipano. Os rebeldes acreditavam nisso, mas as armas não foram enviadas.

¹²³ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1, p. 44.

¹²⁴ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1, p. 41.

A notícia do levante em Sergipe chegou a Salvador ainda no dia 13 de julho, e o governador da Bahia, Francisco Marques de Goes Calmon, imediatamente pronunciou-se a favor da legalidade. O 19º BC já havia partido para combater os revoltosos paulistas no dia 10 de julho. Apesar disso todas as providências necessárias para conter a ameaça vinda do estado vizinho seriam tomadas. A primeira medida foi isolar as linhas telegráficas em Aracaju para que as comunicações diretas entre Bahia e Pernambuco não fossem interceptadas. O governo federal tomava as primeiras medidas para reagir à ofensiva sergipana, mas essa não seria uma tarefa fácil

O plano de defesa de Aracaju logo foi traçado. Com o propósito de evitar ataques, a barra de Aracaju foi minada e o farol apagado. Visando garantir a ordem na capital, os prédios públicos foram ocupados e o policiamento nas ruas intensificado. E para impedir ocorrências desagradáveis foram construídas trincheiras “na entrada do porto a partir do local denominado Carvão (onde hoje está o Iate Clube) até o Tramandaí (hoje também conhecido como quatro bocas)”¹²⁵. O material para a construção das trincheiras foi adquirido no comércio local.

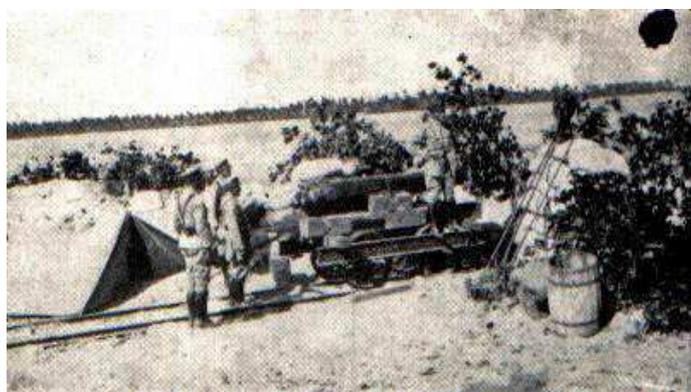
No dia 17 de julho a Junta Militar comprou cinco picaretas, dez pás de ferro bico e quadradas no estabelecimento de Joaquim Luis de Carvalho por 107\$500. Um dia depois foram providenciados pregos, arame, cadeado, barra e vergalhão de ferro na J. Dantas & C¹²⁶. Faltavam ainda os sacos. Mas isso não foi problema. Um soldado foi à fábrica de tecidos Cruz Ferraz e Companhia e comprou, no dia 17 de julho, 500 sacos de algodão a 1,70, num total de 1:455\$000. No dia 24 de julho foram comprados mais 150 sacos, num total de 436\$500. Para minar a barra de Aracaju compraram cabos e correntes na loja de Edgar Menezes. Os estabelecimentos comerciais estavam acostumados a vender artigos para o 28º BC, antes da revolta. E após o levante não viram problemas em continuar a fazê-lo, tanto mais porque os rebeldes compravam em grande quantidade e pagavam à vista. Alguns comerciantes chegaram a se declarar favoráveis à revolta. Afinal de contas, o freguês tem sempre razão.

As horas passavam rápido em meio ao turbilhão de temas que exigiam a atenção da Junta Militar. Muitos assuntos demandavam resoluções imediatas. Contudo, havia uma medida que não poderia mais ser adiada. Os militares precisavam comunicar as “boas novas” à população. Mais do que narrar o episódio, fazia-se necessário instituir

¹²⁵ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 124.

¹²⁶ Cf. ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 7, p. 872 - 890.

**Os rebeldes nas trincheiras construídas ao longo das praias de Aracaju
durante a revolta militar de 13 de Julho de 1924**



Fonte: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura

uma versão oficial para os fatos. Isso poderia ser decisivo para angariar aliados na luta contra Arthur Bernardes. Com isso, os militares pretendiam legitimar a revolta. Eles acreditavam que havia um sentido nobre para o que estavam fazendo.

A explicação elaborada pelos rebeldes estabeleceu uma visão maniqueísta da realidade que os cercava. Obviamente o papel dos heróis coube aos próprios militares. Estes, cientes da sua responsabilidade para com a República, estavam dispostos a acabar com a corrupção vigente no sistema político. Lutavam, portanto, em defesa dos interesses da nação. Boris Fausto afirma que os oficiais acreditavam ser os “guardiões da pureza das instituições republicanas em nome do povo inerme”. No entanto, o autor ressalta que esse foi “um movimento substitutivo e não organizador do povo”¹²⁷.

Seguindo o exemplo dos insurretos paulistas, os sergipanos decidiram lançar um manifesto ao povo. Diferente das insurreições de 1922, em 1924 os rebeldes em todo o Brasil se mostraram preocupados em divulgar programas, nos quais quase não existe “referência ao econômico, e toda ênfase é dada à necessidade de reformas jurídico-políticas, não com um caráter inovador, mas de implantação rigorosa de estatutos legais pré-existent”¹²⁸. Em São Paulo, no dia 1º de julho, os rebeldes haviam divulgado o primeiro comunicado público e se pronunciaram em nome do Exército. O documento ressaltava a responsabilidade dos militares em defender a República e de fazer cumprir a Constituição, ao mesmo tempo em que garantia que os insurretos não ambicionavam postos. Nelson Werneck Sodré acredita que os rebeldes de 1924 deram um passo à frente dos insurretos de 1922, pois continuaram mencionando a aversão dos militares “ao governo e à pessoa de Arthur Bernardes”, mas pretendiam “moralizar a República”¹²⁹.

Deste modo, assim como os camaradas paulistas, os sergipanos precisavam de um meio para veicular a notícia de que lutavam pelos interesses nacionais. A população contava com os periódicos para se informar, mas apenas três jornais funcionaram durante a revolta. O *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju* circulavam diariamente, enquanto que *A Cruzada* era editada semanalmente. Por outro lado, o *Sergipe Jornal*, o *Diário da Manhã* e *A Folha*, contrários às ações da Junta Militar, deixaram de funcionar por opção dos seus proprietários. Além desses, durante o período da revolta, circularam

¹²⁷ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 57 - 58.

¹²⁸ FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p. 53.

¹²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 48.

alguns “jornais de calçada”¹³⁰. Intermitentes, esses jornais faziam propaganda contra a revolta, procurando alarmar a população.

Os periódicos em circulação noticiavam sobre os últimos acontecimentos e as ações da Junta. Já o jornal *A Cruzada*, órgão de divulgação da Igreja Católica parecia inerte ao que estava acontecendo em Sergipe, não há referências à deflagração da revolta em julho de 1924. Enquanto isso, o *Correio de Aracaju* e o *Diário Oficial* procuravam acalmar a população contra eventuais boatos de que seria travada uma batalha sangrenta na capital sergipana.

Apesar de ter tomado posse do prédio e das máquinas do *Diário Oficial*, os tipógrafos preferiram se distanciar do movimento e deixaram de freqüentar as oficinas do jornal. Diante dessa situação, o tenente Maynard procurou Edson de Oliveira Ribeiro, proprietário do *Correio de Aracaju* e pediu ajuda para produzir o texto. Edson de Oliveira mandou chamar Manoel Xavier de Oliveira, um dos tipógrafos do seu jornal, para que editasse a proclamação. O *Correio de Aracaju* imprimiu mil exemplares do material, que foi enviado para o quartel do 28º BC. De lá as cópias foram distribuídas gratuitamente entre a população, que rapidamente as arrebatou. Os exemplares acabaram, mas a curiosidade do povo não.

Nem todos os aracajuanos receberam a comunicação impressa. E havia ainda o interior do estado que precisava saber o que se passava na capital. No entanto a notícia deveria ser dada a partir da ótica dos rebeldes. Dessa forma, seria possível interferir no julgamento que os sergipanos fariam sobre a revolta. Esse problema foi resolvido rapidamente. No dia 15 de julho o tenente Maynard procurou mais uma vez Edson de Oliveira Ribeiro. O oficial desejava que o *Correio de Aracaju* fosse editado normalmente e que transcrevesse a proclamação “porque sendo o número de impressos pequeno, a população de Aracaju, bem como a do interior do estado, não a conhecia”¹³¹. Edson Ribeiro afirmou ter tentado se opor, mas desistiu quando “o tenente Maynard, mais exaltado ainda, com o aplauso da população, fez mais forte o seu pedido, cheio de ameaças”¹³².

Diante disso, o proprietário do jornal resolveu não apenas editar o *Correio de Aracaju* como também ceder a secção *Os últimos acontecimentos militares* aos

¹³⁰ Não foram encontrados exemplares de tais publicações.

¹³¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 7, p. 964.

¹³² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 7, p. 964.

rebeldes. A coluna seria mais um meio de comunicação com o povo. A imprensa passou a ser dirigida por Edson Ribeiro, Manoel Xavier de Oliveira e Antenor Lyrio Coelho. Ibarê Dantas afirma que os três se tornaram “as principais figuras intelectuais do governo dos tenentes. Os artigos e notas informativas ou partiam dos seus punhos ou recebiam suas orientações”¹³³.

Quando procurou Edson Ribeiro, o tenente Maynard não almejava apenas imprimir o comunicado. Isso teria sido feito sem maiores problemas no *Diário Oficial*. Entretanto, a publicação sobre as ações da Junta Militar num jornal independente transmitiria a impressão de que os rebeldes não estavam alheios à sociedade e às suas aspirações. A idéia de que outros periódicos se interessavam em veicular informações sobre o andamento da revolta reforçava a sua importância e legitimidade junto aos demais. No dia 16 de julho o *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju* publicaram a comentada

Proclamação

Ao Altivo Povo Sergipano!

Não desconhece o valoroso povo de Sergipe a situação de desrespeito e menosprezo aos direitos alheios implantada pelos que nestes últimos seis anos vêm governando a República Brasileira; não desconhece, também, o digno povo sergipano as humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo à classe militar, esta classe que, numa hora feliz e majestosa, implantou em nossa cara Pátria o governo republicano, o governo da liberdade, o governo do povo, para o povo e pelo povo, princípios estes esquecidos e relegados pelos que se têm assenhorado das posições políticas e administrativas do país. Há bem dois anos uma centena de brasileiros militares, orientada e sequiosa de bem servir à Pátria, levantou-se contra os processos anti-republicanos do governo do sr. Epitácio Pessoa, cidadão que, apesar de ministro do mais alto Tribunal da Nação, se mostrou o mais feroz inimigo dos direitos e da liberdade dos seus governados.

O seu sucessor, ao contrário do que se devia esperar, não quis se afastar dos moldes violentos e prejudiciais de governar daquele que o levava ao posto de Chefe do estado. Até se excedeu no praticar dos atos da mais férrea tirania. Como não mais possível fosse suportar

¹³³ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 120.

tantas humilhações, tantos desrespeitos à Constituição, tantos ultrajes aos direitos do povo, o Exército nacional, por intermédio de um número considerável de seus representantes se levantou novamente, e desta vez nas plagas do Ipiranga, justamente nas terras em que se verificou o grito patriótico de “Independência ou Morte”.

Ora, a guarnição militar de Sergipe não podia de forma alguma ficar indiferente e calada em momento tão sombrio e difícil para a Pátria, resolvendo então os que abaixo se assinam, acompanhar os seus camaradas, que no sul se batem pela grandeza e verdadeira prática do regime republicano.

E tal movimento de solidariedade e de patriotismo consistiu em depor as autoridades que em Sergipe se correspondem com o governo central da República, constituindo-nos, doravante, em junta governativa militar para todos os efeitos, até que, com a vitória final, assumam as rédeas do poder o verdadeiro escolhido do povo. Enquanto isso não se verificar, os que compõem a referida junta saberão respeitar todos os direitos dos seus concidadãos, nada tendo a temer o glorioso povo sergipano. A nossa vitória será a vitória de Sergipe e dos seus filhos, e por conseguinte do Brasil e dos brasileiros.

Aracaju, 14 de Julho de 1924.

Capitão Eurípedes Esteves de Lima

1º Tenente Augusto Maynard Gomes

1º Tenente João Soarino de Mello

2º Tenente Manoel Messias de Mendonça¹³⁴

O documento distribuído à população enfatizava a insatisfação dos militares com a política nacional. No discurso do Exército, a instituição da República deveria garantir a democracia no País. Ao analisar o quadro político nas primeiras décadas do século XX, Maria do Carmo Campello de Souza concluiu que “ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam – embora formalmente – a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado”¹³⁵. Apesar disso, a legislação não era cumprida a rigor e os rebeldes

¹³⁴ PROCLAMAÇÃO AO ALTIVO POVO SERGIPANO. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 16 Jul. 1924, p.1. Esta mesma proclamação foi lançada no Correio de Aracaju do dia 16 de julho de 1924.

¹³⁵ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na República Velha*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel: 1975. p. 162 – 226. p. 163.

esclareciam que Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, presidentes da República, vinham desrespeitando os direitos dos civis e humilhando a classe militar.

No discurso dos insurretos, o governo esqueceu-se de que a República deve ser voltada para o povo, e como os militares implantaram a República no Brasil era natural que eles se erguessem contra as injustiças perpetradas por Epitácio Pessoa a partir de 1922 e por Artur Bernardes em 1924. Apesar de informar que estavam defendendo os interesses do povo, o documento transmite uma preocupação fundamental para os militares: a da corporação. Expressões como “classe militar” e “brasileiros militares” reforçam essa inquietação dos oficiais.

De qualquer maneira, a “missão patriótica” do Exército deveria ecoar em todos os estados. E os militares sergipanos não poderiam ficar inertes num momento tão difícil para o País, por isso resolveram apoiar os *camaradas do Sul* que lutavam em defesa da prática correta do regime republicano. A solidariedade dos militares sergipanos consistiu em depor as autoridades sergipanas que apoiavam o governo federal. Como resultado dessa ação os próprios líderes passaram a administrar Sergipe.

Entretanto, a constituição de uma Junta Governativa num caso como esse não era novidade. Cinco dias depois da proclamação da República, Deodoro da Fonseca nomeara “juntas governativas para cada Estado até que fosse votada a Carta Constitucional brasileira que determinaria as condições legais para a estruturação política dos Estados”¹³⁶. Os oficiais sergipanos explicaram que essa era uma medida de emergência, que vigoraria até que um governador fosse escolhido pelo povo. Até lá os direitos dos cidadãos seriam respeitados. Essa era, aliás, a bandeira levantada pelos rebeldes. Uma vez que a sociedade civil não conseguia lutar contra as injustiças praticadas pela elite política, os militares se viram na obrigação de “salvar” o país mais uma vez¹³⁷.

Os rebeldes garantiam que a sua permanência no poder duraria até que assumisse o “verdadeiro escolhido pelo povo”. Apesar de não terem lançado farpas

¹³⁶ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na República Velha*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel: 1975. p. 162 – 226. p. 170.

¹³⁷ Na década de 1920 o Exército iniciou o processo de construção de suas tradições. Para tanto, estabeleceram ligação entre a instituição e momentos importantes para a história nacional. No discurso do Exército, a participação dos militares foi decisiva em ocasiões como a independência do Brasil, em 1822; a guerra do Paraguai, entre 1865-1870; a abolição da escravatura, em 1888; e a proclamação da República, em 1889. Ou seja, os militares acreditavam que sempre estavam capacitados para resolver os problemas do Brasil. Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, e CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

contra Graccho Cardoso, o fato de ter deposto e detido a autoridade indicavam que, para os rebeldes, ele não havia sido democraticamente escolhido. Os militares criticavam a corrupção empregada nos pleitos eleitorais e, conseqüentemente, eram contrários à “política dos Governadores”, estrutura político-partidária acentuada no mandato de Campos Sales (1898-1902) e que se perpetuou por toda a Primeira República. Maria do Carmo Campelo de Souza acredita que os estados eram “os verdadeiros protagonistas do processo político”. O governo federal não intervinha nos estados e recebia o apoio destes. Já a força da oligarquia estadual advinha do controle exercido sobre os coronéis municipais que conduziam a massa eleitoral. A política dos governadores dependeu em grande parte do coronelismo, que Victor Nunes Leal define como “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”¹³⁸. Assim, as eleições deixavam de ser um exercício para a consolidação da democracia e perpetuavam os candidatos apoiados pelas elites oligárquicas no poder.

Os coronéis municipais garantiam a vitória dos candidatos da situação nas urnas, e, em troca poderiam continuar exercendo influência sobre a população do campo. Já os governadores, que detinham o poder judiciário, policial e militar ao seu lado, não interferiam nos interiores e, caso apoiasse o candidato à presidência da situação, garantia que este não interviria no estado, dando-lhe maior autonomia para governar. O Presidente da República eleito nesse processo assumia o compromisso de apoiar as elites oligárquicas que o ajudaram e estas lhe facilitariam o mandato. Essa prática deu margem para a consolidação de “máquinas eleitorais estáveis”. E os revoltosos em 1924 afirmavam categoricamente o desejo de por fim a este círculo vicioso.

Depois de esclarecer os motivos do levante era chegada a hora de estabelecer relações com as autoridades municipais, estaduais e federais. Com esse intuito, a Junta Militar expediu, no dia 15 de julho, uma circular comunicando oficialmente que dirigiam o estado. Agindo dessa maneira, esperavam se impor, mas também observar a reação dos prefeitos municipais, assim como das demais autoridades que permaneciam em liberdade na capital. No entanto, a maior parte das respostas se limitava a acusar o recebimento da comunicação. Rotineiramente o *Diário Oficial* publicava os ofícios recebidos pelo governo do estado. E para surpresa de alguns, até mesmo o Presidente do

¹³⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa – Omega, 1976. p. 20.

Tribunal da Relação, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, entrou em contato com a Junta Militar para avisar que

De posse do ofício circular, de ontem datado, em que v.v. exs. Me comunicam se haverem constituído em Junta Governativa Militar para a direção política e administrativa do Estado, desde o dia 13 do corrente, agradeço a gentileza dessa comunicação e apresento a v.v. exs. As minhas subidas considerações¹³⁹.

Diante da importância do cargo ocupado por esse magistrado, o mesmo *Diário* publicou o ofício enviado, não apenas no dia 17 como também no dia 18. As demais autoridades perceberam que também precisavam se posicionar. Houve até quem achasse que o movimento dos oficiais estava regularizado diante da resposta dada pelo desembargador. À frente do governo estadual, os rebeldes não pretendiam promover mudanças na administração pública em Sergipe. A Junta determinou que o Tesouro “como as demais Repartições públicas, continuassem com os expedientes normalizados e com os seus antigos funcionários, de modo a não haver solução de continuidade na vida administrativa do Estado”¹⁴⁰. Apesar de ter chegado ao poder pela força, os rebeldes cogitaram ter sua autoridade reconhecida legalmente.

Ao analisar a formação da burocracia moderna, Max Weber destaca que a administração burocrática pressupõe um treinamento especializado. E já que os rebeldes tinham muitas providências a tomar, pelo menos nesse primeiro momento seria mais simples administrar o estado mantendo o quadro de funcionários já existente, ainda que depois algumas transformações fossem inseridas. Outro ponto defendido pelo sociólogo é o de que “o funcionário público – pelo menos, no Estado moderno bem desenvolvido – não é considerado um servo pessoal do governante”¹⁴¹. A transferência de poder no estado não era uma prática estranha aos funcionários sergipanos, haja vista que os pleitos eleitorais escolhiam um novo representante para o estado a cada quatro anos.

O problema, portanto, não estava na transferência, mas na maneira como ela foi efetivada. Os militares chegaram ao poder pela força e isso confundiu o funcionalismo público. Alguns optaram por não reconhecer a legitimidade da autoridade

¹³⁹ JUNTA GOVERNATIVA MILITAR/OFÍCIOS RECEBIDOS. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, 17 Jul. 1924, p.1

¹⁴⁰ NOTICIÁRIO. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, 16 jul. 1924. p.4.

¹⁴¹ WEBER, Max. 5 ed. *Burocracia*. In: *Ensaio de sociologia*. Org. intr. H.H. Gerth & Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 138-170. p.140.

dos rebeldes e foram detidos no quartel do 28º BC, dentre eles o governador e o comandante do 28º BC; outros, como o prefeito de Aracaju, Pedro Freire de Carvalho, preferiram abandonar a cidade até que a situação se normalizasse. Quanto aos demais, seguiram o exemplo do presidente do tribunal da relação, e estabeleceram relações essenciais com a Junta Militar para continuar exercendo suas funções.

Além de se corresponder com as autoridades, a Junta Militar recebia outros tipos de manifestações favoráveis como, por exemplo, o telegrama que o tenente Maynard recebeu do seu pai nos primeiros dias do levante. O coronel Manoel Gomes da Cunha declarava-se satisfeito e fazia “votos pela vitória da causa que nós abraçamos e que tu, com tanta abnegação e patriotismo defendes”¹⁴². O pai de Augusto Maynard não era militar. Proprietário do engenho Campo Redondo, localizado no município de Rosário do Catete¹⁴³, Manoel Gomes da Cunha era chamado de coronel em virtude das terras que possuía e de sua influência política.

Em todo caso, a demonstração de amor paternal contribuiu favoravelmente para a imagem da revolta, na medida em que afirmava a importância da causa defendida pelos militares. A missiva também esclarecia que os militares estavam lutando pelo bem de todos e não apenas em favor de uma corporação. O *Diário Oficial* aproveitou a edição do dia 19 e publicou o telegrama enviado ao tenente Maynard. Além das correspondências, outra maneira de se colocar ao lado dos rebeldes consistia em atender ao edital de convocação de voluntários.

No mesmo dia em que foi deflagrada a revolta, 171 civis se apresentaram e foram alistados como voluntários. Rapidamente se espalhou a informação de que o 28º BC estava aceitando ex-praças do batalhão policial de Sergipe e reservistas do Exército. Os jornais também foram utilizados pelo comando do 28º BC para avisar “a quem interessar possa que na referida unidade está aberto o voluntariado para todos aqueles que se queiram alistar nas suas fileiras, sejam reservistas ou não”¹⁴⁴. E não foram poucos os sergipanos que se apresentaram. Ibarê Dantas chama atenção para o fato de que “muitos se dispuseram à luta. Contando inicialmente com 316 homens, no final do movimento a força dos tenentes chegou a totalizar 770 pessoas”¹⁴⁵.

¹⁴² NOTICIÁRIO. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, 19 jul. 1924, p.2.

¹⁴³ Cf. ABREU, Alzira Alves de...[et.alli] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)*. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1. p. 2561.

¹⁴⁴ VOLUNTÁRIOS. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 16 jul 1924, p. 1.

¹⁴⁵ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 123.

Com o aumento do efetivo, os rebeldes precisaram adquirir roupas e calçados apropriados distribuir entre os homens que passavam a integrar a tropa. Mais uma vez o comércio se beneficiava com a revolta, pois os artigos foram comprados em Aracaju. Os estoques de botinas praticamente se esgotaram. Cada par de botas custava trinta contos de réis, e só no dia 23 de julho o comerciante João Mascarenhas lucrou 1:875\$000. O cunhado do tenente Soarino, Camillo de Calazans vendeu 50 pares de botinas a 1:500\$000 no dia 28 de julho, mesmo dia em que Mário Passos lucrou 1:110\$000 com o artigo. O comerciante Deusdedith Correia Dantas estava satisfeito com os negócios: só no dia 28 de julho conseguiu vender 72 pares de botina por 2:160\$000. José de Oliveira Filho, sócio de Antonio Olynto de Oliveira, não estava tão radiante, mas enfim conseguiu vender 20 pares de botinas por 840\$000¹⁴⁶.

E diante da tentativa frustrada de conseguir armas na sede da região militar, era preciso providenciar mais fuzis para distribuir entre a tropa recém arregimentada. Por isso, a Junta requisitou as armas do Colégio Tobias Barreto¹⁴⁷. O colégio era uma instituição militarizada em Sergipe e mantinha alguns mosquetões para a instrução dos alunos. Manoel Xavier de Oliveira, um dos diretores, consultou José de Alencar Cardoso, diretor e proprietário. Este tentou ponderar já que as armas estavam quase todas imprestáveis e só serviam para serem empregadas na instrução, mas Manoel Xavier disse que não havia o que fazer diante da intimação. Por fim, um pequeno grupo de soldados foi até o colégio de carroça buscar o armamento. Os estudantes José Fortunato Pinto e Lourival de Souza Neiva, sob ordens de Manoel Xavier contaram e entregaram os 64 fuzis mauser. O armamento foi entregue sem que houvesse um recibo das armas.

Outro ponto importante para os integrantes da Junta Militar consistia em conseguir a adesão de outros estados à luta iniciada pelos paulistas. Talvez imaginando a glória que seria o Norte levantar-se contra Arthur Bernardes, dispuseram-se a convencer seus camaradas acerca da “missão patriótica” que lhes cabia, no dia 16 de julho, os oficiais sergipanos enviaram telegramas para o 20º Batalhão de Caçadores (20º

¹⁴⁶ Cf. ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 7.

¹⁴⁷ O Colégio Tobias Barreto foi fundado pelo professor José de Alencar Cardoso em 1909 na cidade de Estância, a 68 km de Aracaju. Em 1912 a instituição de ensino foi transferida para a capital. Em 1919 o Colégio foi militarizado pelo governo Federal. O projeto educacional desenvolvido por Alencar Cardoso, que era egresso da Escola militar da Praia Vermelha, estava baseado no autoritarismo e modernidade. Cf. MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Colégio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2003.

BC), em Maceió; o 22º Batalhão de Caçadores (22º BC), na Paraíba; o 29º Batalhão de Caçadores (29º BC), em Natal; o 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), em Fortaleza; o 24º Batalhão de Caçadores (24º BC), em São Luís; o 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), em Teresina, o 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), em Belém; e o 27º Batalhão de Caçadores (27º BC), em Manaus na tentativa de conseguir o apoio dessas unidades militares. Comunicando sobre a revolta bem sucedida em Sergipe, convidavam as demais unidades a copiar o exemplo dos rebeldes

Confiados no alto patriotismo e camaradagens dos distintos camaradas desta guarnição, tomamos a liberdade de solicitar seu apoio ao movimento regenerador de que tanto carece nossa cara Pátria e ora manifestado nas guarnições do sul. Tomamos ainda a liberdade de comunicar aos distintos camaradas que o 28 B.C. como demonstração máxima e inquebrantável dessa nossa solidariedade. Tomou posse desse Estado com a prisão do respectivo Governador¹⁴⁸.

O telegrama foi enviado dia 16 de julho e oito dias depois o 27º BC iniciou um levante na cidade de Manaus. Apesar disso, Eloína Monteiro dos Santos, que analisa a rebelião no Amazonas, não menciona qualquer ligação entre as duas revoltas. Ao contrário, faz questão de ressaltar que os militares do 27º BC estavam seguindo o exemplo dos rebeldes paulistas. A autora situa a rebelião em Manaus “no contexto das rebeliões tenentistas ocorridas na década de vinte, cujo foco propagador foi São Paulo”¹⁴⁹.

Inúmeros telegramas, despachos telegráficos e telefonemas foram trocados durante o período da revolta. Mas para o desalento dos oficiais sergipanos nenhuma corporação ofereceu solidariedade à causa abraçada por eles. Por outro lado, alguns sergipanos demonstraram seu apoio incondicional aos oficiais rebeldes. E isso tanto na capital quanto no interior do estado.

Quando nasceu o filho de Brasiliano de Jesus, dia 20 de julho, ele não teve dúvidas sobre o nome da criança. Admirador dos oficiais sergipanos que se levantaram contra Artur Bernardes, Brasiliano de Jesus “deu a seu filho o nome expressivo de

¹⁴⁸ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 3, p.309.

¹⁴⁹ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA , Ed. Calderaro, 1985. p.64.

Eurípedes Maynard Soarino de Jesus”. À mãe, Caçula Passos de Jesus, só restou acatar a decisão do marido, que revolveu ainda “oferecer um cartão de prata com significativa inscrição, aos quatro briosos oficiais do Exército Brasileiro”¹⁵⁰. O cartão foi trabalhado com esmero e exposto na vitrine da “joalheria Saphira”. A matéria publicada no jornal enfatizou que a homenagem feita pelos pais da criança agraciavam os quatro oficiais rebelados, mas atentando-se para o nome de Eurípedes Maynard Soarino de Jesus pode-se perceber que apenas três militares foram lembrados. São eles o capitão Eurípedes Esteves de Lima, e os tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Mello. O último nome “de Jesus” não lembrava diretamente o tenente Manoel Messias de Mendonça, mas vinha dos progenitores Brasiliano e Cacilda de Jesus. Por outro lado, pode-se imaginar que o tenente Manoel Messias foi homenageado por Jesus é o Messias.

De qualquer maneira, os dois presentes oferecidos aos líderes da revolta denotam que os rebeldes não contavam apenas com a simpatia das classes marginalizadas da sociedade. Um cartão de prata não costuma ser um presente de baixo custo. Portanto, era preciso ter uma condição financeira favorável para demonstrar, dessa maneira, a simpatia pelos oficiais. Com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes¹⁵¹, pode-se dizer que havia muita gente querendo distância da Junta Militar, da mesma maneira que muitas pessoas estavam ao lado dos rebelados, inclusive, defendendo seus interesses.

Um outro aspecto a ser destacado é que o nome da criança contemplou três oficiais que compunham a Junta Governativa Militar. Para o pai da criança, a revolta era justa e necessária. E ao invés de um líder, o levante em Sergipe contava com três pessoas que lutavam pelo bem comum. É muito provável que uma das razões para o tenente Manoel Messias não ter sido lembrado é que ele não se envolvia em ações externas. Suas atribuições como contador o mantinham recluso ao quartel, enquanto os outros oficiais se envolviam com o que acontecia do lado de fora dos muros do 28º BC. Isso não quer dizer que Manoel Messias tenha sido omissos para com os interesses da revolta. O batizado de Eurípedes Maynard Soarino de Jesus transmitia a impressão que Brasiliano de Jesus teve do movimento em Aracaju.

¹⁵⁰ EM HOMENAGEM AOS REVOLTOSOS. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 21 jul. 1924, p.1.

¹⁵¹ Em 1919 Aracaju contava com 37.440 habitantes. Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984. p. 230.

Cidade moderna

Assim como outras capitais, Aracaju crescia e mudava de maneira particular na década de vinte¹⁵². Maurício Graccho Cardoso vinha realizando obras com o objetivo de ornar Aracaju com o que havia de mais moderno¹⁵³. Em essência a cidade continuava a mesma, mas fazia-se necessário lhe conferir uma originalidade perceptível aos sentidos. Charles Baudelaire define a modernidade como sendo “o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imitável”. Atentando-se para esse conceito é possível inferir que havia um consenso de que a modernidade além de deixar a cidade mais bonita, iria melhorar também a qualidade de vida da população, deixando os problemas no passado. Assim, não é fora de propósito a afirmação de Stendal de que “o belo não é senão a promessa da felicidade”¹⁵⁴. A Junta Militar não introduziu nenhuma modificação nas ações iniciadas por Graccho Cardoso. Enquanto esteve à frente da administração estadual, o governador procurou sintonizar a capital sergipana com o que havia de novo no mundo. Nesse sentido, a capital federal era um parâmetro a ser adotado.

Nas primeiras décadas do século XX a cidade do Rio de Janeiro também passava por uma reforma urbanística que visava modificar sua estrutura física, mas também imprimir novos hábitos entre os cariocas. Nicolau Sevckenko menciona o fascínio que a cultura francesa exercia sobre os brasileiros, uma vez que “o advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro”. O sentimento nacionalista estava em desuso, E quando os navios estrangeiros aportavam,

principalmente os franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o

¹⁵² Nas décadas anteriores algumas modificações na cidade já apontavam os sinais da modernidade. Os cinemas começaram a funcionar em 1909, o bonde à tração animal servia à população desde 1901, o primeiro automóvel surgiu em 1913. Outros serviços foram disponibilizados como os de água encanada em 1908, luz elétrica em 1913 e esgotos em 1914. . Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984. p. 216

¹⁵³ Apesar de louvável, a atitude de Graccho não era isolada. Em Pernambuco, por exemplo, o governador Sérgio Loreto se destacou exatamente pelas realizações no sentido de melhorar a higiene, saúde e urbanização do Recife. Cf. REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária?: do tenentismo à revolução de 1930**. São Paulo: Atual, 1990. – (História em documentos).

¹⁵⁴ STENDAL apud BAUDELAIRE. In.: BAUDELAIRE. Charles. Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.11.

comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio¹⁵⁵.

Fábricas, automóveis, eletricidade e outras inovações tecnológicas conferiam comodidade e, por vezes, traziam novas necessidades. Dificuldades acarretadas pela modernização exigiam soluções igualmente modernas. E o conjunto de problemas resultantes desse processo logo foi percebido. Os moradores do bairro Industrial, na zona norte, uma das áreas mais habitadas de Aracaju à época, solicitavam que a empresa da Tração Elétrica mandasse instalar dois ou mais postes na estrada que dava acesso ao local. De acordo com a população, o governo havia construído um novo aterro noutra local e inaugurado “uma ponte mais segura e larga”, que garantia melhor acesso e por onde passaram a trafegar automóveis e bondes. Durante o dia não havia problema, mas à noite a situação era diferente, pois não existia “um só poste de luz elétrica em todo o trajeto do aterro”¹⁵⁶.

Mesmo com essas novidades, a cidade contava com inconvenientes há muito conhecidos. A necessidade de aterrar pântanos, por exemplo, vinha desde a fundação, em 1855. O memorialista Mário Cabral afirma que nesse ano a capital apareceu “feia, pobre, impaludada, perseguida por muitos, ajudada por alguns. Ao nascer não contemplou outra coisa que não fossem mangues, lagoas, pântanos e alagadiços”¹⁵⁷. Nos anos vinte Aracaju se dizia uma cidade moderna, mas ainda sofria com as áreas pantanosas. O inconveniente sensibilizou os rebeldes, e no dia 19 de julho de 1924 a intendência municipal recebeu um ofício do secretário do departamento de saúde Pública “comunicando que foi autorizado pelo sr. Comandante da Junta Militar a requisitar diariamente três carroças e três muares para o serviço de aterragem de pântanos nesta cidade”¹⁵⁸. A medida não resolvia, mas Aracaju não era a única capital com esse tipo de problema. À essa época as autoridades da cidade do Recife¹⁵⁹ também sentiam dificuldades em acabar com os pântanos. E esta era apenas uma das questões de

¹⁵⁵ SEVCENKO, Nicolau. 2 ed. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 p. 51.

¹⁵⁶ PROVIDENCIEM SRS. DA TRAÇÃO. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 jul.1924, p.1.

¹⁵⁷ CABRAL, Mário. 3 ed. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2001. p.33.

¹⁵⁸ INTENDENCIA MUNICIPAL. **Diário Oficial**. Aracaju, 20 jul.1924, p.1.

¹⁵⁹ A drenagem dos pântanos do Recife era apenas um dos problemas que precisavam ser resolvidos sanear a capital pernambucana. Além de drenar os pântanos era necessário fornecer água pura, esgotar as águas de chuva das águas servidas e das matérias cloacais, higienizar as moradias e locais de trabalho, e revestir ruas e estradas. Cf. REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária?: do tenentismo à revolução de 1930**. São Paulo: Atual, 1990. – (História em documentos). p.46.

difícil solução para os sanitaristas. A falta de esclarecimentos sobre os benefícios trazidos pelos cuidados com higiene gerava desconfiança quanto à preocupação do governo no que se refere à saúde pública.

Diante da retração popular, a imprensa sergipana tentava convencer a população sobre os benefícios dos programas de higiene e das campanhas de vacinação. E a preocupação com a higiene não se restringia ao interior das casas. A venda de doces expostos nas ruas de Aracaju não era encarada como uma prática das mais higiênicas, pois a poeira depositada “nos doces pode levar micróbios ou quaisquer outros germens prejudiciais à saúde”. Seria melhor “cobrir os tabuleiros com toalhas modestas ou mesmo papéis limpos”. E ainda que não provocassem danos à vida, “os doces expostos atentam contra a higiene”¹⁶⁰. A condenação de práticas que ameaçavam a conservação da saúde não era novidade no Brasil.

A preocupação com o bem-estar incluía ainda a utilização de remédios e cosméticos. O arsenal de frascos de vidro servia para melhorar a aparência. Uma boa apresentação pessoal também era um reflexo da modernidade. As propagandas de tônicos, laxantes, cremes, sabonetes, tinturas e tudo mais que passavam a decorar os banheiros apareciam com frequência nos jornais. Em Aracaju estes artigos poderiam ser adquiridos no centro da cidade através das farmácias *Universal*, *Confiança* e *Sergipe* situadas à rua de Laranjeiras; ou ainda na *Modelo*, *Menezes* e *Central*¹⁶¹ que ficavam na rua de Japarutuba.

Os anúncios exibiam artigos para o cuidado e embelezamento do corpo que, na maioria dos casos, poderia ser utilizados pelos dois sexos. Exemplo disso era o “Elixir de Inhame” que prometia verdadeiros milagres aos seus usuários. Com o slogan “depura – fortalece – engorda”, o elixir de inhame garantia aumento do apetite e melhoria na digestão “devido ao arsênico”, tornando a pele rosada, “o rosto mais fresco, melhor disposição para o trabalho, mais força nos músculos, mais resistência à fadiga e respiração fácil”¹⁶². A composição química dos remédios e cosméticos parecia importar menos do que os benefícios que as propagandas asseguravam. No exemplo citado, o arsênico, um dos venenos mais poderosos conhecidos desde a Antiguidade, era utilizado na elaboração de um elixir com o objetivo de melhorar a assimilação dos alimentos.

¹⁶⁰ DOCES DESCOBERTOS. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 21 jul.1924, p.4.

¹⁶¹ Os anúncios das farmácias mencionadas no trabalho foram encontradas no jornal “Correio de Aracaju” durante o período da revolta militar de 13 de Julho de 1924.

¹⁶² O QUE O DOENTE SENTE COM O USO DO EXLIXIR DE INHAME. *O Município*. Pacatuba, 25 jul 1924. p.2.

Havia também produtos destinados especificamente ao público masculino, e feminino. As mulheres, principalmente as mais jovens, se viam seduzidas com mais facilidade pelas diversas fragrâncias e formas com as quais os cosméticos se apresentavam nas prateleiras. Baudelaire explica que a preocupação feminina com o que se mostra à primeira vista é uma espécie de dever que ela cumpre “esforçando-se em parecer mágica e sobrenatural”, já que “é preciso que desperte admiração e que fascine; ídolo, deve dourar-se para ser adorada”¹⁶³.

E não havia imperfeição que não pudesse ser corrigida. Até mesmo o sorriso forçado tinha solução com o auxílio das “Pílulas da Vida do Dr. Ross”¹⁶⁴. O recurso não consistia em melhorar os dentes, mas em prover naturalidade à expressão do rosto quando sorri. O anúncio era a tábua de salvação para as senhoritas cuja arcada dentária falhava justamente na frente. O desejo de casar-se já não seria um sonho distante, pois com um sorriso espontâneo conquistaria seu par. O fabricante garantia que “o Sorriso ‘Ross’ é reconhecido em todo o mundo civilizado”, pois “nenhum outro reflete com tanta claridade essa emoção de gozo que costuma proceder da eficácia natural da saúde perfeita”¹⁶⁵. A preocupação com a saúde

imprimia uma conotação de auto-estima, autoconfiança e combatividade, inscrita na coloração irradiante da pele, nos músculos tonificados, na estrutura sólida, nas proporções adequadas, nas formas esbeltas e na insinuação de uma sexualidade desperta e fértil. A saúde enfim era a chave de um corpo moderno¹⁶⁶.

E nem mesmo durante a revolta os aracajuanos, principalmente as mulheres, descuidaram da aparência. O concurso de beleza realizado para escolher a “mais formosa e elegante torcedora sergipana”¹⁶⁷ foi levado adiante durante a insurreição militar. E quem desejasse participar da escolha só precisava preencher um cupom indicando o nome da jovem, o clube esportivo ao qual a moça pertencia e a assinatura do votante. Quando o levante militar se iniciou haviam 14 finalistas. Dentre estas, Bellizana Barros do *clube esportivo Aracaju* aparecia como favorita, com 711 votos.

¹⁶³ BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 64.

¹⁶⁴ O SORRISO “ROSS”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 29 jul.1924, p. 4.

¹⁶⁵ O SORRISO “ROSS”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 1 ago.1924, p.4.

¹⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 559.

¹⁶⁷ CONCURSO DE TORCEDORAS. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 18 jul.1924, p. 4.

Abria assim uma boa margem sobre a segunda colocada Pepina Campos do *Clube Brasil* que conseguiu a admiração de 508 votantes. Ao que parece, a insurreição dos militares e os comentários sobre um ataque das Forças legalistas a Aracaju não abalaram o fascínio dos sergipanos por Bellizana Barros, que continuava sendo a preferida no dia primeiro de agosto, com 1055 votos. É provável que as jovens que concorriam ao título de mais bela e elegante tomassem cuidados especiais com o asseio pessoal para conseguir a tão almejada aparência saudável.

Embora a melhoria das condições de higiene fosse um fator sempre presente nas campanhas em prol da saúde da população, havia outros meios de evitar doenças. Para prevenir febres “tifóide e paralíticas” o Serviço de Saneamento aconselhava e oferecia “gratuitamente uma vacina que dá resultados tão bons quanto os que se obtêm com a vacina contra varíola”. A vacinação podia ser feita em domicílio, “mediante pedido por escrito ou pelo telefone (aparelho 116)”. Além da vacina, recomendavam-se alguns cuidados como: “evitar o contato com doentes; não comer frutas nem legumes crus sem estarem convenientemente lavados; evitar moscas; ferver água de bebida; não beber leite cru; construir fossas nas habitações que não sejam ligadas à rede geral do esgoto”¹⁶⁸. A maior parte desses cuidados feria os hábitos das pessoas que viviam na capital e principalmente no interior, mas não era novidade para os praças do Exército.

Desde que foi instalado em Sergipe, em julho de 1922, o 28º BC procurou evitar o aparecimento de doenças, principalmente as infecto-contagiosas. Para tanto forneceu instrução de higiene aos militares e os submetia a revistas sanitárias periódicas. Dessa forma, a unidade esperava controlar a organização e o asseio na tropa. Além disso, os militares passavam por exames e tratamento contra verminoses e recebiam vacinas contra algumas doenças. Periodicamente o 28º BC providenciava vacina contra varíola. Essa, aliás, parece ter sido uma doença que perturbou as Forças Armadas, já que as vacinações contra varíola eram periódicas. Em parte isso se deve ao fato de Sergipe ter apresentado um surto de varíola antes e durante a instalação do 28º BC em Aracaju. Em 1920, por exemplo, os 1400 casos de varíola registrados resultaram em 77 óbitos¹⁶⁹. Mas a saúde não era o único problema da capital que almejava ser moderna.

¹⁶⁸ SERVIÇO DE ATENDIMENTO RURAL – CONSELHOS AO POVO, **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 30 jul.1924, p.3.

¹⁶⁹ Aracaju contou com 89 casos de varíola e 13 mortes decorrentes da doença. Os municípios mais atingidos pelo surto foram Anápolis com 600 doentes e 20 mortos e Santo Amaro com 448 casos e 28 mortes. VOLUME: G3 682/ pac 914 A.G. FUNDO: Governo. TÍTULO: Correspondência recebida pelo Secretário do Governo 1920, PROCEDÊNCIA: Secretaria de Saúde, comissão censitária, LOCAL DE PESQUISA: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

A eletricidade fora introduzida no estado em 1913, mas era usufruída por poucos. Em comparação com outras capitais, Aracaju demorou a se desfazer dos candeeiros e lampiões. Nicolau Sevcenko descreve as impressões de Oswald de Andrade, ainda criança, sobre a mágica dos bondes movimentados sem impulso externo em São Paulo desde 1900¹⁷⁰. Entretanto, em plena década de 1920, Aracaju ainda contava com bondes puxados por burros. Voluntariosos, os animais precisavam ser chicoteados durante os trajetos. Isso ocorria porque “Subitamente os burros empacavam, deitavam-se nos trilhos, faziam greve pacífica e não havia chicote que o arredasse dali”. Os passageiros eram obrigados a descer e assistir a luta do condutor “para ‘convencer’ os animais de sua obrigação”¹⁷¹.

Finalmente, em 1924, a Empresa Tração Elétrica de Aracaju cumpriu a promessa de melhorar os bondes. Estes “já deixaram o passo de cágado para correrem nas linhas, e sem o barulho, pelo fato de lhes haverem sido aplicadas novas rodas”¹⁷². Nem todas as substituições haviam sido feitas, mas esperava-se que isso acontecesse em breve. Além disto, os pedestres esperavam que os novos bondes, prestassem melhores serviços. Os condutores deveriam zelar pela apresentação pessoal e a lotação do meio de transporte deveria ser respeitada, deixando assim de causar inconvenientes para os pedestres que precisassem utilizar o serviço, uma vez que

Não se pode admitir por gosto que numa capital já modernizada como Aracaju haja calhambeques desarticulados e escandalosos acudindo pelo título pomposo de bondes.

Estamos de pleno acordo com a providência tomada quanto ao chicoteamento dos animais, porquanto se eles não puxam certos carrões de assalto, não é por preguiça, mas por impossibilidade.

Uma coisa que os senhores da E.T.E.A. devem fazer quanto antes: vestir os condutores e caixeiros, que andam semi-nus e sujos.

Não devem também permitir que os bondes, com a lotação completa, ainda leve passageiros de pé na plataforma. Estando cheios, os bondes só devem parar para descida¹⁷³.

¹⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 546.

¹⁷¹ CABRAL, Mário. 3 ed. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002. p. 113.

¹⁷² OS BONDES. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 20 jul.1924, p. 4.

¹⁷³ OS BONDES. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 20 jul.1924, p. 4.

Os bondes puxados por dois burros tinham cinco bancos, e a lotação máxima de vinte passageiros. Isto explica porque andavam sempre lotados e não ofereciam conforto. O balanço do bonde provocava até mal estar. Certo dia o mestre da padaria 2 *de Julho* José dos Santos almoçou à tarde e subiu no bonde que passava às 15h. Quando estava em frente a padaria *União* na rua de Laranjeiras, centro da cidade, não suportou “o jogo do veículo, caiu sem sentidos no calçamento acometido por um forte ataque de congestão cerebral. Resultou da queda sofrer um enorme talho na cabeça. Socorrido por um soldado do 28 e guardas civis”¹⁷⁴. Levado à farmácia *Central*, recebeu os primeiros curativos e foi removido para a Assistência. A indisposição do padeiro José dos Santos até poderia ter tido outra causa como um ataque epilético, no entanto, o jornal aproveitou o fato para atribuir o “ataque de congestão cerebral” ao inconveniente de ter bondes puxados por burros nas linhas do centro da cidade. Um incidente como esse remetia ao atraso em que Aracaju estava em comparação a outras capitais. Enquanto os jornais das grandes cidades reclamavam da velocidade dos bondes, em Aracaju se noticiava o quanto o transporte maltratava os usuários.

No Rio de Janeiro, por exemplo, havia disputas entre pedestres e veículos. Para atravessar uma rua era preciso estar atento ao movimento dos automóveis e dos bondes. Em muitas de suas crônicas Machado de Assis comentava “o subido número de atropelamentos, sobretudo de pessoas mais idosas, não adaptadas ainda ao novo ritmo de deslocamento dos veículos elétricos”¹⁷⁵. E se os bondes não conferiam grandes emoções aos usuários em Aracaju, os automóveis se encarregavam de trazer os tão sonhados problemas das grandes metrópoles para as ruas da capital sergipana. No dia 27 de julho de 1924 um garoto foi atropelado por um automóvel. O *Correio de Aracaju* fez questão de noticiar o fato na primeira página

Ontem às 18 horas na rua da Frente, esquina de Maroim, o automóvel n.11 guiado pelo chofer Oyntho Correia na ocasião em que desviava do bonde da Fundação que nesta hora vinha rumo ao Bairro Industrial, atropelou um menor de nome Cícero, morador à rua do Lagarto, que viajando, clandestino no veículo da Viação, quis fugir ao buzinar do auto sendo, porém, pegado por uma das rodas, atirando-o no calçamento. Socorrido por passageiros do bonde, verificaram não ter o

¹⁷⁴ CAIU DO BONDE ATACADO DE CONGESTÃO. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28 jul. 1924, p.1.

¹⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 549.

menor sofrido coisa alguma, salvando deste modo a responsabilidade do chofer¹⁷⁶.

Como se já não fosse transtorno suficiente ter que se conformar com os burros empacados, a revolta dos oficiais do Exército alterou os horários de funcionamento. O transporte que funcionava até as 22:30h em todas as linhas antes da confusão dos tenentes limitou o tráfego às 22h “talvez porque a nova empresa se compadecesse da sorte dos burricos”. No dia 23 de julho, às 20:30h todos os bondes já haviam sido recolhidos. A justificativa de que “foi suspenso o tráfego mais cedo por motivo de haver cessado o movimento da cidade não convenceu, pois “às 21 horas, pelo menos, havia grande número de pessoas pelas ruas”¹⁷⁷. E não foi apenas no horário de funcionamento dos bondes que a revolta militar interferiu. O medo de que houvesse enfrentamento entre os revoltosos e as forças legais incentivou muitos sergipanos a deixarem suas casas.

O êxodo para o interior

Antes que comesçassem os boatos sobre a segurança dos moradores, o tenente Maynard tentou acalmar os aracajuanos. Primeiro, o oficial desmentiu que a Junta Militar estivesse disposta a sacrificar a vida dos que não se envolveram no levante de 13 de julho. Depois afirmou que se o Presidente da República desejasse acrescentar “aos seus crimes mais este de ensangüentar Sergipe”¹⁷⁸, ele e seus companheiros não permitiriam. Caso houvesse necessidade, os moradores seriam avisados e receberiam os meios necessários para se retirarem da cidade.

A garantia vinda de um dos líderes da revolta deveria calar a boca dos que anunciavam uma carnificina na tranqüila Aracaju. Mas ao que tudo indica, as declarações do tenente Maynard não surtiram efeito desejado junto à população. A cada dia aumentava a migração para o interior do estado. Com a imprensa sob controle “nenhuma oposição se esboçava”¹⁷⁹. Ainda assim os aracajuanos procuraram se

¹⁷⁶ MENOR ATROPELADO, MAS O CHAUFFER NÃO TEVE CULPA. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28 jul. 1924, p.1.

¹⁷⁷ FALTA DE BONDES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 24 jul.1924, p.4.

¹⁷⁸ A SITUAÇÃO DO PAÍS É GRAVE. *Correio de Aracaju*. Aracaju 16 jul.1924, p.1.

¹⁷⁹ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 120.

distanciar da movimentação dos militares com receio de que acontecessem tiroteios semelhantes aos da madrugada de 13 de julho.

Os jornais, principalmente o *Correio de Aracaju*, desaconselhavam as temporadas fora da capital. E para convencer sobre as desvantagens dessas viagens, relatavam exemplos de aracajuanos que insistiam em sair da cidade. As conseqüências poderiam ser terríveis. No dia 19 de julho pela manhã o pescador Argemiro Baptista de Oliveira, levou a família, na canoa de Francisco José da Silva e Manoel Francisco da Cruz, para a Barra dos Coqueiros, com a finalidade de passar alguns meses. O pescador deixou os familiares e regressou naquele dia na mesma canoa. Argemiro estava sentado na borda, conversando com amigos, quando foi acometido por um forte ataque de epilepsia. Caiu na água e desapareceu sem deixar vestígio.

Só hoje pela manhã foi o corpo de Argemiro encontrado na Barra dos Coqueiros , todo deformado.

Dizem que o inditoso Argemiro mudara-se para a Barra com medo dos prováveis tiroteios.

Coitado!

Se não fugisse...¹⁸⁰

Além dos perigos das viagens, havia outra justificativa para que Aracaju não fosse desocupada por completo. As casas abandonadas se tornavam alvo fácil para os ladrões. Desde 13 de julho várias residências receberam as visitas inusitadas dos salteadores. E não foi por falta de aviso já que “por mais que aconselhem a calma a essa gente, ela joga no veado. Conseqüência: casa que não tem gato, os ratos tomam conta”¹⁸¹. Em virtude dos últimos acontecimentos o policiamento das ruas havia sido reforçado e mesmo assim os objetos continuavam a ser furtados. De acordo com o argumento dos jornais, a única maneira de garantir a segurança da moradia seria permanecendo na mesma.

Os ladrões atacavam sempre à noite, preferencialmente nas residências do centro da cidade. Além das casas nas ruas Divina Pastora, Itabaianinha, Santa Luzia e praça Camerino, a alfaiataria de Nicanor Barreto Fontes na Rua Arauá, botecos no mercado público, e até mesmo a Catedral foi visitada. No entanto, não levaram nada do templo

¹⁸⁰ ACIDENTE LAMENTÁVEL. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 21 jul. 1924, p.1.

¹⁸¹ ELES ESTÃO AGINDO. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 22 jul.1924, p.1.

religioso. Talvez porque “não lhes agradasse o que ali encontraram”¹⁸². Enquanto isso alguns comerciantes não gozaram da mesma sorte. O já citado proprietário da alfaiataria perdeu “várias peças, entre as quais uma calça de casimira, um terno de brim e um paletó caqui”. Do boteco de Francisco Paula Nascimento foram suprimidos “6 chapéus de Baeta, 1 camisa de meia, 12 metros de brim branco, várias camisas e pares de meias”¹⁸³. Mais um pouco e os meliantes teriam estoque suficiente para montar um boteco no Mercado Público. Não fosse a clientela estar afastada por causa do tal levante militar, quem sabe?

A população estava preocupada e a Junta Militar garantia que não havia motivos para deixar a capital. No dia 17 de julho um homem alvejado por um tiro foi levado para a Assistência Pública. Entretanto, os militares não estavam envolvidos no episódio. Por volta das 9 horas da manhã, nas imediações do *Chanaan*, Efrem Telles alvejou Agenor Prudente com um tiro, quando este procurava “fazer ou desmanchar uma cerca em terreno de propriedade do farmacêutico Telles”¹⁸⁴. A polícia recolheu o autor do disparo e abriu inquérito. Mas essa medida não tranqüilizou a população por completo. Já não era mais possível ser indiferente ao que acontecia em Aracaju. Considerando que dois soldados da polícia haviam sido mortos em meio a tiroteios, o governador estava preso junto com outras autoridades, o comércio estava praticamente fechado, falava-se que confrontos poderiam acontecer em Aracaju; os rebeldes não conseguiam convencer a população de que a tranqüilidade da cidade não seria abalada.

Enquanto todos estavam apreensivos quanto ao futuro de suas vidas, João Augusto de Oliveira fazia propaganda do seu negócio. Não que torcesse pela desgraça alheia, mas o fato é que ele precisava sobreviver, fazendo da morte a sua vida. Proprietário de uma Mortuária na Rua de Japarutuba, centro da cidade, divulgava seu estabelecimento que ficava ao lado da Cadeia Pública, onde “encontram-se à venda caixões prontos, de primeira qualidade para adultos e crianças”. Além de destacar “a arte e decência” o proprietário garantia “preços reduzidíssimos”, pois “é quem mais barato fornece”¹⁸⁵. Para a infelicidade de Oliveira, a Junta Militar não precisou requisitar os serviços da Mortuária.

Já o comerciante Juvenal Rodrigues dos Santos fornecia carne de gado ao 28º BC antes da revolta e, depois do levante, continuou abastecendo o quartel. Somente

¹⁸² OS AMIGOS DO ALHEIO. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 26 jul.1924, p.4.

¹⁸³ OS AMIGOS DO ALHEIO. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 29 jul. 1924, p. 1.

¹⁸⁴ TENTATIVA DE MORTE. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 17 jul. 1924, p. 4.

¹⁸⁵ PARACERIMÔNIAS FÚNEBRES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 17 jul.1924, p. 3.

com este artigo, a Junta Militar despreendeu a quantia de 8:900\$000, o que fazia dos rebeldes ótimos clientes. Passado o levante, Juvenal foi acusado de ser co-autor da revolta por ter fornecido a carne. E, embora o tenente Maynard declarasse tê-lo coagido a conservar um “estoque de gado em pé durante a Revolta, para o abastecimento da tropa e da cidade”¹⁸⁶, o comerciante foi obrigado a devolver todo o dinheiro aos cofres do 28º BC.

A população já havia sido informada sobre os objetivos da revolta, a segurança da capital estava garantida com a distribuição de tropas por diferentes pontos da cidade, com a construção de trincheiras nas praias. Tudo ia bem, mas não tardou em aparecer boatos de que uma reação estava sendo organizada no interior. Numa situação de guerra “a maior parte das informações são falsas e a pusilanidade das pessoas torna-se uma nova fonte de mentiras e inexatidões”¹⁸⁷. E em Aracaju o quadro não era diferente. Os anúncios de que a cidade sucumbiria a um ataque por tropas legalistas não cessavam.

Um dos comentários que chamou a atenção dos rebeldes afirmava que o coronel Francisco Porfírio de Britto, liderança política influente em Propriá, cidade ao norte de Sergipe, estava organizando uma força para lutar contra a Junta Militar. Durante a Primeira República não era incomum que os chefes políticos no interior do País mantivessem grupos de homens armados sob o seu comando. Analisando o coronelismo entre 1900 e 1930, Ibarê Dantas destaca “a importância do controle da coerção e, com efeito, a presença das milícias particulares como fonte de poder do coronel”¹⁸⁸. O contingente de homens à disposição era um dos fatores que atribuíam valor aos coronéis. Francisco Porfírio mantinha relações cordiais com o governador deposto pelos rebeldes. E já que coronel não estava satisfeito com a ação dos insurretos, resolveu se armar.

Diante dos rumores, a Junta Militar enviou um telegrama para o aludido coronel. Comunicaram estar cientes da movimentação de forças em Propriá e que os militares estavam prontos para reagir a qualquer ataque. Explicaram ainda que a deposição do governador não estava relacionada a questões políticas locais e sim ao movimento revolucionário em São Paulo. Feitas estas ressalvas, declararam que Francisco Porfírio poderia agir “como melhor vos parecer, certo de que não recuaremos

¹⁸⁶ COSTA FILHO, Luiz José da. **Defesa**: nos autos do processo-crime dos revoltosos de 13 de julho de 1924. Aracaju: Typ. D’O LABOR, 1925. p. 39.

¹⁸⁷ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 80.

¹⁸⁸ DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CEAC/Programa Editorial, 1987. p. 24.

diante de qualquer ameaça partida bandos armados, não nos responsabilizamos pela vida dos nossos prisioneiros, até agora tratados com distinção”¹⁸⁹. O coronel explicou que não tinha intenção de organizar forças para atacar Aracaju, “apenas, segundo boatos alarmantes aqui espalhados, ser esta cidade atacada força dessa procedência, afim me agredir e meus amigos, preparei-me para respectiva defesa”¹⁹⁰. Depois desse episódio, os oficiais perceberam o quão urgente se fazia ocupar outros pontos do território sergipano.

A insurreição no interior

Desprotegidas como estavam as cidades sergipanas ofereciam perigo aos planos da Junta Militar. Para sanar esse problema, tropas do 28º BC foram enviadas para o interior do estado. Os oficiais também precisaram se deslocar. Em Aracaju permaneceram o capitão Eurípedes, no comando do 28º BC e o tenente Manoel Messias, responsável pelas finanças. Enquanto isso Augusto Maynard viajou com a missão de organizar a defesa estadual na *frente sul* a partir das cidades de São Cristóvão e Itaporanga (respectivamente 25 e 29 km distantes de Aracaju). Ao passo que Soarino ficou responsável pelas cidades de Rosário do Catete e do Carmo (respectivamente 37 e 47 km distantes de Aracaju), que compunham a *frente norte*. Além dessas, outras localidades também foram ocupadas por tropas comandadas por sargentos designados pela Junta Militar.

Uma das primeiras cidades a serem ocupadas foi São Cristóvão. O sargento do 28º BC João Salles seguiu com um grupo de praças para lá. Eles ocuparam o quartel de polícia, a estação telefônica, do telegrafo nacional e da estrada de ferro. Com a chegada dos rebeldes, a força estadual fugiu, inclusive o responsável pelo destacamento, sargento Marcolino Pereira Ramos, que deixou São Cristóvão numa canoa. Seu exemplo foi seguido por outros policiais. Os praças do 28º BC se acomodaram no antigo Palácio do Governo. Alguns dias depois chegou um novo contingente comandado pelo sargento João Florêncio de Souza e um terceiro com o sargento Dionísio Gomes de Assis.

¹⁸⁹ NOTICIÁRIO, **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 18 jul. 1924, p.3.

¹⁹⁰ NOTICIÁRIO, **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 18 jul. 1924, p.3.

Nesse ínterim, também estiveram em São Cristóvão os tenentes Maynard¹⁹¹ e Soarino. Segundo o anseçada do batalhão policial João Baptista dos Santos, os oficiais estiveram na cidade para “ordenar e verificar a construção de trincheiras em Taperoá”¹⁹². Mas, de acordo com o prefeito Odilon Cardoso, os integrantes da Junta Militar não permaneceram em São Cristóvão “estando eles em trânsito, quase sempre para Itaporanga, onde estavam localizadas as forças do 28 BC”¹⁹³, na ausência dos oficiais, os praças eram comandados pelos sargentos Florêncio e Salles.

Na condução de uma guerra há alguns passos básicos. Inicialmente procede-se o recrutamento, que é seguido do armamento, treino, marchas, acantonamentos¹⁹⁴, aquartelamento e alimentação. Um outro ponto importante e que não pode ser esquecido é o tratamento dos doentes. A Junta Militar não descuidou disso e no dia 26 de julho convocou o médico do batalhão policial, Carlos Menezes. Ele seguiu para São Cristóvão com a finalidade de organizar um “hospital de sangue, no caso de se travar a luta”¹⁹⁵. Poderia haver um confronto e um serviço como esse seria de grande auxílio para os feridos. Pensando nisso Carlos Menezes organizou e dirigiu o hospital de sangue que funcionava no prédio da Ordem Terceira de São Francisco, no centro da cidade. O médico do exército, Galdino Ferreira Martins, afirmou que o colega de profissão “se mobilizou indo montar em São Cristóvão um hospital de sangue, usando para esse fim do material da enfermaria militar sita ao bairro industrial e do posto médico do batalhão, d’onde retirou colchões”¹⁹⁶. Isto sugere a precariedade com a qual o serviço funcionaria. Mas São Cristóvão não foi a única cidade a receber visitantes.

Em Rosário as primeiras tropas chegaram sob o comando do sargento Beethovem Marques. E dias depois chegou outro contingente, mais numeroso, comandado pelo sargento José Vieira de Mattos. Os rebeldes ocuparam a estação da estrada de ferro e a prefeitura. Parte da tropa ficou na casa ao lado da residência do coronel Manoel Gomes da Cunha, pai do tenente Maynard. O coronel apoiava as ações

¹⁹¹ Em São Cristóvão Augusto Maynard Gomes hospedou-se na pensão São José de propriedade do Sr. Galdeiro.

¹⁹² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p. 1463.

¹⁹³ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p. 1498.

¹⁹⁴ Em “Da Guerra” Carl von Clausewitz explica que os acantonamentos são locais em que a tropa em combate se reúne para se recuperar, estando próximos ao campo de batalha. Já os aquartelamentos oferecem maior conforto e segurança para que a tropa possa se restabelecer melhor. Cf. CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 96-97.

¹⁹⁵ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. **Correio de Aracaju**. 26 jul. 1924 p.1.

¹⁹⁶ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 5, p. 657

da Junta Militar, como declarou no telegrama enviado ao filho nos primeiros dias da revolta. Assim os militares se afirmavam contra a corrupção política que se observava no Brasil, mas na prática acabaram procurando entender-se com as lideranças políticas do interior de Sergipe. O apoio incondicional do pai de Augusto Maynard, bem como a aparente neutralidade de Francisco Porfírio permitiram que os rebeldes se mantivessem numa situação favorável.

No dia 26 de julho o comandante do 28º BC em exercício, capitão Eurípedes deu uma ordem de mobilização e em virtude disso, foram convocados todos os “reservistas do exército de primeira linha, de primeira e segunda categorias, os quais devem se apresentar a esta unidade, ‘Centro de Mobilização’. (Art. 22 do R.S.M.)¹⁹⁷”. No dia 27 apresentaram-se os primeiros reservistas. Um dia depois, 136 convocados compareceram ao quartel do exército e foram incluídos no batalhão. Com o passar dos dias, o número de voluntários que se apresentavam no 28º BC foi diminuindo. E diante da confirmação de que tropas legalistas marchavam em direção a Aracaju, os líderes da revolta convocaram os reservistas. Assim aumentavam a tropa arregimentando mais homens. Apenas o cabo reservista Adalberto de Araújo Souza deixou de incorporar por ter apresentando atestado médico, comprovando que havia sido submetido a uma cirurgia de hérnia.

A Junta Militar enviou um telegrama aos prefeitos ordenando que providenciassem editais de convocação para os reservistas no interior. Mas desde a notícia da eclosão da revolta, muitas autoridades deixaram de freqüentar a prefeitura. Em Itaporanga, o prefeito Mathias Curvelo Mendonça não chegou a ver o aludido telegrama. Em seu lugar, o escrivão de paz Antonio Garcia recebeu a correspondência, providenciou o edital de convocação e mandou que o documento fosse afixado na porta da intendência. O anúncio estava com a assinatura de Antonio Garcia “por Mathias Curvelo de Mendonça”. Essa atitude aponta para o fato de que os rebeldes também recebiam apoio no interior do estado.

Num primeiro momento os rebeldes se impuseram pela força e isso lhes conferiu um determinado tipo de poder. Depois eles procuraram exercer uma forma de dominação legítima. Isso era importante para manter a coesão social em Sergipe naquele momento, ao mesmo tempo em que assegurava a permanência dos militares no poder. Apesar disso os rebeldes garantiam que os direitos dos sergipanos seriam

¹⁹⁷ 28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental 181**. Aracaju, 26 jul. 1924, p.429.

respeitados. Os militares pretendiam interferir o mínimo possível no dia-a-dia dos sergipanos. Para tanto, os serviços básicos foram mantidos, ainda que com alguma precariedade. Mesmo durante a revolta os bancos, o comércio, as linha de bondes, a circulação de jornais, o policiamento nas ruas, as obras de saneamento na capital, dentre outros, continuaram sendo realizados com regularidade. Segundo Max Weber este tipo de autoridade legal ou racional “é modelada de forma a atender as necessidades previstas e repetidas por meio de uma rotina normal”¹⁹⁸.

Entretanto, os militares conseguiram oferecer mais que a garantia do funcionamento de serviços básicos. Eles foram capazes de despertar respeito e admiração por parte de muitas pessoas em Aracaju e no interior. E enquanto que para alguns os oficiais não passavam de desordeiros que infringiam a justiça, para outros eles eram verdadeiros heróis que lutavam desinteressadamente pelo bem comum, na tentativa de construir um mundo mais justo. Foi isso que impulsionou o escrivão Antonio Garcia a convocar os reservistas em nome do prefeito de Itaporanga, ainda que estivesse autorizado a fazê-lo. O escrivão usou de uma autoridade que não dispunha e, portanto, infringiu a lei para ajudar os rebeldes. Max Weber afirma que esse tipo de atitude não é incomum quando se observa o domínio carismático, já que

A dominação carismática significa uma rejeição de todos os laços com qualquer ordem externa, em favor da glorificação exclusiva da mentalidade genuína do profeta e herói. Daí, sua atitude ser revolucionária e transpor todos os valores; faz que um soberano rompa todas as normas tradicionais ou racionais: “Está escrito, mas eu vos digo”¹⁹⁹.

Figura de destaque na sociedade sergipana da época, o jornalista Zacheu Brandão se tornou um dos principais aliados dos rebeldes. Disposto a fazer tudo o que fosse necessário para o sucesso do levante, ele foi para Rosário e Carmópolis, chegando neste último em 21 de julho à noite, com a tropa e armas. Os rebeldes se apropriaram do prédio da intendência, local em que os praças se instalaram. Tertuliano de Campos,

¹⁹⁸ WEBER, Max. 5 ed. *A sociologia da dominação carismática*. In: **Ensaio de sociologia**. Org. intr. H.H. Gerth & Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 171 - 176. p. 171.

¹⁹⁹ WEBER, Max. 5 ed. *A sociologia da dominação carismática*. In: **Ensaio de sociologia**. Org. intr. H.H. Gerth & Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 171 - 176. p. 174.

motorista da lancha *Sanitas*, levou Zacheu Brandão e José Maciel de Aracaju para Maruim, a 30 km da capital. Quando a embarcação da saúde do porto chegou no destino

o Senhor José Maciel e doutor Zacheu Brandão pediram a uns meninos que se achavam no porto que lhes arranjassem umas carroças, para as quais passaram o armamento que conduziram, seguindo as mesmas para a Estação da Estrada de Ferro, onde o armamento, conforme sabe, foi transferido para dois troyles que ali já se acham para isso preparados²⁰⁰.

As instruções em Rosário também eram dadas por Zacheu Brandão. Nessa cidade o sargento Vieira de Mattos se hospedou na farmácia de um certo Pedro Pantaleão. O sargento, que era um dos homens de confiança do tenente Maynard, “ficava na estação da estrada de ferro para dar salvo-conduto, existindo aí a mesa de que servia para tais fins”. O sargento do 28º BC, José Ernesto da Rocha, foi para Itaporanga sob o comando do sargento José Carivaldo.

Em Itaporanga, o sargento Carivaldo mandou chamar o mecânico Antonio Lydio Paixão para instalar um telefone. Quando o tenente Maynard chegou à cidade, deu ordem para que o mesmo mecânico derrubasse a ponte sobre o rio Xinduba. O mecânico “disse logo que não tinha ferramenta apropriada para derrubar a ponte”. Mas o oficial não se deu por satisfeito e declarou “que mandaria buscar em Aracaju dinamite para o aludido fim, que chegada a dinamite o Tenente Maynard deu ao respondente um cartucho da mesma explicando-lhe o modo de colocar o mesmo cartucho na ponte do Xinduba”²⁰¹. Depois dessa elucidação, Antonio da Paixão seguiu para o local, e, acompanhado por dois praças do 28º BC colocou o cartucho de dinamite na referida ponte com ordem de detoná-lo. Mas para surpresa de todos, a ligação entre as duas margens permaneceu intacta.

Os praças foram informados e não se surpreenderam com o barulho, já a população, desavisada, se alarmou com a explosão. O sargento João Telles de Menezes estava em Itaporanga quando aconteceu o episódio. Ele explica que “num dos últimos dias de Julho o Tenente Maynard mandou prevenir aos sargentos que compunham essa

²⁰⁰ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p.1587.

²⁰¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p.1489 – 1490.

força que naquela noite se daria um grande estampido e que não se assustassem”²⁰². O sargento confirmou que depois de ser dinamitada, a ponte não sofreu nenhum dano.

Noutra cidade, Campo do Brito, a 64 km da capital, o tabelião Simões de Souza Borges foi chamado à casa do coronel Arnóbio Baptista de Souza, liderança política local, na noite de 14 de julho, mas só atendeu ao chamado no dia seguinte pela manhã. Chegando lá o coronel lhe mostrou um telegrama em que a Junta comunicava que havia assumido o governo do estado. O tabelião recebeu ordem para responder ao telegrama em nome do exator Lindonor Baptista de Almeida e Manoel Sebastião Filho, prefeito. Este afirmou que não aderiu à revolta e que a sua atitude “foi a mais pacífica possível, estando sempre solidário com o governo do estado e com o Chefe da política local; que além do mais não lia jornais; não recebia cartas e nem tinha correspondência com ninguém”²⁰³.

Assim como acontecia noutras cidades sergipanas, Campo do Brito contava com um proprietário de terras com elevado prestígio político, o coronel Arnóbio Baptista. Examinando a forma como o coronelismo funcionou no Brasil, Victor Nunes encontrou semelhanças nos aspectos essenciais do fenômeno nas diferentes regiões do País. E uma dessas características é exatamente a liderança exercida pelo coronel na esfera municipal. Segundo Nunes

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento da sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras²⁰⁴.

E, apesar de não ser uma autoridade legal, o intendente e o exator da cidade consultaram o coronel Arnóbio Baptista sobre o modo como deveriam proceder diante do telegrama recebido pela Junta Militar. Essa importante decisão foi tomada na propriedade de Arnóbio Baptista. Foi ele quem mandou chamar o Tabelião Simões de Souza para redigir uma resposta à Junta Militar. O próprio intendente destacou a importância do coronel ao afirmar que durante a revolta de julho de 1924, permaneceu

²⁰² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p. 1492.

²⁰³ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p.1540.

²⁰⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa – Omega, 1976. p. 23.

fiel ao Governador, Graccho Cardoso e ao chefe da política em Campo do Brito, Arnóbio Baptista.

O destacamento policial de Campo do Brito foi desarmado e o prefeito explicou que eles decidiram desobedecer às ordens do delegado, então o coronel Arnóbio achou melhor “desarmá-lo afim de não haver ocorrências lamentáveis, estando sempre o dito Cel. Arnóbio ao lado do Governo é o que lhe consta, pois reside fora da sede do município cerca de sete léguas de distância, em sua fazenda ‘Pedra Mole’”²⁰⁵. Mais uma vez foi o coronel quem decidiu. Por sua indicação os policiais da cidade foram desarmados. Esse fato sinaliza para o prestígio de Arnóbio Baptista em Campo do Brito. Ao mesmo tempo, a fala do intendente denuncia que os policiais da cidade não estavam a favor do governo.

Em outra cidade, Riachuelo, que fica a 29 km de Aracaju, o prefeito Albano do Prado Pimentel Franco disse “que mandou fazer um aviso de convocação, sendo que aos reservistas que se apresentaram ao depoente, aconselhou que viessem se apresentar os que quisessem, não sendo obrigados a isto”²⁰⁶. Na sua própria fazenda dois reservistas o ouviram e não se apresentaram. O prefeito negou ter mandado transportar os reservistas que se apresentariam na capital. Esta, aliás, foi a postura adotada por muitas autoridades. A maior parte deles respondeu ao telegrama em que a Junta Militar comunicava haver assumido o governo e procuraram se manter reclusos em suas propriedades.

Nesse contexto, os militares acreditavam que haviam conseguido se impor como autoridades legais no estado. E, ao mesmo tempo, obtiveram outro tipo de dominação: a carismática. Essa última não lhes garantia permanência, mas se manifestava de forma tão intensa a ponto de fazer com que homens pegassem em armas para defender os ideais dos rebeldes. Dessa maneira, eles oscilavam entre o desejo de ter a autoridade legal reconhecida e a identificação com o domínio carismático por parte de alguns sergipanos.

Ao mesmo tempo em que isso acontece, é possível perceber algumas incoerências entre o que os rebeldes diziam e o que se observava na prática. Ícones da luta pela moralização da política, os militares procuraram se entender com lideranças políticas no interior, contradizendo assim os princípios pelos quais afirmavam estar

²⁰⁵ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p.1541.

²⁰⁶ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 11, p.1535-1536.

lutando. Para levar o plano da revolta adiante, eles procuraram estabelecer relações com alguns coronéis do estado. Caso pudessem contar com o apoio desses coronéis, os rebeldes teriam a dominação tradicional a favor do levante.

À frente do estado os oficiais sergipanos não realizaram mudanças significativas na administração pública. E desde o início eles esclareceram que esse não era o objetivo da revolta. O funcionalismo público não recebeu qualquer tipo de benefício ou represaria por parte dos rebeldes. Apenas o advogado Luiz José da Costa Filho foi nomeado oficialmente para ocupar o cargo de Procurador Geral do Estado. E isso só aconteceu porque Armando Mesquita comunicou que voluntariamente se exonerava do cargo no dia 18 de julho. Entretanto, essa atitude foi isolada.

A maior parte das autoridades foram conservadas em seus respectivos postos. Nenhuma mudança socioeconômica foi introduzida no estado, apesar da população sofrer com a carestia. Ao contrário do que se observou em Manaus²⁰⁷, os rebeldes sergipanos estavam mais inclinados em resolver os problemas da classe militar. Talvez por isso mesmo não tenham recebido o apoio de grupos representativos. Os tipógrafos, por exemplo, eram pessoas esclarecidas, mas a maior parte deles preferiu abandonar as publicações durante o levante.

O operariado que mantinha um Centro organizado em Sergipe desde 1911²⁰⁸ também não se interessou em se juntar aos oficiais rebeldes. Algumas fábricas chegaram a ter seus trabalhos ameaçados porque os operários temiam uma chacina e deixaram de comparecer ao trabalho. O *Correio de Aracaju* criticava o comportamento dos funcionários e informava que em algumas fábricas “os proprietários dão conselhos, procurando acalmar os ânimos, mostrar que não sofrerá ninguém dentro de casa. Em outros, há, segundo nos consta, a ameaça de perda de emprego aos que se afastarem para as matas”²⁰⁹.

Concordando com o conceito semiótico de cultura, defendido por Clifford Geertz, esse capítulo procurou descrever os acontecimentos que vieram em seguida à vitória dos insurretos, sem descuidar dos significados que esses acontecimentos

²⁰⁷ A revolta militar em Manaus ocorreu entre os dias 23 de julho e 28 de agosto de 1924. Lá os líderes do movimento prenderam autoridades, depuseram o governador, mas não esperaram por orientações vindas de São Paulo. Assim que assumiram a administração do estado, os rebeldes começaram a promover transformações em Manaus. Na tentativa de promover uma melhor distribuição de renda, os rebeldes expropriaram propriedades particulares, promoveram leilões e pagaram os funcionários públicos. Cf. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, Ed. Calderaro, 1985.

²⁰⁸ Cf. NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁰⁹ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 25 Jul. 1924. p. 1.

carregaram consigo. As sensações causadas a partir da constituição da Junta Militar foram resultado de uma complexa rede de relações. A forma como os militares agiam e se expressavam deu margem para diferentes leituras sobre o levante. O comportamento dos sergipanos durante da revolta militar não pode ser explicado a partir de leis. Nesse sentido, é pertinente a colocação de Clifford Geertz de que “a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”²¹⁰. Ainda conforme o antropólogo

comprometer-se com um conceito semiótico de cultura e uma abordagem interpretativa do seu estudo é comprometer-se com uma visão da afirmativa etnográfica como ‘essencialmente contestável’, tomando emprestada a hoje famosa expressão de W.B. Gallie²¹¹.

O meio pelo qual os militares explicavam sua visão de mundo foi assimilado de maneiras diversas pelos sergipanos. Enquanto isso, o governo federal não tinha dúvida de que era preciso tomar providências para que a insurreição fosse contestada. O Ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho, delegou poderes ao general Marçal Nonato de Faria para que ele organizasse uma força capaz de combater os revoltosos em Sergipe e reempossar o governador. O mundo quase perfeito dos rebeldes estava por desmoronar.

²¹⁰ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: L.T.C. Editora S.A., 1989. p. 39.

²¹¹ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: L.T.C. Editora S.A., 1989. p. 39.

Capítulo 3

“DOIS MIL CANGACEIROS DE MENTIRA”: OS ÚLTIMOS DIAS DA REVOLTA EM SERGIE

*“Mas não esqueçamos que essa tristeza é necessária à felicidade; e, por doce
que seja nossa ilusão, não acreditaremos que possa durar”*

Chordelos de Laclos²¹²

À primeira vista, os dias passavam tranquilamente pelo mês de julho. Desde o dia 13 a Junta Militar estava à frente do estado, mas nem todos concordavam com essa situação. O mal estar gerado entre os oficiais rebeldes e o coronel Francisco Porfírio de Britto sinalizava para uma desaprovação da revolta. No entanto, os problemas não se resumiam a um desentendimento eventual com lideranças políticas do interior. A insatisfação com os rumos que o estado tomava desde a constituição da Junta Militar se tornaria cada vez mais evidente, sobretudo a partir do momento em que o governo federal se mobiliza contra a revolta em Sergipe. Este é o assunto deste capítulo.

Nem todos os militares aderiram à insurreição. O próprio comandante do 28º BC foi preso por tentar impedir o motim. Acordados pelo estampido dos tiros, os oficiais do Exército se fardaram e seguiram em direção ao quartel. Esse era o procedimento padrão. No entanto, o 2º tenente-médico Eronides Ferreira de Carvalho não compareceu ao 28º BC em meio à confusão que os próprios militares iniciaram²¹³.

Assim como os demais oficiais, Eronides de Carvalho foi despertado pelos disparos na madrugada de 13 de Julho e chegou a vestir o uniforme para ir ao quartel. Porém, ao saber que o 28º BC havia se revoltado mudou seus planos. Usando trajes civis, o oficial partiu, em segredo, para a residência do seu amigo pessoal, Maurício Gracho Cardoso.

²¹² LACLOS, Choderlos de. **As relações perigosas**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1971. p. 255.

²¹³ Cf. ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 5.

O governador recebeu conselhos de pessoas próximas e auxiliares para deixar a cidade, “podendo em pessoa dirigir a resistência de Propriá”²¹⁴. Eronides, provavelmente foi um destes conselheiros, mas Graccho Cardoso se negou a sair de Aracaju. Isso não significou, entretanto, que o líder do legislativo não fosse tomar uma atitude visando a organização de uma contra ofensiva aos rebeldes. A primeira providência nesse sentido foi escrever dois telegramas, um para o presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, e outro para o comandante da 6ª Região Militar, general Marçal Nonato de Faria e incumbir Eronides de Carvalho de transmiti-los.

Qualquer passo em falso não apenas atrapalharia a comunicação entre as autoridades, como também deixaria o emissário em maus lençóis frente aos rebeldes. Arriscando a própria sorte, o tenente-médico conseguiu burlar a vigilância e, ainda durante a madrugada, partiu em direção ao norte do estado. Depois de percorrer cerca de 90 quilômetros chegou à vila de Japarutuba por volta das 14 horas do dia 13. Eronides de Carvalho procurava uma estação telegráfica para enviar os telegramas, e finalmente encontrou. Mas o telegrafista Etelvino Telles, seguindo o procedimento padrão, exigiu uma cópia das mensagens rascunhadas, então o oficial preferiu procurar outra estação na qual pudesse expedir sigilosamente os telegramas.

Com esse intuito, chegou em Propriá, à 1h do dia 14 de julho. Ali imediatamente, procurou Francisco Porfírio de Britto, seguindo a recomendação do próprio governador. O coronel, que já havia se desentendido com os rebeldes dias atrás, mandou um homem de sua confiança levar os avisos à estação de Penedo, Alagoas, onde foram finalmente expedidos. A exemplo de Francisco Porfírio, outras lideranças políticas dos municípios mais distantes de Aracaju se mobilizavam para ajudar no combate aos revoltosos.

A movimentação dos coronéis no sentido de deter a revolta ficaria mais nítida a partir da chegada do general Marçal Nonato ao estado. Quando recebeu o telegrama, enviado pelo tenente Eronides de Carvalho, o chefe da Região Militar já estava avisado sobre os acontecimentos em Sergipe e tomava as primeiras providências para organizar uma intervenção militar. O oficial conta que esperava que as unidades embarcassem

²¹⁴ GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925. p. 22.

sem maiores sobressaltos, quando no dia “13 de Julho, à tarde, tive notícia de que se havia revoltado o 28º de caçadores”²¹⁵.

Marçal Nonato mostrou-se admirado, pois depositava confiança em quase toda a oficialidade do 28º BC. O espanto do general não permaneceu em segredo. No relatório entregue ao Ministro da Guerra sobre a revolta em Sergipe, Marçal Nonato não se contentou em afirmar que desconhecia os planos dos oficiais sergipanos. O general fez questão de assegurar o quanto se surpreendeu com a notícia de que o Batalhão havia se levantado.

De qualquer maneira, o governo federal o encarregou de repor Graccho Cardoso e para isso foram colocados à sua disposição tropas do 21º e 22º BC que já estavam na iminência de embarcar para São Paulo, além de praças alagoanos, pertencentes ao 20º BC e homens da polícia dos estados da Bahia e de Alagoas. O efetivo inicialmente disponibilizado constava de 284 praças e 5 oficiais, do 20º BC; 295 praças e 8 oficiais, do 21º BC; 281 praças e 8 oficiais, do 22º BC. Além desses homens, o contratorpedeiro *Alagoas* também foi colocado à disposição para ser utilizado nas operações militares em Sergipe²¹⁶. Não tardaria para que todo esse contingente desembarcasse no estado.

A reação das forças legalistas em Sergipe

Apesar do início do levante militar em São Paulo, os estados do Norte²¹⁷ aparentavam estar sob controle. Algumas unidades, incluindo o 22º BC da Paraíba, o 21º BC de Pernambuco, o 20º BC de Alagoas e o 28º BC de Sergipe, deveriam embarcar a qualquer momento para São Paulo. No dia 14 de Julho o 22º BC chegava ao Porto do Recife. Na ocasião juntou-se a ele o contingente pernambucano do 21º BC. Mas com as notícias de que o Governo Federal havia decretado Estado de Sítio por 60 dias para os estados da Bahia e Sergipe, e que o 28º BC havia se revoltado, o destino do *Baependy* deixava de ser São Paulo. Embora a viagem tivesse sido suspensa na

²¹⁵ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p.5.

²¹⁶ Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

²¹⁷ A essa época não havia distinção entre regiões Norte e Nordeste. Todos os estados compreendidos acima da Bahia pertenciam ao Norte. Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste**: e outras artes. 2. ed. Recife: FJN, São Paulo: Cortez, 2001.

iminência da partida, os jornais pernambucanos fizeram questão de descrever a cena do “quase” embarque da tropa. O *Jornal do Recife* publicou uma nota dando conta de que

À praça do Hospício, onde demora o quartel, um numeroso grupo de mulheres de todas as idades, algumas trazendo à mão tenras criancinhas, entre lágrimas, a soluçar, ali, se achava postadas, dando o último adeus aos invictos soldados do 21.

Eram mães, irmãs, e noivas que se despediam dos seus, traduzindo nas lágrimas a expressão mais sincera da saudade²¹⁸.

Depois de toda essa choradeira, os praças desceram do navio e voltaram para casa. Três dias depois os militares voltaram e embarcar no *Baependy*. Dessa vez os praças seguiram viagem com destino a Sergipe. Mais uma vez os periódicos do Recife se fizeram presente para registrar a emoção da despedida do 21° BC. Diariamente publicava-se na capital pernambucana que as forças legais progrediam em São Paulo, apreendendo metralhadoras e aprisionando rebeldes.

No Nordeste, esperava-se semelhante sucesso. E não tardou em aparecer ajuda. Francisco Marques de Góes Calmom, governador baiano, liberou imediatamente 60 homens da polícia e um tenente que marcharam para o limite entre os estados da Bahia e Sergipe. O efetivo foi aumentado e os homens tinham ordens para entrar em território alheio e ocupar as cidades de Geru, Itabaianinha, Pedrinhas e Boquim, respectivamente a 130 km, 118 km, 89 km e 82 km de Aracaju. Depois os policiais deveriam seguir para Salgado (67 km da capital sergipana) e esperar pelo Exército.

Logo que se iniciou a movimentação dos policiais no interior da Bahia, os comentários proliferaram em Aracaju. Essa era, aliás, uma maneira da população se manter informada. Com a imprensa a serviço dos interesses da revolta, muitas notícias eram sufocadas ou apareciam carregadas de julgamentos.

Estudando a circulação das informações em Paris por volta de 1750, Robert Darnton descobriu que os jornais não tratavam de assuntos políticos porque “o governo não os permitia”²¹⁹. No entanto, os franceses desejavam estar a par dos relatos sobre o que acontecia em Paris. Diferentes meios eram usados para esse fim, mas Darnton

²¹⁸ O EMBARQUE DO 21° BC. *Jornal do Recife*, Recife, 15 Jul.1924, p.1.

²¹⁹ DARNTON, Robert. *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*. In: **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 41.

assinala que no período estudado por ele “para ter acesso às notícias, bastava postar-se na rua e manter os ouvidos atentos”²²⁰. De maneira semelhante, as notícias corriam de boca em boca durante a revolta militar em Sergipe.

Nesse período alguns periódicos continuaram circulando. O *Diário Oficial* e o *Correio de Aracaju* não faziam críticas à movimentação dos rebeldes. Jornais veiculados com menor periodicidade, como *A Cruzada* e *O Município* optaram por não mencionar os últimos acontecimentos políticos no estado. Além do conteúdo desses periódicos, os sergipanos poderiam se inteirar dos fatos através da transmissão oral. Foi o caso do deslocamento dos policiais baianos.

Depois de ter sido esclarecida a confusão entre o coronel Francisco Porfírio e os oficiais rebeldes, dessa vez era em Barracão, na Bahia, que se esperava um ataque do 28º BC. Cautelosa, a Junta Militar mandou um soldado se informar sobre a agitação no limite entre os estados. De acordo com o enviado, existiam 50 praças da polícia e 150 fuzis em Barracão. Mas havia ordens para “se proceder ao recrutamento suficiente para por em armas número de homens capazes de utilizarem os armamentos arranjados, recebendo as praças improvisadas a diária de 2\$500”²²¹.

A movimentação dos policiais baianos foi anunciada como um exagero. De acordo com o *Correio de Aracaju*, que estava sob a tutela dos rebeldes, os militares sergipanos não pretendiam atacar nenhuma cidade baiana, por isso mesmo não havia necessidade de armar homens para defender os municípios limítrofes com Sergipe. Além disso, criticava o periódico, os baianos “demoliram a ponte do Rio Real com medo que as tropas do 28º dessem desembarque nessa cidade”²²². O *Correio* aconselhava as autoridades baianas a desarmar seus homens. E apesar da notícia da movimentação dos policiais baianos, o jornal sergipano continuava divulgando que não estava acontecendo nada de grave no estado.

Enquanto isso, o chefe da Região Militar deixava a capital baiana às 4h da madrugada do dia 21 à bordo do vapor *Íris*. Acompanhado por reforços, Marçal Nonato levou “além dos oficiais e praças do Quartel General, a escolta do comandante da Região, dois canhões Krupp L 28, tiro lento, e respectivas guarnições e o armamento e a

²²⁰ DARNTON, Robert. *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*. In: **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 42.

²²¹ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 21 Jul. 1924, p.1.

²²² OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 21 Jul. 1924, p.1.

munição necessários ao Destacamento”²²³. Em Sergipe, os líderes revoltosos preparavam uma defesa para possíveis ofensivas por parte da polícia baiana. Eles não imaginavam o problema que estava a caminho.

As tropas legalistas se estabelecem no sul

Decididos a por fim à situação irregular levada adiante pelos sergipanos, no dia 21 de julho, concentraram-se no Morro de São Paulo, Bahia, o contratorpedeiro *Alagoas*, o *Baependy* com contingentes da Paraíba e Pernambuco, o “Cannavieiras e Marahú, que deveriam recebê-los e o Iris com o Quartel General”. E, no dia seguinte, após o embarque de armas, munição, alimentos e viajantes, partiram rumo a barra do rio Real, em Sergipe, onde chegaram na manhã do dia 23 “depois de penosíssima viagem, por se achar muito agitado o mar, tendo enjoado a maior parte dos oficiais e praças e até alguns animais”²²⁴. Nesse mesmo dia, à noite, juntava-se ao grupo o vapor com o 20º BC.

O quartel general deveria se estabelecer em Estância, 68 km distante de Aracaju. Mas o rio Piauí, que dava acesso ao município, só era navegável por pequenas embarcações. Nessas circunstâncias os três batalhões foram obrigados a desembarcar no Crasto, povoado próximo a Estância, e seguir a pé “vencendo as primeiras dificuldades das muitas com que teve de haver-se o Destacamento, tendo marchado através de pântanos impraticáveis às viaturas, que foram transportadas em barcas, em longas horas de viagem e sujeitas às marés”²²⁵.

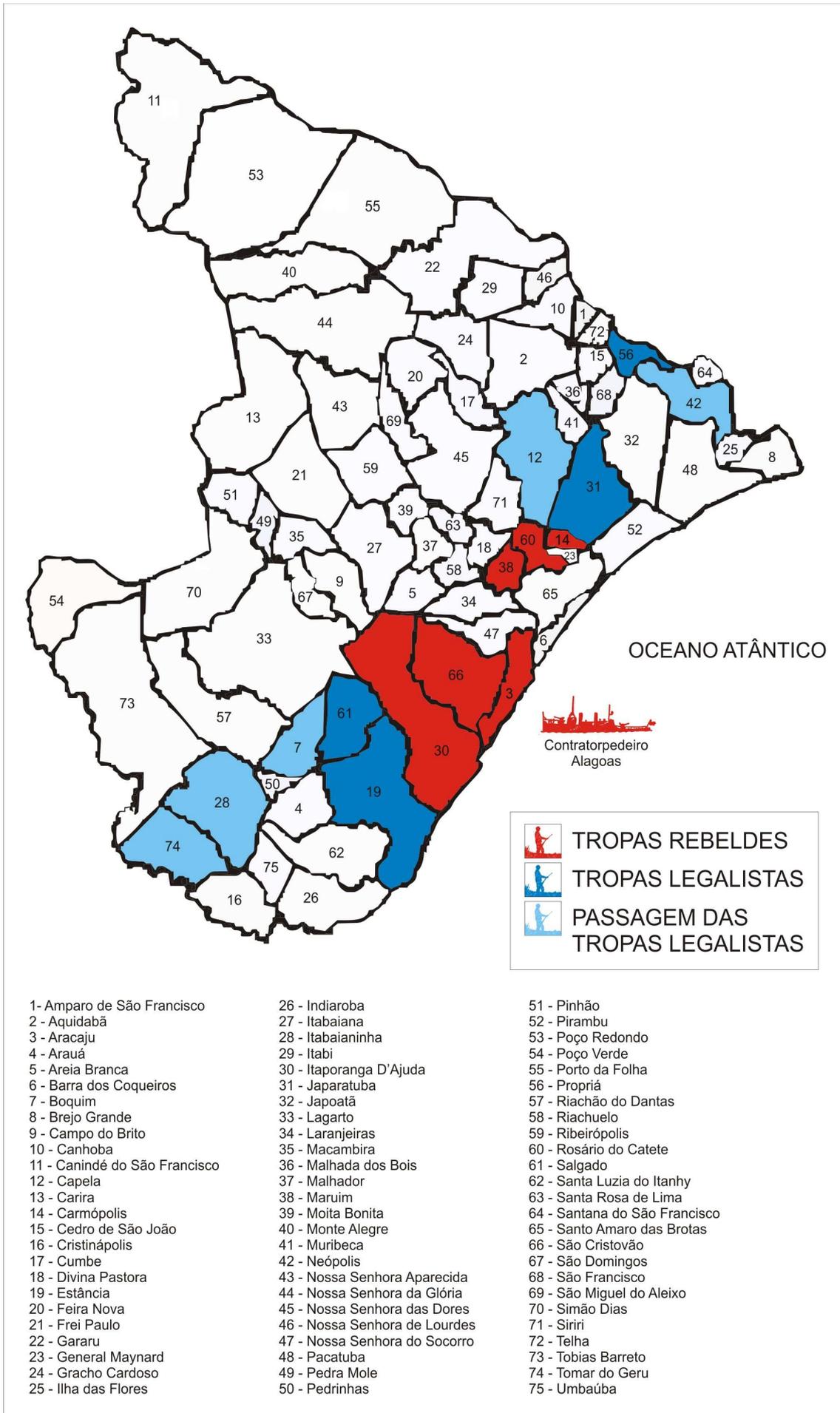
O *Cannavieiras* e o *Marahú* já estavam no Crasto, assim como o *Comandante Miranda*, quando o vapor *Íris* ancorou às 11h de 24 de julho. O contratorpedeiro *Alagoas* ficou fora da barra, “incumbido de proteger o desembarque da tropa e, em seguida, fazer uma diversão na barra de Aracaju”²²⁶. Isso significava que depois que estivesse sem passageiros, o navio deveria aparecer de longe e provocar tumulto na capital sergipana.

²²³ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 9.

²²⁴ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p.8.

²²⁵ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 10.

²²⁶ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p.10.



Deste modo, no dia 26 de julho as forças militares procedentes da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba estavam concentradas em Estância. Marçal Nonato de Faria recebeu um telegrama do Ministro da Justiça, Affonso Pena Junior, confirmando que Sergipe estava sob Estado de Sítio. Dispensando intermediações e rodeios, o general publicou uma proclamação, que embora longa para uma citação merece ser apresentada.

DESTACAMENTO EM OPERAÇÕES NO ESTADO DE SERGIPE

Investido pelo exmo. Sr. Presidente da República da nobre e patriótica missão de restabelecer a ordem no Estado de Sergipe, entregando os poderes públicos às autoridades legalmente constituídas, venho de pisar em terras sergipanas, onde disponho de fortes destacamentos de forças armadas sob o meu comando no sul, norte e oeste deste Estado, auxiliadas por navios de guerra, prontos todos esses elementos a executarem as ordens recebidas daquela alta autoridade, sitiando dentro em breves dias a cidade de Aracaju e sufocando a revolta ali existente.

Iniciando o restabelecimento da ordem, faço público que nulos são todos os atos emanados dos revoltosos e que responsabilizados serão aqueles que os executarem.

Até que seja reempessado o sr. dr. Governador do Estado serei, como representante do exmo. Sr. Presidente da República, a autoridade legal, cujas determinações deverão ser rigorosa e rapidamente cumpridas, afim de que, sem delongas, volte a esta unidade da Federação o regime da ordem de que foi violentamente afastada.

Espero que não terei ocasião de exigir que sejam cumpridas minhas determinações e que todos concorrerão espontaneamente para o restabelecimento da ordem, sem que seja necessário o emprego de meios excepcionais de que disponho pelo ESTADO DE SÍTIO, que, como sabeis, foi decretado para este Estado pelo prazo de 60 dias.

Todas as autoridades deverão comigo se entender até que seja reempessado o sr. dr. Graccho Cardoso, ao Governo do Estado²²⁷.

²²⁷ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 11.

Observa-se que o comunicado emitido pelo general Marçal Nonato não se destinava especificamente aos rebeldes, mas a toda a população sergipana. De acordo com o documento, Sergipe estava fora de ordem. E, autorizado por meios legais, Marçal Nonato anunciava o Estado de Sítio e declarava a ilegalidade da Junta Militar constituída pelos rebeldes. O oficial afirmou ainda que dispunha dos meios necessários para fazer valer a Justiça.

Assim, Marçal Nonato estabelecia uma versão própria e simultaneamente oficial sobre a revolta iniciada em 13 de Julho. Para o representante enviado pelo Presidente da República, não havia dúvidas de que os rebeldes haviam tumultuado todo o estado, agindo dessa maneira contra os interesses da nação. Interesses esses que Marçal Nonato defenderia implacavelmente em nome do seu sentimento patriótico.

Depois de lançar essa proclamação, o executor do Sítio passou a receber de intendentes, funcionários federais e estaduais o testemunho de lealdade à ordem. Diante disso, ainda no dia 25 de julho, o 28º BC, cujo comandante era o capitão Eurípedes, convocou todos os reservistas do estado. A Junta Militar solicitou que os chefes das repartições públicas enviassem listas com os nomes dos funcionários reservistas do Exército. O inspetor da Alfândega Arthur Batista Ribeiro informou que só o guarda Antonio da Silva Dantas deveria se apresentar ao 28º BC. Mas o chefe da repartição pediu a dispensa do referido guarda porque a Alfândega contava com poucos funcionários. O administrador dos Correios Fernão de Aragão e Mello informou os nomes de sete reservistas²²⁸.

Nesse mesmo dia, 25 de julho, seguiu um contingente de rebeldes para Itaporanga e um dia depois, o capitão Eurípedes enviou novo grupo para o sul do estado. Essa providência foi tomada porque os líderes da revolta souberam que havia um batalhão paraibano em Estância. Até então os rebeldes não sabiam sobre a presença dos praças pernambucanos e alagoanos em Sergipe. Independente disso, os praças do 28º BC levaram a proclamação lançada ao povo nos primeiros dias do levante e um novo comunicado elaborado pela Junta Militar. No documento os rebeldes conclamavam os colegas de farda a aderir à causa defendida pelos paulistas.

Em São Paulo os líderes da revolta fizeram questão de lembrar que no momento da proclamação da república “o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e, por conseqüência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de

²²⁸ Cf. ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1. p. 38 – 39.

militares, o compromisso de fazê-la cumprir”²²⁹. Concordando com esses termos, os sergipanos explicaram que se batiam pelos mesmos ideais e acreditavam que esse apoio não seria negado “porque assim o exigem as altas virtudes patrióticas dos nossos camaradas a exemplo das tropas do sul enviadas contra os nossos bravos irmãos de S. Paulo e que com ele confraternizaram”²³⁰.

Afirmando que as tropas que deveriam combater os paulistas findaram por apoiá-los, os rebeldes sergipanos tentavam convencer os chamados “camaradas do norte” a fazer o mesmo. Os rebeldes finalizaram a proclamação com um apelo quase religioso ao lembrar o compromisso do Exército para com a “causa santa da salvação da Pátria, e prontos nos achamos para a todos receber de braços abertos, na certeza de que não nos vieram combater e sim engrossar as nossas fileiras, trabalhando em comum”²³¹.

Esperando receber o apoio dos militares que deveriam combatê-los, os rebeldes apelaram para os homens que estavam sob as ordens de Marçal Nonato, em Estância. Invocando o sentimento de pertencimento ao Exército, os rebeldes acreditavam que poderiam convencê-los a abraçar a “missão patriótica” de que tanto falavam os insurretos. Em outras palavras, os rebeldes invocavam o que José Murilo de Carvalho²³² entende por “espírito de corpo” e o que Celso Castro²³³ prefere chamar de “espírito militar”. Embora usem termos diferentes, os dois estudiosos desejam se referir à dedicação dos militares ao Exército e a sua identificação aos interesses da caserna.

No discurso dos amotinados, o Exército era responsável pela República, por isso os rebeldes conclamavam os camaradas para juntar-se a eles na luta em defesa dos interesses da nação. Os rebeldes enfatizaram a “missão salvadora” com a qual o Exército se comprometeu. E mais uma vez ressaltavam a importância da classe militar se unir para defender interesses em comum. Aqui a versão sobre a revolta de 13 de Julho é outra. Os revoltosos assumem o papel de defensores da pátria e os opositores aos seus ideais, como Marçal Nonato, eram contrários aos interesses da nação.

Tem-se aqui, portanto, duas visões distintas sobre o mesmo fato. Parece estar fora de questão que um grupo de militares liderou uma revolta e assumiu o controle do

²²⁹ CARONE, Edgard. **O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 272.

²³⁰ AOS CAMARADAS DO NORTE. **Diário Oficial**. Aracaju, 27 Jul. 1924. p. 1.

²³¹ AOS CAMARADAS DO NORTE. **Diário Oficial**. Aracaju, 27 Jul. 1924, p. 1.

²³² CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 179 – 234.

²³³ CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

estado. Contudo, a intenção desses homens é que está em xeque. Os oficiais rebeldes acreditavam que suas ações concorriam para a purificação do regime republicano no País. Já os representantes do poder legal não hesitaram em caracterizar a revolta como um “tenebroso movimento”²³⁴.

Uma solução para tentar entender este episódio pode vir a partir das considerações de Clifford Geertz²³⁵ sobre a *descrição densa*. Exemplificada com a diferença entre a piscadela e o tique nervoso (ambos tem o mesmo gesto, mas com significados diferentes), Geertz afirma que para compreender uma cultura é preciso adotar o ponto de vista de um de seus praticantes. Ou seja, a mesma ação pode receber diferentes interpretações. Por isso a necessidade de voltar-se para o praticante e o seu referencial simbólico. Desta maneira, não se pretende estabelecer uma versão maniqueísta sobre a revolta de Sergipe, homenageando o grupo dos “mocinhos” e execrando os “bandidos”. O esforço vai no sentido de procurar perceber de que maneira os interesses que rebeldes e legalistas defendiam interferiram em suas atitudes. Mas também de expor contradições presentes nos dois grupos. Ao contrário do que apresenta a historiografia tradicional, tanto rebeldes quanto legalistas enfrentaram problemas entre eles mesmos. Os grupos não eram tão coesos quanto se possa pensar. Entre os rebeldes, por exemplo, muitos voluntários desconheciam os fins da revolta.

Na vigência do levante foram chamados voluntários e, por meio da fixação de editais, convocados os reservistas. No entanto, o próprio capitão Eurípedes esclareceu que muitos atenderam ao voluntariado ignorando os objetivos do levante, sendo a maioria deles analfabetos. Com relação aos reservistas, o líder revolucionário destacou que eles compareceram em obediência à lei, pois como o governador estava deposto, a Junta era “de fato, muito embora não fosse legal”²³⁶ o poder ao qual deveriam obedecer.

Curiosamente, os líderes da revolta em Sergipe acreditavam que os ideais pelos quais lutavam iriam seduzir a tropa paraibana. Eurípedes, Maynard, Soarino e Manoel Messias não se detiveram na tarefa de explicar aos voluntários e reservistas sergipanos os objetivos da intervenção militar no estado, mas esperavam que os oficiais e praças de outra unidade os apoiassem.

²³⁴ Cf. SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924.

²³⁵ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

²³⁶ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25. p. 3580.

Sem dar ouvidos ao canto de sereia dos rebeldes, as tropas legais seguiram firme no intuito de liquidar a revolta. Marçal Nonato ordenou que os homens do 21º BC iniciassem uma marcha para Salgado para juntar-se à polícia baiana, com exceção do 22º BC que iria para Tijupéba (12 km de Itaporanga). No dia 27 à tarde uniram-se todos. Nesse mesmo dia, em Salgado, a força legal contava com 5 oficiais e 339 praças do 20º BC; 8 oficiais e 291 praças do 21º BC e 4 oficiais e 260 praças da polícia baiana, num total de 1267 homens²³⁷.

O comandante das tropas legais ainda não havia entrado em contato com os oficiais rebeldes. Ainda assim, a Junta Militar mantinha-se informada sobre a movimentação das forças legalistas no interior. Os rebeldes contavam com o auxílio de informantes situados em diferentes cidades. Foi graças a essas redes estabelecidas que os insurretos souberam da chegada de tropas do Exército no sul do estado.

O fluxo de informações em Sergipe nem sempre estava vinculado à publicação dos jornais. As redes orais se mostraram cruciais em diferentes momentos da revolta. Nesse sentido, é preciso concordar com a afirmação de Darnton de que “toda era foi uma era da informação, cada uma à sua maneira, e que os sistemas de comunicação sempre moldaram os acontecimentos”²³⁸. Durante o levante iniciado em 13 de julho os rebeldes sabiam usar esses diferentes sistemas de informação.

Assim que estourou a revolta, o tenente Maynard solicitou que Manoel Ferreira do Nascimento passasse a trabalhar na estação telegráfica em Estância. Alonso Esteves da Silveira era o chefe da estação de Estância e resolveu isolar a linha de Aracaju, logo depois que soube do que aconteceu na capital. Mas quando Manuel Ferreira assumiu a estação de Estância retomou o contato com Aracaju. Ele recebeu dois telegramas enviados por Maynard. Com a chegada das tropas legais na cidade, Manoel Ferreira precisou dissimular.

Agindo com astúcia Manuel Ferreira aproveitava ocasiões oportunas para continuar enviando informações para Aracaju. Fazendo uso de táticas, definidas por Michel de Certeau como “maneiras de fazer” que assinalam “vitórias do ‘fraco’ sobre o

²³⁷ Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

²³⁸ DARNTON, Robert. *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*. In: **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 40.

‘forte’²³⁹, Manuel Ferreira procurava brechas para manter os rebeldes informados sobre a movimentação dos legalistas em Estância.

O telegrafista Joaquim Gordo chegou com os reservistas e observou que no dia 28 de julho Manoel Ferreira estava interessado em saber se Aracaju já havia respondido. Como a resposta foi negativa, ele foi até o aparelho de Aracaju e se comunicou com a estação. Joaquim Gordo quis saber o que Aracaju havia perguntado, pois Manoel Ferreira ao invés de responder apenas “boa noite”, ao “boa noite” de Aracaju, enviou uma frase maior. De acordo com Joaquim Gordo, o colega disse que Aracaju perguntava se havia tropas em Estância. “Joaquim tomou o aparelho de Manoel e respondeu negativamente, sem assinar, ‘ao que Aracaju (...) respondeu, mais ou menos: seja franco v. está aí em confiança da Junta’²⁴⁰.

Manoel Ferreira não se intimidou com o flagrante e acabou sendo retirado da estação. Marçal Nonato justificou a dispensa do telegrafista porque além de ter sido surpreendido enviando informações para Aracaju, o general percebeu que quando transmitia instruções secretas ao comandante das operações no norte “o telegrafista Ferreira procurava, com interesse, se aperceber da comunicação aludida, visto a curiosa insistência com que, sob qualquer pretexto, procurava se aproximar do aparelho em que a transmissão se fazia”²⁴¹. Por isso, foi afastado do serviço da estação. Mas o moço não se deu por vencido.

O mesmo Manuel Ferreira serviu de espião em Itabaianinha, transmitindo à Junta Militar, informações sobre a marcha das forças legais que vinham do sul. Nos últimos dias da sedição, o telegrafista retomou o cargo de fiscal na estação do telégrafo Nacional em Aracaju. Mas esse não foi o único telegrafista a serviço do levante. Desde o dia 13 de julho, a Junta Militar escolheu Lourival Luz Bispo para ser o responsável pela estação na capital. Além de expedir telegramas para o interior do estado e para Maceió, Lourival Luz ainda seguiu para Itabaianinha com uma tropa e intercalou o telegrafo de Geru “para colher a correspondência vinda da Bahia e estabelecer ligação direta com Aracaju”²⁴².

²³⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 47.

²⁴⁰ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1. p.42.

²⁴¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1. p.43.

²⁴² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1. p.43 – 44.

De qualquer maneira, o cerco aos rebeldes começava a se fechar. Enquanto tropas lideradas pelo general Marçal Nonato se posicionavam ao sul; ao norte estavam sendo organizados batalhões e pelo oeste os moradores de Aracaju presenciariam o suposto aparecimento de uma embarcação.

O navio fantasma: ofensiva pelo oeste

O destróier *Alagoas*, foi colocado à disposição do general Marçal Nonato. Mas ao invés de ter sido designado para o transporte de pessoas, armas ou mantimentos, o navio recebeu a missão de aparecer na barra de Aracaju com a intenção de provocar alvoroço na cidade. Antes disso acontecer, no dia 22 de julho, o vapor *Itapoã* ancorou na capital. O navio havia partido do Rio de Janeiro no dia 16 de julho e até essa data a informação sobre a revolta em Sergipe não havia se alastrado. O comandante da embarcação não quis fazer declarações sobre os últimos acontecimentos militares, mas deixou escapar que em São Paulo os rebeldes ainda não haviam sido dominados. Na capital federal, estava tudo tranqüilo.

Um dia depois da chegada do *Itapoã*, as ruas do centro de Aracaju se agitaram com a movimentação de pessoas que queriam ver o “navio fantasma”. No dia 23 de julho o *Alagoas* chegou perto da barra e recuou até que os aracajuanos o perdessem de vista. Alguns chegaram a duvidar se realmente o vaso de guerra apareceu ou não. O tenente Maynard chegou a convocar os capitães-tenentes Frederico Soledade, responsável pelo Porto, e Afonso Albuquerque, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, para embarcar na lancha *Nanette* e seguir com destino à Atalaia. Porém Maynard seguiu para alto mar acompanhado apenas pelo prático da barra Waldemiro Ribeiro dos Santos. O prático foi levado na lancha para que “fizesse subir ao ar um foguetão caso o tenente Maynard ficasse prisioneiro naquele vaso de guerra, para que as baterias de terra rompessem fogo contra o destróier”²⁴³.

Do posto localizado na Atalaia, onde se achavam os oficiais, foram feitos à embarcação os sinais “barra impraticável” e “barra minada”. Essas informações foram retransmitidas pelo comandante do *Alagoas* para o general que estava a bordo do *Íris*. A

²⁴³ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1. p.35.

partir disso deduziram que os rebeldes continuavam hostis. Nas ruas a curiosidade e o medo levaram a população a procurar informações sobre o “navio fantasma”.

Eram aproximadamente dez horas.

Ouviam-se sussurros a recrudescer na rua. Os tipógrafos empastelaram logo os caixotins. Chegamos à porta e olhamos para a rua. Movimento desusado. Soldados a correr. Civis apressados.

- É ele! É ele!

Ele quem? Fomos à rua onde várias casas comerciais se achavam fechadas, hermeticamente fechadas.

Inquirimos logo a um sujeito de gola, que parecia da praticagem.

Soubemos logo: tratava-se de um destroyer que aparecera na barra.

Os morros estavam apinhados de gente para espiar o bicho.

Mais tarde, viemos a saber que o destroyer n.6, “Alagoas”, chegara à barra, mas se afastara consideravelmente²⁴⁴.

A aparição do *Alagoas* na barra de Aracaju acendeu nos revoltosos a esperança de que o estado vizinho também houvesse aderido ao movimento iniciado em São Paulo. Acreditavam inclusive que o exemplo de Sergipe tinha contribuído para isso. Animados, conjecturavam que “se realmente Alagoas aderiu, forma com Sergipe em bloco revolucionário e será mais difícil para o governo federal combatê-lo”²⁴⁵. Logo nos primeiros dias da revolta, os membros da Junta enviaram telegramas para várias unidades militares convocando os camaradas à rebelião. Por isso os oficiais rebeldes pensaram que a aparição do *Alagoas* seria uma resposta positiva à mensagem enviada dias atrás. Ledo engano.

Passada a euforia inicial, foram tomadas providências para defender a cidade. Na noite do dia 23 o farol de Aracaju foi apagado pelo 1º faroleiro Tertuliano Ferreira. Dois praças passaram a guardar e dormir no local. O aparecimento do *Alagoas* assustou a população e o êxodo para o interior aumentou. A Junta Militar solicitava calma e assegurava que, caso houvesse um combate, avisaria e forneceria os meios para que quem não estivesse envolvido na luta pudesse sair da cidade. Na Bahia, os jornais informavam sobre a organização de “batalhões patrióticos” para combater em Sergipe.

²⁴⁴ DESTRÓIER-FANTASMA. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 24 Jul. 1924, p. 1.

²⁴⁵ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 23 de Jul. 1924, p.1.

O “batalhão patriótico” organizado no norte

Enquanto a polícia baiana e as tropas do 21º e 22º BC percorriam as cidades na parte sul do estado, os homens do coronel Francisco Porfírio estiveram em Capela (67 km de Aracaju), mas não permaneceram na cidade. De acordo com os jornais em circulação, Capela retomava sua tranqüilidade habitual desde que os “cangaceiros” enviados por Francisco Porfírio haviam se retirado. Por outro lado, o *Correio de Aracaju* confirmava a notícia de que havia uma força policial alagoana em Villa Nova (atual Neópolis, 121 km de Aracaju), e em Penedo. Em Aracaju, comentava-se que um oficial baiano comandava “os cangaceiros do coronel Francisco Porfírio”, mas nada estava confirmado.

Enquanto isso, o capitão Áureo de Carvalho Santa Rosa, da polícia alagoana, comandava 150 praças da mesma força concentrados em Penedo. E em Propriá, Hercílio Britto, intendente municipal e filho do coronel Francisco Porfírio, organizava um batalhão com 200 homens, que seria comandado por Antonio Britto, seu irmão. No conjunto essas tropas estavam sob as ordens do tenente-coronel Victalino Candido de Almeida, oficial baiano. Essa força deveria marchar sobre Aracaju junto com as tropas do sul²⁴⁶.

Na capital, a população andava alarmada com as notícias que circulavam de cidade em cidade. Em Propriá os filhos do coronel Francisco Porfírio organizavam um batalhão com 200 homens, e isso não era exatamente um segredo. No entanto, em todo o estado espalhava-se o “boato idiota de que o coronel Francisco Porfírio fazia marchar cerca de dois mil cangaceiros contra Aracaju. Mas vejam só: 2.000 cangaceiros de mentira!”²⁴⁷. Com essa notícia o *Correio de Aracaju* desqualificava a tropa arregimentada por Francisco Porfírio. Ao afirmar que os 2 mil homens não passavam de um embuste, o periódico procurava tranqüilizar a população e os praças ao lado dos rebeldes, transformando o batalhão organizado por Francisco Porfírio em motivo para piada. A imprensa desempenhou um papel de destaque na revolta de *13 de Julho*.

A historiadora Tania Regina de Luca chama atenção para a importância da imprensa em diferentes momentos da história nacional. A historiadora afirma que “a

²⁴⁶ O general Marçal Nonato recebeu ainda um contingente que recebeu o nome de “Batalhão Barão Santa Rosa”, mas essa força não chegou a atuar junto às demais tropas para liquidar a revolta em Sergipe. Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

²⁴⁷ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 22 Jul. 1924, p.1.

discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa periódica já foi – e continua sendo – objeto de acirradas polêmicas”²⁴⁸. O conteúdo das publicações do *Correio de Aracaju* e do *Diário Oficial* não distinguia notícia e interpretação. Todas as informações publicadas por estes dois jornais durante o levante procuravam atribuir um juízo positivo à movimentação dos rebeldes. Por essa razão também esses jornais não sofreram nenhuma censura.

Apesar de afirmar estar lutando pelo bem da nação, e portanto, do povo, os líderes da revolta não admitiam críticas. No dia 26 de julho o *Diário Oficial* divulgou que a Junta Militar estava “disposta a punir os boateiros que tanto mal têm feito ao povo de Aracaju e demais cidades do interior, levando o terror às famílias e produzindo toda espécie de alarme”²⁴⁹. Essa medida foi tomada depois que a notícia anônima sobre os “dois mil cangaceiros” que seriam enviados por Francisco Porfírio correram publicamente.

Eronides de Carvalho pensou ir para a sede da Região Militar na Bahia, mas desistiu porque soube da mobilização da família Britto, em Propriá. Decidido a ajudar no restabelecimento do poder legal em Sergipe, o oficial ofereceu seus serviços profissionais. E enquanto Eronides pousava de estandarte da justiça se aliando aos coronéis, importantes lideranças políticas no interior, em Aracaju a situação era outra. Diariamente a Junta Militar publicava edital convocando-o a se apresentar ao 28º BC, sob pena de passar a desertor. O capitão Eurípedes comunicou que

Achando-se ausente deste quartel, desde o dia 13 do corrente, o sr. 2º tenente médico dr. Eronides Ferreira de Carvalho, em serviço nesta unidade, sem motivo justificado, convido-o a comparecer a este batalhão, sob pena de ausência e conseqüente exclusão pelo crime de deserção, de acordo com a lei²⁵⁰.

Em Propriá, Eronides de Carvalho auxiliava a tropa comandada pelo tenente-coronel Victalino de Almeida. Este oficial desembarcou em Penedo às 10 horas do dia 20 de julho, sendo recebido por Hercílio Britto, a quem entregou 30.000 cartuchos. Depois disso, passou 25.600 cartuchos às mãos do capitão Santa Rosa, obedecendo às

²⁴⁸LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impresas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

²⁴⁹ NOTICIÁRIO. *Diário Oficial*. Aracaju, 26 Jul. 1924, p. 1.

²⁵⁰ EDITAIS. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 17 jul. 1924, p. 5.

ordens emitidas pelo general Marçal Nonato. Partiram nesse mesmo dia para Propriá, onde chegaram às 22h. No dia seguinte desencaixotaram, limparam e testaram 200 carabinas. Esperaram reforços até o dia 24, quando Hercílio Britto mandou 100 homens para Japarutuba. Hesitante, o tenente-coronel Almeida conversou com Hercílio Britto e seu pai sobre

o grande inconveniente de ter essa gente seguido sem a mínima instrução e explicação do manejo do fuzil Mauser demonstrando-lhe o mesmo receio de que ferissem os próprios companheiros. Tranqüilizaram-me alegando que independente de instrução e explicação, o pessoal manejaria um fuzil, pois todos eram já afeitos ao manejo da Mauser, em vista do que, determinei a partida do Capm. Santa Rosa, de Penedo para aquela Villa²⁵¹.

Os ideais defendidos pelos oficiais rebelados ameaçavam diretamente o poder exercido pelos “coronéis” no interior do Brasil. As mudanças que a revolta militar pretendiam impor à política nacional poria fim à dominação tradicional exercida por homens como Francisco Porfírio. Na perspectiva weberiana, a dominação tradicional é aquela na qual a autoridade é reconhecida pelo “antigo” e por “uma orientação habitual para o conformismo”²⁵². Nesse sentido, qualquer perspectiva de renovação no modelo do sistema político vigente abalaria a autoridade dos “coronéis”. Daí tanto empenho em liquidar a revolta em Sergipe.

No dia 26 cerca de oitenta cavaleiros, incluindo Victalino de Almeida, Hercílio e Antonio Britto, o deputado e coronel José Rodrigues de Lima, e Eronides de Carvalho, este numa ambulância médica, percorreram 12 léguas de Propriá a Japarutuba, acampando ali às 23 horas. Nesse momento o efetivo ao lado dos legalistas contava com 332 homens, sendo 4 oficiais, 117 praças e 20 paisanos da polícia de Alagoas e 195 homens do “Batalhão Hercílio Britto”. Armados com fuzil, *comblain* e rifle, estabeleceram uma linha de defesa em diversos postos, alguns entrincheirados, especialmente na estação férrea de Japarutuba e a 2 quilômetros da vila.

²⁵¹ GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925. p. 32.

²⁵² WEBER apud QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; Oliveira, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p. 121.

Os rebeldes estavam entrincheirados no Carmo (hoje Carmópolis, cidade 47 km distante de Aracaju). Secretamente o tenente-coronel Almeida enviou pessoas para sondar o local. Era preciso ter noção da força necessária para enfrentar o inimigo. O tenente Soarino deveria estar à frente dos rebeldes no Carmo e em Rosário, mas o oficial não chegou a assumir esse comando porque os seus serviços foram requisitados em Itaporanga²⁵³. Os homens do chamado “setor Norte” eram comandados por sargentos instruídos pelos líderes da revolta a partir de despachos telegráficos emitidos de Aracaju.

Mesmo diante das notícias confirmadas de que tropas legalistas se movimentavam pelo interior do Estado, os rebeldes não desanimaram. No dia 27 de julho um canhão de alto calibre, batizado com o nome de “Sergipe”, percorreu as ruas de Aracaju. A arma foi pintada “com as cores brasileiras: verde, amarelo, branco e azul” e “grande massa popular acompanhou alegremente todo o percurso”²⁵⁴. No dia 29 o trem estava pronto para seguir conduzindo esta arma de guerra e munição para Rosário. Nesse mesmo dia o canhão batizado “A união faz a força” seguiu para o norte.

Os nomes atribuídos aos canhões eram representativos. Roger Chartier lembra que existem diferentes sentidos para o termo “representação”. Um deles é o da representação simbólica que “consiste na representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais (...) O leão é o símbolo do valor; a esfera, o da inconstância; o pelicano, o do amor paternal”²⁵⁵. Dessa maneira, ao utilizar as nomeações “Sergipe” e “A união faz a força” nos canhões, os rebeldes procuravam despertar na população e nos praças um sentimento patriótico e nativista

Tudo o que estava ao alcance dos rebeldes para atrapalhar os batalhões organizados pelos coronéis foi feito. As embarcações que faziam o tráfego dos rios Sergipe, Cotinguiba e Canhamroba foram recolhidos à barra de Aracaju para dificultar o transporte de forças legais que vinham pelo norte. Ainda nesse setor, um tiro de canhão foi disparado “num matagal, próximo ao local onde se encontravam as forças inimigas, provocando-lhe pânico e espetacular debandada”²⁵⁶. Mas isso não seria suficiente para fazê-los desistir.

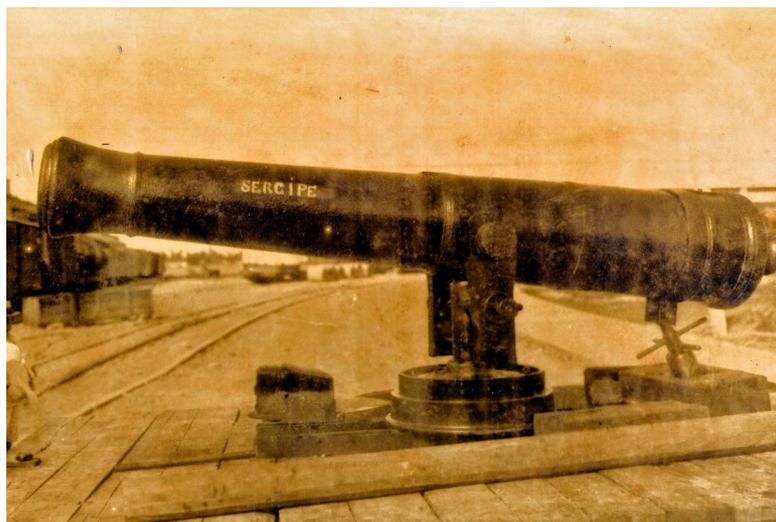
²⁵³ Cf. ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25

²⁵⁴ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28 Jul. 1924. p.1.

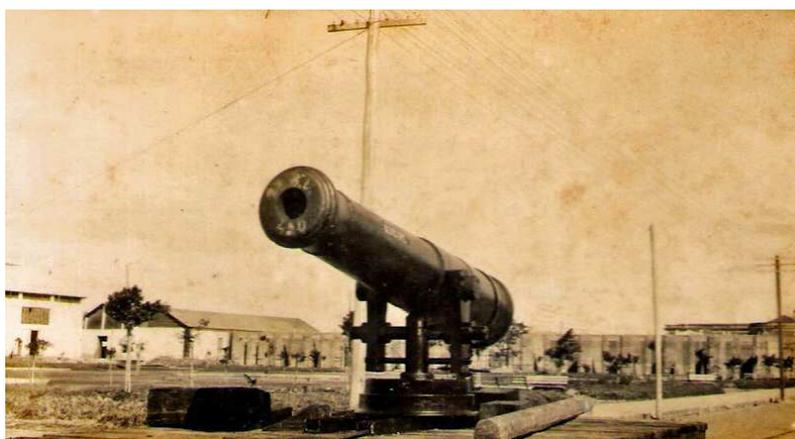
²⁵⁵ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990. p. 20.

²⁵⁶ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 130.

Canhões utilizados pelos rebeldes durante a revolta de 13 de Julho de 1924 em Sergipe



Fonte: Arquivo Geral do Judiciário em Sergipe



Fonte: Arquivo Geral do Judiciário em Sergipe



Fonte: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura

No dia 29 mais 14 homens e uma ambulância se uniram à coluna dos legalistas. Cento e cinquenta homens, sendo 80 praças sob as ordens dos segundos tenentes João Luiz de Medeiros e Joaquim Vicente Ferreira e 70 homens do “batalhão Hercílio Britto” comandados pelo capitão Francisco Correia de Britto, avançaram 9 quilômetros de Japarutuba em direção ao Carmo, onde acamparam. O tenente-coronel Almeida recebeu um bilhete do tenente Medeiros anunciando que haviam chegado reforços para os revoltosos e os 150 homens de que dispunha eram insuficientes para levar um ataque adiante. Diante disso, Victalino de Almeida mandou mais 100 “patriotas” para reforçar a coluna do tenente Medeiros. Este oficial reclamou que os homens do tal batalhão Hercílio Britto demonstravam má vontade, e o tenente-coronel Almeida admitiu que já tinha conhecimento disso pois havia sido informado pelo capitão Santa Rosa

que grande número dos tais patriotas eram criminosos reincidentes, processados e perseguidos pela polícia de Alagoas, sendo que os seus oficiais eram mal vistos e odiados por muitos dos cangaceiros aos quais tentaram sempre prender; por sua vez chegou-me também ao conhecimento de que os referidos patriotas receavam ser visados pelos fuzis dos policiais alagoanos e por isso recusaram-se a seguir para a linha de frente²⁵⁷.

De fato, o “batalhão de patriotas” organizado no interior de Sergipe era formado por homens que já haviam infringido a lei. Daí não se combinarem com os policiais que faziam parte da mesma tropa. Apesar disso, oficialmente, estavam unidos em torno do mesmo ideal, que era conter a ação dos rebeldes sergipanos. Policiais e criminosos estavam ligados nessa formação social, o batalhão, por dependências recíprocas. Esses homens estavam no que Norbert Elias²⁵⁸ define como configuração. É o equilíbrio entre os indivíduos de uma formação social que faz com que a configuração exista. Por isso, Elias afirma que a determinação dos modos de conduta no interior de uma configuração interferem na continuidade das tensões que movimentam e perpetuam a existência dessa configuração.

²⁵⁷ GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925. p. 34.

²⁵⁸ Sobre configuração ver: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

O tenente-coronel Almeida e os demais oficiais tiveram trabalho para manter, ao menos a aparência de que dirigiam uma tropa unida. E, independente da desconfiança gerada entre os elementos desse grupo, todos recebiam alimentação, armas e um soldo, uma vez que estavam a serviço do governo. Desses elementos exigia-se apenas que soubessem manejar armas de fogo. O tenente-coronel Almeida precisava dessa força, mas não dispunha de tempo e condições apropriadas para ministrar qualquer tipo de instrução. Dessa maneira, seguiam todos carregando armas e desconfiança mútua a tiracolo.

Geralmente quando se pensa numa situação de guerra, imagina-se que o comandante do batalhão é o responsável por cumprir a ordem dada, e que a tropa é um grupo disciplinado e unido num só bloco, atento aos desígnios do seu chefe. Mas as coisas não funcionam bem assim. Clausewitz chama atenção para o fato de que “o batalhão é sempre a agregação de um certo número de homens em que o mais insignificante é capaz, por pouco que o acaso intervenha, de provocar uma parada ou uma irregularidade”²⁵⁹. E no caso do “batalhão patriótico” comandado pelo tenente-coronel Almeida não se tratava de apenas um elemento que poderia gerar discórdia no seio da tropa. Na verdade o oficial precisava agregar dois grupos que faziam questão de conservar suas diferenças. Isso poderia gerar, em algum momento, sérias dificuldades. Os ditos “patriotas”, por exemplo, se recusavam a obedecer a ordem de seguir à frente dos policiais.

Estavam todos num clima de receio quando por volta das 22h do dia 29 chegou em Japarutuba o tenente João Luiz de Medeiros “a pé, esbaforido e visivelmente agitado, após uma forçosa marcha do Carmo até ali”²⁶⁰ acompanhado pelo capitão Francisco Correia de Britto, praças de Alagoas e “patriotas”. Eles foram atacados à tarde, justamente quando chegava o reforço. A tropa auxiliar não teve tempo de se posicionar junto aos outros. O tenente Medeiros relatou que não sabia o que teria acontecido aos companheiros que ficaram cercados pelos rebeldes, que contavam com cerca de 300 homens no Carmo. Diante dessa situação, os legalistas decidiram recuar até Japarutuba.

Apesar da aparente vantagem sobre as tropas legalistas, o capitão Eurípedes aconselhava cautela. O líder revoltoso recomendou ao sargento Mattos que não perdesse

²⁵⁹ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 84.

²⁶⁰ GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925. p. 34.

ligação jagunços vista a todo transe se apodere vem estação ai afim de transmitir informações sobre movimento nosso pessoal e bandidos. Ciente ataque Carmo aconselho prudência afim evitar desastre. Pólvora seguirá primeira oportunidade. Providenciaremos sobre água Maruim.²⁶¹

Ao entardecer do dia 30 os homens do “batalhão Hercílio Britto” espalharam pelo acampamento que havia mais de 400 homens entre os revoltosos para atacá-los. Essa notícia foi confirmada por Pedro Freire de Carvalho, então prefeito de Aracaju (ex-governador de Sergipe, e político influente em Annápolis, atual Simão Dias), ao chegar do engenho do seu sogro no Carmo. O mesmo informante disse ainda que além do Carmo, os rebeldes seguiam em direção a Propriá. Imediatamente os irmãos Britto procuraram o tenente-coronel Almeida e declararam que partiam com seus “patriotas” com a intenção de defender seu pai, que possivelmente seria vitima de ódios. No momento em que souberam que Francisco Porfírio poderia ser atacado pelos rebeldes, o patriotismo dos irmãos Britto foi colocado em segundo plano.

Entre os rebeldes a notícia da vitória no Carmo repercutiu positivamente. Ainda assim os líderes da revolta recomendavam cuidado. Até porque os rebeldes estavam tendo problemas de logística. A tropa estacionada em Maruim precisava de água potável. A Junta Militar tinha muitos assuntos a resolver. Então o capitão Eurípedes sugeriu cautela e ordenou ao sargento Mattos que

Uma vez tomada Vila Carmo deveis conservá-la nosso poder mantendo ali apenas pequenas avançadas conservando nosso aí recomendando entretanto máxima vigilância para frente e perfeita ligação com jagunços afim evitar emboscadas. Deveis adotar senha para reconhecimento nosso pessoal outro sim ativai esforços afim capturar chefes jagunços caso haja nosso encontro agindo muita cautela²⁶².

²⁶¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol. 11. p. 1523.

²⁶² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol.11, p. 1515

A tropa legalista, dividida como estava, tornou-se um alvo suscetível à ação dos rebeldes. Estes haviam chegado antes ao Carmo, ocupando as melhores posições. Além de contarem com elementos treinados para agir numa situação como essa, os rebeldes aproveitavam tudo o que os favoreciam e atacaram, de surpresa, a parte fraca do inimigo. Numa situação de guerra “espíões, velocidade, simulação, enganos e ataques-relâmpago a parte fraca do inimigo”²⁶³ podem culminar em completo sucesso. Isso sem contar que o terreno em que estavam era conhecido pelos sergipanos, ao passo em que era estranho a muitos dos policiais e “patriotas” trazidos de Alagoas.

Na edição do dia 31 de julho, o *Correio de Aracaju* confirmava a vitória dos revoltosos sobre os legalistas que estavam no Carmo. Segundo o jornal “os soldados sergipanos depois de atacarem fortemente a jagunçada, destroçando-a”, apoderaram-se do Carmo, e “dizem haver mortos e feridos da parte dos Cangaceiros”²⁶⁴. Com toda essa movimentação pelo interior do estado “os saveiros voltam de Laranjeiras, Maruim e Riachuelo cheios de famílias, voltando Aracaju à vida normal”²⁶⁵. Sentindo-se insegura, a população ia da capital ao interior, e do interior de volta à capital na tentativa de fugir de um confronto armado entre revoltosos e legalistas.

4. O confronto final, que, aliás, não houve

Em Aracaju comentava-se que o 20 e 21º BC, estavam em Estância, já outros diziam que a força desembarcada era constituída pelo 22º BC, que ia reunir-se à força da polícia baiana para uma ação conjunta. No sul do estado, Marçal Nonato recebeu oferta de ajuda em nome de Pedro Freire de Carvalho, prefeito de Aracaju. No dia 30 de julho o Quartel General legalista foi transferido para Tijupeba, cerca de 12 km de Itaporanga. E no dia seguinte o 20, 21 e o 22º BC chegaram ao local. No dia primeiro de agosto decidiram atacar Itaporanga, principal reduto dos revoltosos. Ali os insurretos contabilizavam aproximadamente 700 homens²⁶⁶.

O primeiro objetivo de Marçal era tomar a ponte da estrada de ferro sobre o rio Xinduba, defendida pelos rebeldes. O segundo era tomar a estação de Itaporanga, e o

²⁶³ TZU, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 18.

²⁶⁴ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 31 Jul. 1924, p.1.

²⁶⁵ OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MILITARES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 31 Jul.1924, p. 1.

²⁶⁶ Cf. SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

terceiro, apoderar-se do engenho Taperoá. Em seguida, pretendia marchar sobre São Cristóvão e Aracaju. Entretanto, caso a vida de Graccho Cardoso corresse risco, seria preciso traçar um novo plano. Além disso, seria prudente evitar o derramamento gratuito de sangue.

Marçal Nonato pretendia vencer os rebeldes sem lutar contra eles. Essa sem dúvida era a melhor das soluções, pois como lembra Sun Tzu “dominar o inimigo sem o combater, isso sim é o cúmulo da habilidade”²⁶⁷. Adotando a estratégia de evitar a luta armada, o oficial enviou uma intimação, através do coronel da extinta Guarda Nacional Alfredo Franco, ao tenente Maynard. Eis os termos do documento

Sr. 1º tenente Augusto Maynard Gomes:

Quis o destino que ao vosso velho comandante incumbisse a missão de atacar forças sob o vosso comando. Irão se degladiar, assim, forças do Exército Nacional que, unidas, deviam defender a sua Pátria contra o estrangeiro e não se exterminarem inutilmente.

Como camarada, devo dizer-vos que estou fortemente aparelhado para atacar as vossas forças, e que as unidades do Exército e das forças auxiliares sob o meu comando estão prontas a cumprir rigorosamente as minhas ordens.

Concomitantes as forças do norte cumprirão o seu dever batendo-se novamente como for preciso e o destróier “Alagoas” bombardeará a vossa bela capital.

Já estando terminado o levante de São Paulo, do que posso dar-lhe a minha palavra de honra, não vejo motivo para que continueis na posição em que vos colocastes.

Assim espero que desistireis do vosso intento, ora tornado improdutivo ao fim que vos propusestes.

Caso contrário, serei obrigado atacar com toda energia, esperando, porém, que não tomareis sobre os vossos ombros a responsabilidade exclusiva do derrame inútil do sangue de tantos brasileiros, a viúves, a orfandade, a desolação que sem piedade ocasionareis.

Peço resposta urgente.

Saúde e fraternidade.

²⁶⁷ TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 39.

a) General Marçal Nonato de Faria²⁶⁸.

Não obstante o capitão Eurípedes ter assumido o comando do 28º BC, e de ser este oficial o detentor da patente mais alta entre os membros da Junta Militar, a intimação foi endereçada ao 1º tenente Maynard Gomes. Isso não aconteceu por acaso. Marçal Nonato já conhecia Maynard e seu espírito de liderança. Além disso, o general estava bem informado sobre a movimentação dos oficiais rebeldes.

Augusto Maynard não era exatamente o dono da liderança racional, mas sim da carismática. Legalmente os rebeldes não podiam ser considerados os representantes do estado, mas com a revolta, a conseqüente constituição da Junta Militar, e obedecendo os códigos de autoridade vigentes no Exército, a intimação deveria ter sido enviada ao oficial com o posto mais elevado. Nesse caso, o capitão Eurípedes. Apesar disso, o tenente Maynard tinha sua legitimidade reconhecida por sua força pessoal, e aparecia como o “herói carismático”, definido por Max Weber como aquele “que não deduz a sua autoridade de códigos e estatutos, como ocorre com a jurisdição do cargo; nem deduz sua autoridade do costume tradicional ou dos votos de fé, como no caso do poder patrimonial”²⁶⁹.

O tenente Maynard tomava a frente em todos os assuntos da revolta. Pessoalmente, o oficial instruiu pessoas a agirem no sentido de promover o levante. Carismático, o tenente conseguiu que muitos o ajudassem espontaneamente. E quando sua simpatia pessoal não eram suficientes, utilizava a força como meio de convencimento. Sendo assim, Marçal Nonato não teve dificuldade em reconhecer o líder da revolta em Sergipe. Apesar dos quatro oficiais terem se constituído numa Junta Militar, não restava dúvida de que o tenente Maynard era o mais influente de todos.

E embora a expressão “camarada” tenha sido utilizada na intimação, os termos do documento não eram amigáveis. Ao contrário. O general Marçal Nonato ameaçava atacar Aracaju por terra e mar, caso os rebeldes não se rendessem. No caso do conflito se concretizar, toda culpa sobre as eventuais mortes recairia sobre o tenente Maynard. Pelo menos era isso que insinuava a intimação.

O documento informava ainda que o movimento em São Paulo havia sido liquidado. E, de fato, desde a madrugada do dia 28 de julho os rebeldes paulistas

²⁶⁸ SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924. p. 16 – 17.

²⁶⁹ WEBER, Max. 5 ed. *A sociologia da dominação carismática*. In: **Ensaio de sociologia**. Org. intr. H.H. Gerth & Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 171 - 176. p. 173.

havia se retirado para o interior, decretando assim o fim da rebelião na capital de São Paulo²⁷⁰. Contudo, os oficiais sergipanos não acreditaram na notícia, mesmo tendo sido acompanhada por jornais e telegramas oficiais. Para ter certeza de que os paulistas haviam sido derrotados, os sergipanos exigiram se comunicar diretamente com os líderes da revolução em São Paulo. Ainda na tarde do dia 2 de agosto o capitão Eurípedes enviou um despacho telegráfico para o Sargento Mattos, em Rosário. No comunicado, o capitão Eurípedes dizia que Marçal Nonato havia mandado uma intimação afirmando que o “movimento S. Paulo fracassou porém não acreditamos”²⁷¹.

Marçal Nonato acreditava os revoltosos sergipanos se desanimaram quando souberam do fracasso dos paulistas. E, a essa altura, as forças ao lado dos legalistas eram superiores às dos rebeldes. Concomitante à sua estratégia de vencer sem lutar, Marçal Nonato esperou pela resposta do tenente Maynard que o coronel Franco deveria levar às 4h da tarde do dia 2 de agosto. Isso não aconteceu. Mas nesse dia elementos da polícia e do 21º BC trocaram tiros, por cerca de 30 minutos, com revoltosos que estavam em Água Bonita, a poucos quilômetros de Itaporanga. Não houve mortos ou feridos de nenhuma das partes. Porém, depois desse episódio, 25 revoltosos se renderam. Para estes terminava aí a revolta em Sergipe. Para outros, a história seguia.

O coronel Franco não compareceu ao encontro marcado com o general Marçal Nonato, mas as notícias que corriam anunciavam a vitória sobre os insurretos. Depois que os 25 rebeldes foram apreendidos em Água Bonita, um menino foi levado à presença do tenente-coronel Toscano de Britto, comandante do 21º BC, declarando-lhe que os revoltosos haviam abandonado Itaporanga. Notícia que mais tarde foi confirmada por um civil adulto.

Os legalistas ocuparam Itaporanga e Marçal Nonato fez um pronunciamento na praça da cidade. Para os líderes do movimento em Sergipe, a revolta terminou quando eles se deram conta de que não poderiam lutar contra as tropas lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria e decidiram deixar Aracaju.

Quanto aos praças que estavam ao lado dos rebeldes, não receberam explicações sobre o início do levante e nem todos foram instruídos sobre a maneira como deveriam agir com o fim da insurreição. Às 17h do dia 2 de Agosto o 1º tenente Maynard

²⁷⁰ Os rebeldes paulistas também não sabiam, até o dia em que deixaram a cidade de São Paulo, que já havia eclodido rebeliões militares em Sergipe e no Amazonas. Cf. MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

²⁷¹ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol. 11.p. 1518

telegrafou ao sargento Mattos, em Rosário, para informar que “vítimas de uma traição fracassou nosso ideal. Aconselho-o como praça de pré que é e portanto sem responsabilidade a voltar com todo o pessoal para o quartel”²⁷². O sargento Mattos, por sua vez, iria transmitir a notícia aos demais praças sob o seu comando em Rosário e no Carmo.

No quartel do 28º BC, em Aracaju, os líderes do levante comunicaram que não havia mais o que fazer e que não tardaria para que Marçal Nonato adentrasse à cidade, acompanhado por tropas enviadas pelo Governo Federal. Feito isto, os oficiais deixaram o quartel no início da noite. Os soldados não sabiam como agir. Atônitos, alguns permaneceram no 28º BC, e outros fugiram imediatamente.

Para que os prisioneiros não soubessem o que se passava, as janelas internas da prisão foram fechadas durante a tarde. Era noite, os membros da Junta Militar já haviam deixado o quartel, mas as autoridades continuavam reclusas ao 28º BC²⁷³. Até que, por volta das 19:30h um grupo liderado por um sargento subiu e gritou que a revolta fracassara porque eles haviam sido traídos. Em seguida, os praças desceram as escadas correndo e os prisioneiros arrombaram a porta, libertando-se. Nesse momento o levante chegara ao fim, ao menos para os ex-prisioneiros ilustres.

Em São Cristóvão a novidade chegou ainda durante a noite do dia 2 de agosto. As reações à notícia foram as mais diversas, mas nenhuma foi tão inusitada quanto a do médico da polícia Carlos Menezes. Ele estava na cidade à frente do hospital de sangue e andava armado com uma pistola *parabellum*. Porém, na noite em que chegou a notícia da derrota dos rebeldes “o doutor Carlos de Menezes foi ao quartel das forças sediciosas, no antigo Palácio do Governo, de onde retirou dois fuzis mauser, saindo com eles para o Banho Morno, onde chegando começou a fazer disparos, alarmando toda a população da cidade”²⁷⁴.

Entre os civis, moradores de Aracaju e dos demais municípios sergipanos, ainda não se sabia exatamente o que estava acontecendo. No dia seguinte, 3 de agosto, o comandante das tropas legais marchou com as forças do sul para Aracaju. O 20º BC foi na frente e não encontrou nenhum rebelde pelo caminho. Marçal Nonato determinou

²⁷² ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol. 11. p. 1528.

²⁷³ Desde o dia 25 de julho os oficiais da polícia que haviam sido presos pelos rebeldes foram libertados. Os líderes da revolta os libertaram depois de fazê-los prometer que não pegariam em armas. Cf. A REVOLUÇÃO, AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 25 Jul. 1924, p. 4.

²⁷⁴ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol. 11. p. 1461.

que o 22º BC permanecesse em Itaporanga, deu ordens para que o 20º BC marchasse sobre São Cristóvão e mandou que o 21º BC fosse para Aracaju.

Somente no dia 3 de Agosto, quando parte do 21º BC acompanhado pelo general Marçal Nonato e policiais baianos adentrou à capital é que os moradores começaram a acreditar que a revolta em Sergipe havia sido liquidada. O próprio general só teve a certeza de que o motim havia terminado quando ocupou Aracaju sem enfrentar resistência. Outros só acreditariam que o levante acabara quando os jornais anunciaram o fato.

Rapidamente a notícia se espalhou. Os rebeldes sergipanos foram derrotados. E, nesse ponto mostravam sintonia com os paulistas, que haviam sido vencidos dias antes. Dentre os fatores que contribuíram para a vitória das tropas legais em Sergipe pode-se destacar o isolamento dos rebeldes. Sem comunicação com os insurretos em São Paulo, e com as demais regiões, os oficiais estavam um passo atrás das tropas legais. Chegaram até a duvidar que o movimento havia sido liquidado na capital paulista.

Além disso, os rebeldes não conseguiram o apoio de pessoas influentes no interior do estado. Os coronéis preferiram se aliar ao general Marçal Nonato de Faria, responsável por restabelecer a ordem em Sergipe. Analisando o episódio, Ibarê Dantas destaca o auxílio prestado por esses homens no sentido de acabar com a revolta. Segundo o cientista político “a revolta de 1924, após 21 dias de domínio dos tenentes, foi debelada por forças legais de outros estados com a cooperação do coronelismo local”²⁷⁵. Assim, a política estadual não sofreria transformações e, portanto, o domínio de pessoas como Francisco Porfírio, em Propriá, permaneceria intocável. No entanto, não se pode supor que as tensões entre a classe militar e o governo federal tenham se encerrado pelo fato das revoltas terem sido sufocadas nos anos 20.

Esse texto poderia se alongar para contar sobre a prisão e o julgamento dos envolvidos no levante. Ainda seria possível estender a análise até a chamada “revolução de 1930” que assinalou a vitória dos oficiais envolvidos nos levantes dos anos 20. A maneira como se termina uma história pode interferir na compreensão que o leitor terá sobre o acontecimento. Pensando nisso, Peter Burke sugere que as narrativas tragam

²⁷⁵ DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 263.

finais alternativos. Burke acredita que “fechos alternativos tornam a obra mais ‘aberta’, no sentido de encorajar os leitores a chegarem às suas próprias conclusões”²⁷⁶.

Contudo, o objetivo desse texto não foi caracterizar, rotular ou configurar pessoas, ações e lugares, mas contar sobre a experiência de vida daqueles que presenciaram o levante militar de 13 de Julho. E apesar de ter procurado não transmitir informações como num relatório, as responsabilidades do fazer historiográfico não foram deixadas de lado. Sendo assim, essa não é a história de homens que venceram ou perderam, mas a história de pessoas que agiram de acordo com os ideais, compromissos e obrigações às quais estavam submetidos.

Geralmente a produção de Walter Benjamin é associada à idéia de “uma história aberta”. Isso não diminui o encargo da narrativa. O próprio Benjamin reconhece que “o historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo”²⁷⁷. Mas é ele também que prefere a narração à informação. Concordando com Benjamin, esta foi a história que se pôde contar aqui sobre a revolta militar de 13 de Julho em Sergipe.

²⁷⁶ BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1992. p.338.

²⁷⁷ BENJAMIM, VALTER. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 209.

Conclusão

Em julho de 1924 Sergipe viveu uma situação inusitada. A agitação se deu por conta do levante militar, que ficou conhecido como *a Revolta de 13 de Julho*. E apesar de estar ligada, idealisticamente, ao movimento rebelde paulista, a insurreição em Sergipe apresentou características peculiares, devido às circunstâncias em que se desenvolveu. O sucesso imediato do levante, com o domínio das forças contrárias, meios de comunicação e deposição do governador possibilitou experiências particulares aos sergipanos.

Um capitão e três tenentes foram os responsáveis pelo início do tumulto no 28º BC. Os oficiais, todos do Exército, declararam publicamente que estavam lutando pelo bem da Nação. Eles pediam uma transformação geral na política, e o fim das ofensas à classe militar. Para tanto, exigiam a deposição do Presidente Arthur Bernardes. No entanto, o discurso e as práticas dos rebeldes denunciaram maior preocupação em resolver os problemas da instituição, os interesses do povo vinham em segundo lugar. Em Sergipe, a revolta apresentou um caráter militar, e não popular.

As manifestações de apoio ao levante se expressaram, principalmente, sob a forma do alistamento voluntário. E enquanto muitos se dispuseram a pegar em armas, outros preferiram não tomar parte na revolta. Alguns aracajuanos deixaram a cidade com receio de presenciar tiroteios na capital. Isso não chegou a caracterizar uma desaprovação do levante. As pessoas simplesmente preferiram não se envolver. Diferente das lideranças políticas do interior, os coronéis, que se colocaram à disposição do Governo Federal. A possibilidade de que acontecessem mudanças estruturais na política nacional ameaçava a posição de destaque ocupada por esses homens. Por isso os coronéis se empenharam em liquidar a revolta em Sergipe.

Dessa maneira, é preciso salientar que este trabalho não esteve voltado para uma tentativa de despolitizar a revolta de 1924. O próprio objetivo de depor Arthur Bernardes para moralizar o regime republicano, indicia o desejo dos militares de intervirem na política nacional. O aspecto político não foi tomado como mote principal das discussões, mas as tensões das práticas relativas ao estado e à sociedade perpassam todo o texto.

À frente da administração estadual, os rebeldes não introduziram modificações de cunho social ou econômico porque esse não era o objetivo do levante. A intenção dos

oficiais consistia em prestar solidariedade aos paulistas, pois acreditavam que se tratava de um movimento de caráter nacional. Por outro lado, os rebeldes procuraram ser reconhecidos enquanto autoridades legais no estado. Mas durante a revolta o tenente Maynard se destacou como líder carismático. Assim, os oficiais rebeldes oscilaram entre a legitimidade burocrática que desejavam e a liderança carismática demonstrada em várias situações. O próprio comandante das tropas legais reconheceu a liderança exercida pelo tenente Maynard.

A documentação aponta para a existência de uma rede de informações a partir da transmissão oral. Espiões a serviço dos rebeldes, dos legalistas e pessoas comuns comentavam sobre a movimentação de homens, veículos e armas por diversas cidades. As notícias que tanto assustaram a população vinham daí. Já a imprensa fez o caminho inverso, procurando desmentir notícias e boatos alarmantes. O *Correio de Aracaju* e o *Diário Oficial*, que continuaram funcionando durante o levante, veicularam notícias favoráveis à ação dos rebeldes.

E por mais que procurasse divulgar seus ideais, os líderes do movimento não conseguiram esclarecer os fins do levante nem mesmo entre os voluntários. Por outro lado, as tropas legalistas também não constituíram um grupo tão homogêneo quanto se possa supor. O “batalhão patriótico” formado por policiais e criminosos de Alagoas também divergiam entre si.

Através do exemplo sergipano, pôde-se perceber que o movimento rebelde que pretendia ter um caráter nacional, aconteceu em lugares, períodos e de maneiras diferentes.

Fontes e referências bibliográficas

FONTES

Jornais

GAZETA DO POVO (1924 – 1926)

SERGIPE JORNAL (1922 – 1925)

CORREIO DE ARACAJU (1922 – 1924)

A CRUZADA (1924)

DIÁRIO DA MANHÃ (1924)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (1924)

O MUNICÍPIO (1924)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1924)

JORNAL DO RECIFE (1924)

NEW YORK TIMES (1924)

Relatórios

SERGIPE. Operações de Guerra no Estado (1924: FARIA). Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General Marçal Nonato de Faria em 1924. Aracaju, 1924.

SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924.

BRASIL, Ministro (1923-1924: Carvalho). Relatório do Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho apresentado ao Presidente da República do Brasil em novembro de 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

Boletins

28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletins Regimentais**. Aracaju, 1922-1926.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Boletins do Exército**. Rio de Janeiro, 1922 - 1924.

Correspondência

SERGIPE. Correspondência do gabinete do Presidente do Estado procedente da Secretaria de Saúde. Aracaju, 1920.

Livros

COSTA FILHO, Luiz José da. **Defesa**: nos autos do processo-crime dos revoltosos de 13 de julho de 1924. Aracaju: Typ. D'O LABOR, 1925.

GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925.

Processos

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 1.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 3.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 5.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2496 (1924), vol. 7.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2497 (1924), vol. 11.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2498 (1924), vol. 19.

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO/ARACAJU. 1ª V. Criminal – Apelação Criminal .Cx. 2500 (1924), vol. 25.

Outros

28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Resumo histórico do 28º Batalhão de Caçadores**. Aracaju.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de...[et.ali] **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)**. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste: e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, São Paulo: Cortez, 2001.
- BENJAMIN, WALTER. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 - 1989): a Revolução Francesa da Histotografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1992.
- CABRAL, Mário. *A Fundação*. In: **Roteiro de Aracaju**. 3 ed. Aracaju: Banese, 2002. p.29-33.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p.179-234.
- CARONE, Edgard. **A primeira Republica (1889-1930): texto e contexto**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.
- CARONE, Edgard. **O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: DIFEL, 1975.
- CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 (Coleção Antropologia Social).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietações. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes M. Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras; ALB, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CRUZ, Andreza Santos. **Formalidades do estilo**: heróis, invenções e celebrações no 28º Batalhão de Caçadores (1922-1930). São Cristóvão, 2005. 115 p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

DARNTON, Robert. *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*. In: **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert. *Os trabalhadores se revoltam: O Grande Massacre de Gatos da Rua Saint-Severin*. In: **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 103 – 139.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CEAC/Programa Editorial, 1987.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe**: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2 ed. Gráfica J. Andrade Ltda. Aracaju. 1999.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Trad. Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sussekind; Pref. Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador I**: Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungman; rev. e apres. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FIGUEREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju, Sociedade editorial de Sergipe. 1989. 1 v.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FOLCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 12 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. 3 ed. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia da Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e História. Trad. Frederico Carotti. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.143-275.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Augusto Maynard. **A revolução em Sergipe**: resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925.
- LACLOS, Choderlos de. **As relações perigosas**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. (Antropologia Social).
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.
- LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: **Revista Projeto História. Trabalhos da Memória**. n. 17. São Paulo: PUC, novembro de 1998, p. 63-201.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111 – 153.
- MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Colégio Tobias Barreto**: escola ou quartel? (1909-1946). São Cristóvão, 2003. Dissertação de Mestrado - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

- MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (coleção Repensando a História).
- MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- OLIVA, Terezinha Alves de; ALMEIDA, Maria da Glória Santana de; GONCALVES, Maria de Andrade; SANTOS, Lenalda Andrade. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, BANESE, 1991.
- PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios Militares**. Biblioteca do Exército-Editora, Rio de Janeiro, 1978.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; Oliveira, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária?: do tenentismo à revolução de 1930**. São Paulo: Atual, 1990. – (História em documentos).
- SANTA ROSA, Virgilo. 3 ed. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, Ed. Calderaro, 1985.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Exército Brasileiro: Ontem, Hoje, Sempre**. Editora do Exército. 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. 2 ed. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513 – 619.
- SILVA, José Calazans B. da. *O Desenvolvimento Cultural de Sergipe na Primeira Metade do Século XX*. **Revista do IHGS**, vol. XXI, nº 26, p. 46-57 (1961-1965).
- SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. 2 ed. **Do Tenentismo ao Estado Novo**: Memórias de um soldado. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na República Velha*. In: MOTA, Carlos G. (org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel: 1975. p. 162 – 226.

UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard**: O Estadista e o Revolucionário. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 47. (Publicação do D.E.I.P.)

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira**: o que é, como se faz. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

WEBER, Max. 5 ed. *A sociologia da dominação carismática*. In: **Ensaio de sociologia**. Org. intr. H.H. Gerth & Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 171 - 176.

WYNNE, J. Pires. **Historia de Sergipe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970. v.01.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2005.